



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO

Mariana Teresa Weinfurter

**Execução dos programas de alimentação escolar da América Latina durante a pandemia de Covid-19: uma análise crítica na perspectiva do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA)**

Florianópolis

2024

Mariana Teresa Weinfurter

**Execução dos programas de alimentação escolar da América Latina durante a pandemia de Covid-19: uma análise crítica na perspectiva do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Nutrição.

Orientadora: Profª. Cristine Garcia Gabriel, Dra.  
Coorientador: Prof. Maurício Soares Leite, Dr.

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.  
Dados inseridos pelo próprio autor.

Weinfurter, Mariana Teresa

Execução dos programas de alimentação escolar da América Latina durante a pandemia de Covid-19: uma análise crítica na perspectiva do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA) / Mariana Teresa Weinfurter ; orientadora, Cristine Garcia Gabriel, coorientador, Maurício Soares Leite, 2024.

147 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós Graduação em Nutrição, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Nutrição. 2. Alimentação escolar. 3. Políticas públicas. 4. Segurança alimentar. 5. América Latina. I. Gabriel, Cristine Garcia. II. Leite, Maurício Soares. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Nutrição. IV. Título.

Mariana Teresa Weinfurter

**Execução dos programas de alimentação escolar da América Latina durante a pandemia de Covid-19: uma análise crítica na perspectiva do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA)**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dalvan Antônio de Campos, Dr.  
Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)

Prof.<sup>a</sup> Patrícia Maria de Oliveira Machado, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.<sup>a</sup> Ana Carolina Fernandes, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Nutrição.

Prof.<sup>a</sup> Ana Carolina Fernandes, Dra.  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.<sup>a</sup> Cristine Garcia Gabriel, Dra.  
Orientadora

Prof. Maurício Soares Leite, Dr.  
Coorientador

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus.

Agradeço a Graça de estar finalizando minha caminhada de mestrado. Sem Ele e a Sua bondade, certamente este sonho não teria se concretizado.

Agradeço à família.

Agradeço ao meu pai, Antônio. Poço de sabedoria. Ele que, diariamente, me lembra da importância de ser uma pessoa justa e com bons valores, seja na universidade, no trabalho ou em quaisquer outros ramos.

À minha mãe, Viviane. Agradeço por me iluminar e me proteger. Mesmo que lá do céu, ela continua me transmitindo a sua calma.

À minha irmã, Carolina. Médica de Família e professora universitária. Quem tanto admiro e que, sem dúvidas, me inspira a ser uma profissional de saúde cada vez mais humana.

Ao meu irmão, André. Agradeço, sobretudo, por todas as vezes que se dispôs a cuidar da minha filha para que eu pudesse me dedicar às reuniões de Mestrado.

Ao meu marido e sócio de vida, Henrique. Agradeço pelo zelo, pelo amparo, por tamanha compreensão e pelo companheirismo. Quem tanto me incentivou nestes anos desafiadores.

À minha filha, Antônia. Tive o desafio de viver a gestação e o puerpério junto desta caminhada de pesquisa. E, embora o tempo pareça ter ficado mais curto para me dedicar à dissertação, minha menina não só me trouxe força e motivação, mas as triplicou.

Agradeço a todos os companheiros de curso.

Uma pena que, devido à pandemia de Covid-19, não conseguimos nos reunir presencialmente, mas, do mesmo modo, agradeço o privilégio de termos compartilhado tanto conhecimento juntos. Tenho certeza de que formamos uma grande equipe.

Agradeço ao corpo docente.

A todos os educadores e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina pelo conhecimento transmitido.

Agradeço especialmente aos meus orientadores, professor Maurício Soares Leite e professora Cristine Garcia Gabriel, que, com toda paciência e suporte, me nortearam para a realização deste estudo.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina, tenho imenso prazer em ter feito parte deste time.

Que a jornada acadêmica continue!

*“É justo que muito custe o que muito vale”.*

*Santa Tereza d’Ávila.*

## RESUMO

**Contexto:** A pandemia da Covid-19 trouxe implicações nos sistemas sanitário, social, econômico, educacional e alimentar. Houve o fechamento das escolas e, com o intuito de dar continuidade aos programas de alimentação escolar (PAE) e assistir populações em vulnerabilidade social, cada nação respondeu aos desafios impostos pela pandemia a partir de condutas distintas, o que pode ter prejudicado a garantia ao Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA). **Objetivos:** Analisar a execução dos programas de alimentação escolar da América Latina durante a pandemia de Covid-19 na perspectiva do DHANA. **Métodos:** Trata-se de uma revisão de escopo guiada pelo *checklist* “*Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews*” (PRISMA-ScR), bem como por um protocolo registrado no repositório *Open Science Framework (OSF)*. A busca de artigos foi realizada nas bases *Embase*, FSTA, LILACS, PubMed/Medline, SciELO, *Scopus* e *Web of Science*. Já a busca dos documentos oficiais foi realizada por meio da consulta em *websites* de órgãos governamentais dos países da América Latina e em sítios eletrônicos de órgãos internacionais (CEPAL, UNICEF, CELAC, UNESCO, OPAS, FAO e PMA). Quanto à etapa de seleção, em um primeiro momento de identificação e avaliação, ocorreu a leitura criteriosa de títulos, resumos e palavras-chave (fase 1) e, posteriormente, os materiais foram lidos na íntegra (fase 2). Foram selecionados artigos científicos e documentos oficiais considerados potencialmente elegíveis para inclusão neste estudo de revisão e todas as etapas foram realizadas por dois revisores independentes, sendo que quaisquer divergências foram analisadas por um terceiro pesquisador. Posteriormente, foi realizada síntese descritiva dos dados na perspectiva do DHANA e foi analisado, portanto, se houve a garantia das dimensões de disponibilidade (a partir da oferta do PAE, sua modalidade de execução, e ajuste realizado em meio à pandemia), acesso (de acordo os beneficiários atendidos), adequação (a partir da qualidade nutricional, como a oferta dos alimentos *in natura*) e estabilidade (a partir da garantia das dimensões de disponibilidade, acesso e adequação de forma regular durante o período). **Resultados:** Foram identificados 192 materiais e, desses, foram incluídos 20 artigos e 88 fontes documentais, totalizando n=108 materiais inseridos na pesquisa. O local com maior conjunto de informações em artigos científicos foi o Brasil, com 14 (70%) publicações consideradas, seguido da Colômbia (n=3, 15%). Já os países que se destacaram quanto à extensão de marcos legais publicados foram o Uruguai (n=14), a Colômbia



(n=12), o Brasil (n=7), o Peru (n=7) e a Argentina (n=6). Dos 20 países da América Latina, três (Cuba, Haiti e Nicarágua) não permaneceram com os PAE vigentes entre 2020 e 2022. Quanto à dimensão de disponibilidade de alimentos, observou-se que os outros 17 países adaptaram a oferta da alimentação escolar para as modalidades de cestas de alimentos, oferta monetária, porção industrializada pronta para consumo e refeições preparadas na instituição de ensino. No que se refere à dimensão de acesso, foi observado que 10 países (50%) atenderam aos mesmos beneficiários que faziam parte do programa anteriormente, enquanto 5 (25%) reduziram a acessibilidade a apenas uma parcela do público. Quanto à dimensão de adequação, notou-se que 12 países (60%) não especificaram se houve a oferta dos alimentos *in natura*. Por fim, não foi possível analisar a dimensão de estabilidade, uma vez que houve escassez de estudos que relataram se houve a garantia das outras três dimensões de forma regular durante os anos de 2020 a 2022. **Conclusão:** As dimensões do DHANA não foram integralmente contempladas durante o período emergencial e, portanto, houve diversas violações aos direitos dos estudantes beneficiários dos PAE. Sugere-se a realização de mais estudos com essa temática, com delineamentos distintos e complementares, a exemplo de pesquisas que abordem, também, a dimensão de estabilidade do DHANA. Logo, espera-se, com a presente pesquisa, contribuir com o campo da pesquisa e auxiliar na construção de alternativas e planos de contingência em meio às situações emergenciais futuras.

**Palavras-chave:** Alimentação escolar; Políticas públicas; Segurança alimentar; Países de baixa e média renda; Assistência alimentar.

## **ABSTRACT**

**Context:** The Covid-19 pandemic has brought implications for the health, social, economic, educational, and food systems. Schools were closed, and in order to continue school feeding programs (SFP) and assist populations in social vulnerability, each nation responded to the challenges imposed by the pandemic through different conducts, which may have compromised the guarantee of the Human Right to Adequate Food and Nutrition (DHANA). **Objectives:** To analyze the execution of school feeding programs in Latin America during the Covid-19 pandemic from the perspective of DHANA. **Methods:** This is a scoping review guided by the checklist "Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews" (PRISMA-ScR), as well as a protocol registered in the Open Science Framework (OSF) repository. Article searches were conducted in the Embase, FSTA, LILACS, PubMed/Medline, SciELO, Scopus, and Web of Science databases. Official document searches were performed by consulting websites of government agencies in Latin American countries and international organizations (CEPAL, UNICEF, CELAC, UNESCO, PAHO, FAO, and WFP). Regarding the selection stage, initially, there was a thorough reading of titles, abstracts, and keywords (phase 1), and subsequently, materials were read in full (phase 2). Scientific articles and official documents considered potentially eligible for inclusion in this review study were selected, and all stages were carried out by two independent reviewers, with any discrepancies resolved by a third researcher. Subsequently, a descriptive synthesis of the data was conducted from the perspective of DHANA, analyzing whether there was a guarantee of the dimensions of availability (based on SFP offer, execution modality, and adjustments made during the pandemic), access (according to the beneficiaries served), adequacy (based on nutritional quality, such as the provision of fresh foods), and stability (based on ensuring availability, access, and adequacy dimensions regularly during the period). **Results:** A total of 192 materials were identified, of which 20 articles and 88 documentary sources were included, totaling  $n=108$  materials in the study. The location with the most information in scientific articles was Brazil, with 14 (70%) publications considered, followed by Colombia ( $n=3$ , 15%). Regarding the extent of published legal frameworks, Uruguay ( $n=14$ ), Colombia ( $n=12$ ), Brazil ( $n=7$ ), Peru ( $n=7$ ), and Argentina ( $n=6$ ) stood out. Among the 20 Latin American countries, three (Cuba, Haiti, and Nicaragua) did not maintain active SFPs between 2020 and 2022. Regarding the dimension of food availability, it was observed that the other 17 countries

*adapted the provision of school meals to modalities such as food baskets, monetary provision, ready-to-consume industrialized portions, and meals prepared at educational institutions. As for the access dimension, it was noted that 10 countries (50%) served the same beneficiaries who were part of the program previously, while 5 (25%) reduced accessibility to only a portion of the public. Regarding the adequacy dimension, it was observed that 12 countries (60%) did not specify whether fresh foods were provided. Lastly, it was not possible to analyze the stability dimension, as there was a shortage of studies reporting whether the other three dimensions were guaranteed regularly during the years 2020 to 2022. **Conclusion:** The dimensions of DHANA were not fully addressed during the emergency period, resulting in numerous violations of the rights of student beneficiaries of SFPs. It is suggested that more studies be conducted on this topic, with different and complementary designs, such as research that also addresses the stability dimension of DHANA. Therefore, it is expected that this research will contribute to the field of research and assist in the development of alternatives and contingency plans amid future emergency situations.*

**Keywords:** *School feeding; Public policies; Food security; Low- and middle-income countries; Food assistance.*

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Estrutura da pesquisa. ....	21
<b>Figura 1</b> – Estrutura da pesquisa. ....	22
<b>Figura 3</b> - Série temporal do status de fechamento de escolas de março de 2020 a fevereiro de 2021. ....	34
<b>Figura 4</b> - Número de dias do status de abertura das escolas de março de 2020 a fevereiro de 2021 por região (média ponderada). ....	35
<b>Figura 5</b> - Monitoramento global do fechamento das escolas causado pela Covid-19 – Região: América Latina e o Caribe. ....	36
<b>Figura 6</b> - Monitoramento global de refeições escolares durante o fechamento das escolas pela Covid-19. ....	39
<b>Figura 7</b> - América Latina e o Caribe - taxa de crescimento anual do PIB, 1990-2021.....	46
<b>Figura 8</b> - Etapas da revisão de pesquisa. ....	66

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Unitermos, em português e inglês, utilizados para a busca de artigos científicos nas bases de dados. ....	23
<b>Quadro 2</b> - Monitoramento do fechamento das escolas na América Latina causado pela Covid-19, de 2020 a 2022.....	37
<b>Quadro 3</b> – Síntese das recomendações de políticas públicas para atenuar os efeitos da pandemia da COVID-19 na alimentação e nutrição das crianças em idade escolar.....	42
<b>Quadro 4</b> - Caracterização dos programas de alimentação escolar dos países membros da América Latina quanto ao nome do programa, ano de início, foco, modalidade de oferta pré pandemia, beneficiários, fonte de financiamento e órgão responsável. ....	48
<b>Quadro 5</b> - Artigos que abordam a pandemia de Covid-19 e o DHANA no âmbito da alimentação escolar.....	59
<b>Quadro 6</b> - Estratégias de busca utilizadas de acordo com a base de dados. ....	68
<b>Quadro 7</b> - Estruturação do formulário de marcos normativos para extração dos dados.....	72
<b>Quadro 8</b> - Estruturação do formulário de relatórios para extração dos dados. ....	72
<b>Quadro 9</b> - Estruturação do formulário de artigos científicos para extração de dados. ....	73
<b>Quadro 10</b> - Dimensões do DHANA consideradas na análise de dados.....	74

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BU	Biblioteca Universitária
CADÚNICO	Cadastro Único
CCC	Circuitos curtos de comercialização
CDC	Centro de Controle e Prevenção de Doenças
CECANE	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COVID-19	<i>Coronavirus Disease</i> (Doença do Coronavírus)
DCNT's	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DeCS	Descritores das Ciências da Saúde
DGEIP	Direção Geral de Educação Inicial e Primária
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DHANA	Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas
DNSSE	Direção Nacional de Nutrição e Saúde Escolar
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ELCSA	Escala de Segurança Alimentar da América Latina e do Caribe
ESPII	Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i> (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
FAPDA	<i>Food and Agriculture Policy Decision Analysis</i> (Análise de decisão de política alimentar e agrícola)
FIAN	<i>Foodfirst Information and Action Network</i> (Rede de informação e ação Foodfirst)
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FIES	<i>Food Insecurity Experience Scale</i> (Escala de Experiência de Insegurança Alimentar)

FIES-SM	<i>FIES Survey Model</i> (Modelo de Pesquisa FIES)
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FSTA	<i>Food Science and Technology Abstracts</i> (Resumos de Ciência e Tecnologia de Alimentos)
FODESAF	Fundo de Desenvolvimento Social e Subsídios Familiares
GCNF	<i>Global Child Nutrition Foundation</i> (Fundação Global para a Nutrição Infantil)
GTI	Grupo de Trabalho Intergovernamental
JBI	<i>Joanna Briggs Institute</i> (Instituto Joanna Briggs)
JUNAEB	Junta Nacional de Auxílio Escolar e Bolsas
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MeSH	<i>Medical Subject Headings</i> (Cabeçalhos de Assuntos Médicos)
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
OSF	<i>Open Science Framework</i> (Estrutura de Ciência Aberta)
PIDESC	Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PAE	Programa de Alimentação Escolar
PANEA	<i>Programa de Alimentación y Nutrición del Escolar y del Adolescente</i> (Programa de Alimentação e Nutrição para Escolares e Adolescentes)
PASE	<i>Programa de Alimentación y Salud Escolar</i> (Programa de Alimentação e Saúde Escolar)
PBF	Programa Bolsa Família
PDE	<i>Programa de Desayunos Escolares</i> (Programa de Café da Manhã Escolar)
PIB	Produto Interno Bruto
PINE	<i>Programa Integral de Nutrición</i> Escolar (Programa Integral de Nutrição Escolar)
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PME	<i>Programa de Merienda Escolar</i> (Programa de Merenda Escolar)
PNACE	<i>Programa Nacional de Alimentación Complementaria Escolar</i> (Programa Nacional de Alimentação Complementar Escolar)

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCS	<i>Programme National des Cantines Scolaires</i> (Programa Nacional de Cantina Escolar)
PPGN	Programa de Pós-Graduação em Nutrição
PRISMA-ScR	<i>Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews</i> (Itens de relatório preferenciais para revisões sistemáticas e extensão de meta-análises para revisões de escopo)
RAES	Rede de Alimentação Escolar e Sustentável
RSI	Regulamento Sanitário Internacional
SARS	<i>Severe acute respiratory syndrome</i> (Síndrome respiratória aguda grave)
SARS-CoV-2	<i>Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2</i>
SC	Santa Catarina
SciELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i> (Biblioteca Científica Eletrônica <i>Online</i> )
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SNAP	Programa de Assistência Nutricional Suplementar
UApA	Unidade Administrativa Especial de Alimentação Escolar - Alimento para Aprendizagem
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
WB	<i>World Bank</i> (Banco Mundial)
WFP	<i>World Food Program</i> (Programa Mundial de Alimentos)



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1	APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	17
<b>1.2.1</b>	<b>Objetivo Geral.....</b>	<b>20</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Objetivos Específicos .....</b>	<b>21</b>
1.3	ESTRUTURA GERAL DO DOCUMENTO .....	21
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>23</b>
2.1	A PANDEMIA DE COVID-19 E SEUS REFLEXOS NA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO.....	24
<b>2.1.1</b>	<b>A pandemia de Covid-19 .....</b>	<b>24</b>
<b>2.1.2</b>	<b>Reflexos da pandemia de Covid-19 nas condições de alimentação e nutrição a nível mundial .....</b>	<b>29</b>
2.1.2.1	O fechamento das escolas e a interrupção da alimentação escolar.....	34
2.1.2.2	Políticas públicas relacionadas à alimentação e nutrição em resposta à pandemia de Covid-19.....	40
2.2	PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	44
<b>2.2.1</b>	<b>Programas de alimentação escolar na América Latina.....</b>	<b>45</b>
2.3	A PERSPECTIVA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO ADEQUADAS (DHANA).....	54
<b>2.3.1</b>	<b>A pandemia de Covid-19 e o DHANA no âmbito da alimentação escolar ....</b>	<b>57</b>
2.3.1.1	Estado da arte.....	57
<b>3</b>	<b>MÉTODOS.....</b>	<b>62</b>
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO .....	62
<b>3.1.1</b>	<b>Inserção do Estudo .....</b>	<b>63</b>
3.2	DEFINIÇÃO DOS TERMOS RELEVANTES PARA A PESQUISA .....	63
3.3	DESCRIÇÃO DO LOCAL E POPULAÇÃO DO ESTUDO.....	65
3.4	ETAPAS DA PESQUISA .....	65
<b>3.4.1</b>	<b>Definição do título e da questão de pesquisa .....</b>	<b>66</b>
<b>3.4.2</b>	<b>Definição dos critérios de inclusão e exclusão .....</b>	<b>67</b>
<b>3.4.3</b>	<b>Definição das estratégias de busca de pesquisa.....</b>	<b>67</b>
<b>3.4.5</b>	<b>Seleção das fontes de evidência.....</b>	<b>71</b>
<b>3.4.6</b>	<b>Extração dos dados .....</b>	<b>72</b>

3.4.7	<b>Análise dos dados</b> .....	73
3.4.8	<b>Apresentação dos resultados</b> .....	74
3.5	PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	75
4	<b>RESULTADOS</b> .....	75
4.1	ARTIGO - EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA AMÉRICA LATINA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UMA ANÁLISE CRÍTICA NA PERSPECTIVA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO ADEQUADAS (DHANA).....	76
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	117
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119
	<b>APÊNDICES</b> .....	142
	APÊNDICE A – Endereços eletrônicos oficiais dos países membros da América Latina.....	142
	APÊNDICE B – Planilha de identificação do panorama das medidas governamentais adotadas pelos países da América Latina, no âmbito da alimentação escolar, em meio à pandemia de Covid-19 entre os anos 2020 e 2022. ....	143
	APÊNDICE C – Nota de Imprensa .....	144
	<b>ANEXOS</b> .....	146
	ANEXO A - <i>Checklist</i> PRISMA-ScR para a elaboração da Revisão de Escopo. ....	146

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

O final do ano de 2019 foi marcado pela descoberta de uma patologia identificada pela primeira vez em Wuhan, na China, denominada *Coronavirus Disease* (Covid-19) (BRASIL, 2021a; OMS; OPAS, 2020a). Essa doença distribuiu-se globalmente de forma acelerada, portanto, no início do ano de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto do novo coronavírus como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em março do mesmo ano, o caracterizou como uma pandemia (OMS; OPAS, 2020a).

Em decorrência desse cenário pandêmico, medidas foram tomadas pelas diferentes esferas administrativas - federais, estaduais e municipais - com a intenção de controlar a propagação do vírus *Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2* (SARS-CoV-2), causador da Covid-19, uma vez que é de elevada transmissibilidade (BEZERRA *et al.*, 2020; BRASIL, 2021a). Com isso, a resposta inicial e mais difundida foi o isolamento social e, em paralelo, diversos países determinaram o fechamento de estabelecimentos, permanecendo somente aqueles considerados essenciais (AMORIM; RIBEIRO; BANDONI, 2020; BEZERRA *et al.*, 2020; BICALHO; LIMA, 2020; CORRÊA *et al.*, 2020; FERRANTE *et al.*, 2020; PIRES, 2020; SPERANDIO; MORAIS, 2021; COLÓN-RAMOS *et al.*, 2022).

Embora a medida de isolamento tivesse a intenção de evitar o aumento da mortalidade devido à disseminação do novo coronavírus, essa situação implicou nos sistemas sanitário, social, econômico, educacional e alimentar (ELSAHORYI *et al.*, 2020; LOURENÇO *et al.*, 2021; PEREIRA *et al.*, 2020; PMA, 2021a). Houve aumento de desemprego, associado à carência de renda (BICALHO; LIMA, 2020; CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2020; CEPAL; FAO, 2020a; GIACOMAN; HERRERA; AYALA-ARANCIBIA, 2021; BENÉ *et al.*, 2021), diminuição do abastecimento alimentar e redução do acesso físico e econômico a alimentos de qualidade - considerando que ocorreu, ainda, a flutuação de preço de insumos (BENÉ, 2020; CEPAL; FAO, 2020b; PMA; FAO; UNICEF, 2020; FAO; OPAS; UNICEF; PMA, 2021; MUSIC *et al.*, 2022).

Especialmente na América Latina, os problemas estruturais, incluindo desigualdade, informalidade trabalhista, baixos salários médios e, ainda, deficiências nos sistemas de saúde e de proteção social, acabaram prejudicando a região na capacidade de conter os impactos causados pela pandemia de Covid-19 (BRUNET *et al.*, 2021). Essa situação comprometeu, sobretudo, crianças e adolescentes em idade escolar, visto que, de acordo com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), em abril de 2020 ocorreu o fechamento das escolas em 179 países, associado à interrupção das aulas (BICALHO; LIMA, 2020; ELSAHORYI *et al.*, 2020; SPERANDIO; MORAIS, 2021; PMA, 2022a) e, por essa razão, cerca de 85 milhões de estudantes foram afetados na América Latina e no Caribe (MUCINHATO *et al.*, 2022; COLÓN-RAMOS *et al.*, 2022).

Dessa maneira, as consequências associadas à suspensão das aulas foram diversas, já que, em determinados locais, as escolas mantiveram-se fechadas até o primeiro semestre de 2022 (UNICEF, 2022a; PMA, 2022a). Com isso, os impactos para esses estudantes foram, e ainda estão, associados à educação (SPERANDIO; MORAIS, 2021) e a danos no desenvolvimento físico, psicológico e emocional (CORRÊA *et al.*, 2020). Impactou na interrupção ou precarização das refeições diárias levando ao risco de desnutrição e outros problemas de saúde, pois, para muitos, a alimentação escolar é a única refeição que consomem em um dia (PMA; FAO; UNICEF, 2020).

Sendo assim, com o intuito de dar continuidade aos programas de alimentação escolar (PAE) e assistir populações em vulnerabilidade social, cada nação respondeu aos desafios impostos pela pandemia a partir de condutas diferentes e de acordo com as suas particularidades. Portanto, houve diferentes estratégias, desde a distribuição de cestas/kits de alimentos, oferta de refeições prontas, opção de transferência monetária - seja por *vouchers*, vale-alimentação ou vale refeição e, ainda, a adoção de múltiplas medidas em um mesmo país (BEAZLEY; IRIZARRY; ORGERA, 2021). No entanto, em muitos contextos essas estratégias não foram suficientes para garantir a segurança alimentar<sup>1</sup> dos estudantes, já que tais modalidades não garantiram que as crianças foram efetivamente alimentadas (CORRÊA *et al.*, 2020; BEAZLEY; IRIZARRY; ORGERA, 2021; COLÓN-RAMOS *et al.*, 2022).

---

<sup>1</sup> Internacionalmente adota-se o termo *food security*, traduzido para o português como segurança alimentar. A nível nacional, portanto, utiliza-se o termo “segurança alimentar e nutricional (SAN)” com conceito definido pela Lei Federal no. 11.346 de 15 de setembro de 2006. Logo, compreende-se pela realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, art. 3º).

Historicamente, resultados apontam que os países da América Latina apresentam um panorama crítico, considerando que, entre 2014 e 2020, houve aumento da pobreza de 27,8% para 33,0%, e da extrema pobreza de 7,8% para 13,1% (CEPAL, 2022a). Além disso, devido à instabilidade econômica, a qual já era presente na região, após a chegada da pandemia, a América Latina passou a enfrentar a sua pior crise econômica, social e produtiva dos últimos anos (CEPAL, 2021a). Isso reforça, portanto, a necessidade de preservar os direitos envolvendo a alimentação escolar, já que essa política pública é fundamental para ampliar a segurança alimentar e nutricional e para o desenvolvimento adequado na infância (DRAKE *et al.*, 2016; BEAZLEY; IRIZARRY; ORGERA, 2021; FAO; OPAS; UNICEF; PMA, 2021), bem como está relacionada à melhor capacidade cognitiva (MINUSSI *et al.*, 2020; CUPERTINO *et al.*, 2022), ao menor risco de contrair doenças (REIS *et al.*, 2020; AMARAL; MARANO, 2021), à redução do abandono das escolas, entre outras contribuições (FAO; OPAS; UNICEF; PMA, 2021; FIAN-BRASIL; FBSSAN, 2021; CUPERTINO *et al.*, 2022).

Diante da problemática exposta, este estudo justifica-se pela necessidade de compreender a maneira como os países conduziram os programas de alimentação escolar em meio à crise sanitária, visto que o fechamento das escolas afetou inúmeras pessoas e em diferentes intensidades, especialmente crianças e adolescentes em idade escolar (AMORIM; RIBEIRO; BANDONI, 2020; CEPAL; FAO, 2020a; BEAZLEY; IRIZARRY; ORGERA, 2021). Além disso, este cenário agravou problemas já existentes na América Latina e que trazem consequências graves, como o aumento da insegurança alimentar até mesmo de setores que antes eram preservados (FAO *et al.*, 2021; GIACOMAN; HERRERA; AYALA-ARANCIBIA, 2021).

Embora o fenômeno da Covid-19 - em proporções de pandemia - tenha sido transitório, aponta-se a necessidade de explorar essa temática para, além de contribuir com o campo da pesquisa, auxiliar na construção de alternativas e planos de contingência em meio às situações emergenciais futuras. Sendo assim, entender esse processo possibilita auxiliar na compreensão dos impactos da pandemia que precisam ser abordados a médio e longo prazo, bem como levantar e avaliar as soluções encontradas com o intuito de fornecer subsídios para que, em momentos de instabilidade e crise alimentar, os envolvidos sejam capazes de agir mais prontamente e possam minimizar danos à população, especialmente à comunidade escolar.

Ainda, dado que a alimentação é um direito indispensável ao ser humano - respaldado internacionalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em 1948, pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) em 1966, assim como em outros momentos da história – é fundamental compreender o cenário da pandemia de Covid-19 (de 2020 a 2022) na perspectiva do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA)<sup>2</sup>, como uma maneira de analisar criticamente como se deram a garantia, as ameaças e/ou violações dos direitos humanos no âmbito da alimentação escolar (ONU, 1948; ONU, 1966; SOARES, 2018).

É observado, portanto, que, globalmente, as nações agiram de diversas formas como uma maneira de responder aos reflexos desiguais da Covid-19 (REIS *et al.*, 2020; BEAZLEY; IRIZARRY; ORGERA, 2021; JIANG *et al.*, 2021; PMA, 2021a; SILVA *et al.*, 2021; PALOMO *et al.*, 2022; PMA, 2022d). No entanto, há escassez de estudos que envolvam todos os países membros da América Latina e que explorem com detalhes a execução dos seus PAE em meio ao contexto da pandemia. Além disso, uma pesquisa preliminar foi realizada e nenhuma revisão de escopo atual ou em andamento sobre esta temática foi encontrada. Partindo dessa perspectiva, a presente dissertação busca realizar uma revisão de escopo, com o objetivo de analisar a execução dos programas de alimentação escolar da América Latina durante a pandemia de Covid-19 na perspectiva do DHANA. Sendo assim, esta pesquisa busca responder o seguinte questionamento: *Como foram executados os programas de alimentação escolar da América Latina no contexto da pandemia de Covid-19 na perspectiva do DHANA?*

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a execução dos programas de alimentação escolar da América Latina durante a pandemia de Covid-19 na perspectiva do DHANA.

---

<sup>2</sup> Embora a nomenclatura mais utilizada em documentos legais seja “Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)”, o conceito de DHANA é uma proposta da *Foodfirst Information and Action Network* (FIAN). A definição será abordada de forma detalhada na subseção 2.1.2 deste material.

## 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Mapear quais foram os programas vigentes de alimentação escolar nos países integrantes da América Latina durante a pandemia de Covid-19.
- b) Identificar as estratégias adotadas pelos países da América Latina na execução dos programas de alimentação escolar durante a pandemia de Covid-19.
- c) Descrever a execução dos programas de alimentação escolar da América Latina em meio à pandemia de Covid-19 na perspectiva do DHANA.
- d) Apresentar os desafios enfrentados pelos países da América Latina na execução dos programas de alimentação escolar durante a pandemia de Covid-19.

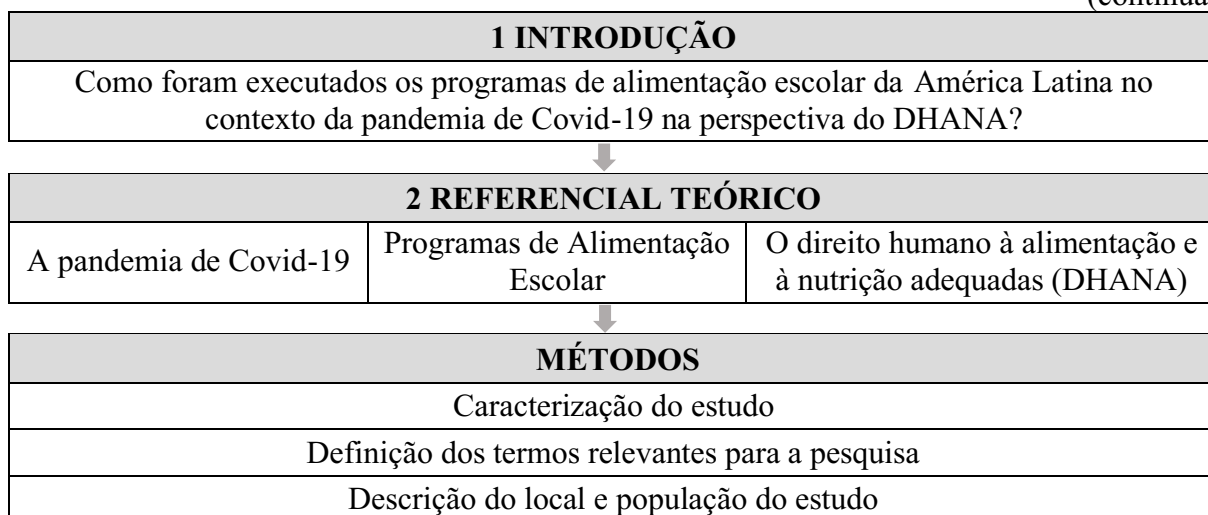
## 1.3 ESTRUTURA GERAL DO DOCUMENTO

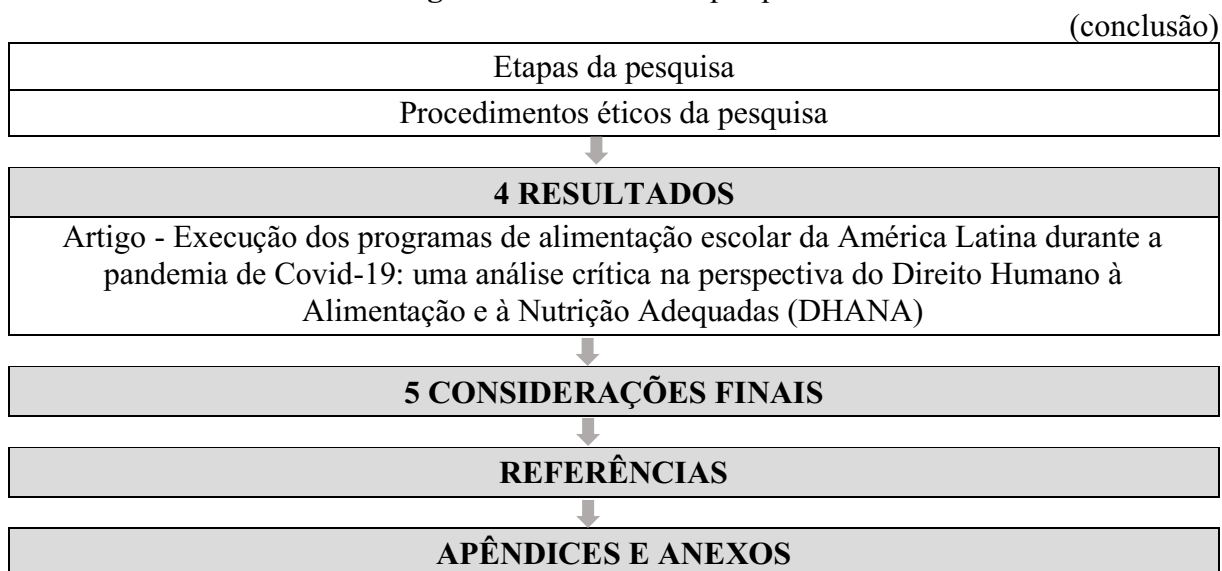
Este documento segue a configuração do “Tutorial de formatação de trabalhos acadêmicos A4 utilizando o WORD” proposto pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (BU/UFSC) (UFSC, 2021). Além disso, segue o disposto pelos procedimentos para elaboração de trabalhos de conclusão de curso para nível de mestrado e doutorado, de acordo com a Resolução Normativa nº 46/2019 (UFSC, 2019) da Câmara de Pós-Graduação da UFSC.

Em síntese, este trabalho está estruturado em sete seções, conforme demonstrado na Figura 1.

**Figura 1** – Estrutura da pesquisa.

(continua)



**Figura 2** – Estrutura da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A primeira seção deste documento introduz a pesquisa, apresentando a problemática e a justificativa do tema, além de trazer os objetivos - geral e específicos. A segunda seção apresenta o referencial teórico, o qual busca consolidar e sistematizar os achados e principais estudos a respeito da temática, bem como abordar elementos fundamentais para a sua compreensão. Em seguida, a terceira seção refere-se ao percurso metodológico, o qual objetiva detalhar de que maneira foi realizado o estudo e as suas etapas de elaboração. Os resultados são expostos na quarta seção, por meio de um artigo científico que responde à pergunta de partida e aos objetivos do estudo. Na sequência, a quinta seção retrata as considerações finais, abordando as limitações da pesquisa, suas potencialidades e uma breve conclusão acerca dos resultados encontrados. A penúltima seção refere-se às referências que foram utilizadas para o embasamento teórico e elaboração desta dissertação e, por fim, a última seção apresenta os apêndices - os quais contemplam documentos elaborados pela própria autora a fim de complementar a argumentação da pesquisa – e os anexos, documentos não elaborados pela autora.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção do documento compõe as temáticas centrais: A pandemia de Covid-19, os Programas de Alimentação Escolar (PAE) e o Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA). Para a sua elaboração foram consultadas as seguintes bases de dados: MEDLINE/PubMed, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e o repositório institucional de teses e dissertações da UFSC. Além destes, também foram consultados o Google Acadêmico, *sites* oficiais de órgãos nacionais e internacionais, bem como a literatura cinzenta.

Para as buscas desses materiais foram utilizados unitermos, conforme demonstrado no Quadro 1, os quais estão indexados no Descritores em Ciências da Saúde/*Medical Subject Headings* (DeCS/MeSH) ou foram selecionados a partir da leitura de artigos lidos previamente (BVS, 2022). A estratégia foi abrangente, incluindo termos relativos à Covid-19, à alimentação adequada e às escolas. De acordo com os recursos oferecidos nas bases de dados e com a quantidade de artigos encontrados em cada combinação, também foram utilizadas combinações distintas, com o objetivo de ampliar a localização dos estudos.

**Quadro 1** - Unitermos, em português e inglês, utilizados para a busca de artigos científicos nas bases de dados.

(continua)

PORTUGUÊS	INGLÊS
<b>Covid-19</b>	
Covid-19, Pandemia COVID-19, Pandemia por COVID-19 <sup>1,2</sup>	<i>Covid-19, COVID-19 pandemic, COVID-19 Pandemics</i> <sup>1,2</sup>
SARS-CoV-2, Vírus da COVID-19 <sup>1,2</sup>	<i>SARS-CoV-2, COVID-19 Virus</i> <sup>1,2</sup>
Quarentena <sup>1,2</sup>	<i>Quarantine</i> <sup>1,2</sup>
Distanciamento Social <sup>1,2</sup>	<i>Social Distancing</i> <sup>1,2</sup>
<b>Alimentação Adequada</b>	
Direito Humano à Alimentação Adequada <sup>1,2</sup>	<i>Human Right to Adequate Food</i> <sup>1,2</sup>
Segurança Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional <sup>1,2</sup>	<i>Food Security, Food and Nutrition Security</i> <sup>1,2</sup>

**Quadro 1** - Unitermos, em português e inglês, utilizados para a busca de artigos científicos nas bases de dados.

(conclusão)

<b>Escolas</b>	
Escolas <sup>1,2</sup>	<i>Schools</i> <sup>1,2</sup>
Alimentação escolar, merenda escolar <sup>1,2</sup>	<i>School Feeding</i> <sup>1,2</sup>
Programa de alimentação escolar	<i>School feeding program</i>
Fechamento das escolas	<i>School closure</i>

**Legenda:** <sup>1</sup>Descritores cadastrados no MeSH (*Medical Subject Headings*);

<sup>2</sup>Descritores cadastrados no DeCS (Descritores das Ciências da Saúde).

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2022.

## 2.1 A PANDEMIA DE COVID-19 E SEUS REFLEXOS NA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

### 2.1.1 A pandemia de Covid-19

Em dezembro de 2019 foi detectada, pela primeira vez, uma pneumonia de etiologia desconhecida em Wuhan, província de Hubei, na China. Logo, de acordo com o “Relatório de Situação - 1”, publicado em janeiro de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), do dia 31 de dezembro de 2019 ao dia 3 de janeiro de 2020, já havia 44 casos de pessoas infectadas por essa doença no país, porém o agente causal ainda não tinha sido identificado até aquele momento (OMS, 2020a).

Dias seguintes, em 7 de janeiro de 2020, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) da China anunciou que a pneumonia viral se tratava de um novo coronavírus do gênero  $\beta$  (beta), denominado *Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2* (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em amostras de fluido de lavagem broncoalveolar de um paciente infectado (TAN *et al.*, 2020; ALSHARIF; QURASHI, 2021; BRASIL, 2021a).

Posteriormente, a patologia foi nomeada de *Coronavirus Disease* (COVID-19) e, em menos de um mês, foi relatada em quatro países, entre eles China (com 278 casos), Tailândia (dois casos), Japão (um caso) e República da Coreia (um caso) (OMS, 2020). Na América Latina o primeiro relato ocorreu no Brasil, em São Paulo, no mês de fevereiro de 2022 (CRODA; GARCIA, 2020; RODRIGUEZ-MORALES *et al.*, 2020).

Dessa maneira, devido à rápida evolução da infecção externamente ao território chinês, em 30 de janeiro de 2020 a OMS anunciou, pela sexta vez na história, o estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)<sup>3</sup> - precedido apenas pelos surtos do vírus H1N1 (2009), do Poliovírus (2014), do Ebola na África Ocidental (2014), do vírus Zika (2016) e do Ebola na República Democrática do Congo (2019). Sendo assim, logo em seguida, em 11 de março do mesmo ano, a OMS declarou o surto do novo coronavírus como uma pandemia, visto que houve a disseminação da doença a nível mundial e de forma sustentada (OMS; OPAS, 2020a).

Esse cenário agravou-se rapidamente devido ao elevado potencial de transmissibilidade do vírus SARS-CoV-2, já que evidências disponíveis sugeriam que essa transmissão ocorre de humanos para humanos a partir de gotículas respiratórias, bem como pelo toque em superfícies contaminadas - seguido do toque ao nariz, boca ou olhos - além de espalhar-se em ambientes mal ventilados, pois os aerossóis permanecem suspensos no ar ou vagam a mais de um metro (SILVA *et al.*, 2020; BRASIL, 2021a; CDC, 2021; OMS; OPAS, 2021a).

Portanto, devido à gravidade da doença e à acelerada propagação, iniciou-se uma crise mundial de saúde pública pois, em abril de 2020, considerado um dos meses do auge de letalidade daquele ano, o novo coronavírus já havia provocado mais de 50 mil óbitos no mundo (OMS, 2022a). Diante disso, muitos países, estados e municípios decretaram gradualmente, e de forma heterogênea, estado de *lockdown*. Ou seja, houve início do isolamento social associado ao bloqueio de fronteiras, à restrição de viagens, à imposição do período de quarentena para pessoas infectadas (ou que tivessem histórico de viagem para países com alta prevalência viral), ao fechamento de estabelecimentos (empresas, comércios, escolas, universidades), bem como à proibição da circulação de pessoas nas ruas (exceto para a busca de medicamentos, alimentos ou para buscar assistência à saúde) (AQUINO *et al.*, 2020; AMORIM; RIBEIRO; BANDONI, 2020; BEZERRA *et al.*, 2020; BICALHO; LIMA, 2020; CORRÊA *et al.*, 2020; JAIN *et al.*, 2022; PIRES, 2020; SPERANDIO; MORAIS, 2021; COLÓN-RAMOS *et al.*, 2022).

Naquele período, de acordo com o estudo publicado no periódico *The Lancet Respiratory Medicine*, o número de internações apresentou oscilações e, devido ao surgimento

---

<sup>3</sup> No Regulamento Sanitário Internacional (RSI) (2005 *apud* OMS, 2019) uma ESPII é definida como "um evento extraordinário que foi determinado" (...) "que constitui um risco para a saúde pública de outros Estados devido à propagação internacional de uma doença e que poderia exigir uma resposta internacional coordenada." De acordo com essa definição, é uma situação que: é séria, repentina, incomum e inesperada; tem repercussões na saúde pública além das fronteiras do Estado afetado; pode exigir ação internacional imediata.

de picos de ondas da Covid-19 em todo o mundo, verificou-se um pressionamento da comunidade médica. Além disso, houve falta de profissionais, de oxigênio e outros suprimentos fundamentais, bem como superlotação de leitos nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) (JAIN *et al.*, 2022).

Assim sendo, com o intuito de evitar a transmissão do vírus e de conter a pandemia, organizações, como a OMS, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)<sup>4</sup> e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)<sup>5</sup>, publicaram diversos materiais sobre os cuidados necessários para prevenção e controle de infecções. Esses cuidados incluem orientações - as quais eram atualizadas periodicamente - quanto à correta triagem de pacientes infectados (para profissionais de saúde), além da importância e o uso correto de máscaras para a população em geral (incluindo crianças e adolescentes), bem como sobre os procedimentos para higienização das mãos, com água e sabão e uso de álcool 70%, e a respeito do distanciamento físico (OMS, 2020b; OMS; OPAS, 2020b; OMS; OPAS, 2020c; OMS; OPAS, 2020d; UNICEF, 2020a; OMS; OPAS, 2021b; UNICEF, 2022c). Além disso, em 2022 a OMS publicou um material intitulado “*Infection prevention and control in the context of coronavirus disease (COVID-19): A living guideline*”, documento com diretrizes atualizadas sobre providências indispensáveis para a prevenção e controle da Covid-19, já que, à medida que novas evidências vão surgindo, novos documentos são elaborados e/ou atualizados por essa instituição (OMS, 2022b).

Ainda com o intuito de controlar a situação epidemiológica da doença, visto que foram identificadas variantes do vírus, entre elas: alfa, beta, delta, gamma e ômicron (CEPAL, 2022 b), até o primeiro semestre de 2022 foram desenvolvidas 11 vacinas validadas pela OMS (OMS; OPAS, 2022a). De acordo com dados de fevereiro de 2023, mais de 13 bilhões de doses foram administradas globalmente até o momento (OMS, 2023). No entanto, a OMS relata que um bilhão de pessoas ainda permanecem não vacinadas e, na sua maioria, vindos de países de baixa renda. Deste modo, reforça a necessidade de ampliação da vacinação, já que apenas 57 países vacinaram 70% de suas populações, e quase todos de alta renda (OMS, 2022d).

Dados de maio de 2023 também revelam que mais de 760 milhões de casos de Covid-19 foram confirmados no mundo, incluindo mais de 6,9 milhões de óbitos. Segundo esses dados, as Américas representam a terceira região com o maior número de casos e a primeira

---

<sup>4</sup> É a agência internacional especializada em saúde pública das Américas (OPAS, 2022a).

<sup>5</sup> Fundado em 1946, trabalha em colaboração com as Nações Unidas e outras agências da ONU para garantir que as questões da infância estejam na agenda global. Lutam pelos direitos humanos de todas as crianças que buscam abrigo seguro, comida, proteção contra desastres e conflitos e igualdade (UNICEF, 2022b).

região com o maior número de mortes entre as seis examinadas (Europa, Américas, Pacífico Ocidental, Sudeste da Ásia, Mediterrâneo Oriental e África) (OMS, 2023).

Especialmente na América Latina, desde o início da pandemia até maio de 2023, o número de casos confirmados contava com mais de 75 milhões de pessoas, incluindo cerca de 1,7 milhões de óbitos reportados (OPAS, 2023a). Nesse panorama, os países com o maior número de casos na região foram o Brasil (49,6% dos casos), seguido da Argentina (13,3% dos casos) e do México (10% dos casos) e, no que se refere ao número de mortes, os países que se destacaram foram o Brasil (40% de óbitos), seguido do Argentina (19% de óbitos) e do Peru (12% de óbitos) (OPAS, 2023a).

Quanto às populações afetadas pela pandemia de Covid-19, a OMS (2020) declara que, apesar de reconhecer que os *lockdowns* possam reduzir a velocidade de transmissão da doença, uma vez que as pessoas se mantêm em distanciamento físico, sua posição é que:

[...] essas medidas afetam desproporcionalmente grupos desfavorecidos, incluindo pessoas em situação de pobreza, migrantes, pessoas deslocadas internamente e refugiados, que na maioria das vezes vivem em locais superlotados e com poucos recursos e dependem do trabalho diário para sua subsistência (OMS; OPAS, 2020e).

Além disso, de acordo com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe<sup>6</sup> (CEPAL), a pandemia causou, além da crise sanitária, uma crise social e econômica, já que o mercado de trabalho foi afetado pela elevada perda de empregos (CEPAL, 2022b). E, segundo a Organização Internacional do Trabalho<sup>7</sup> (OIT, 2022b), estima-se que, desde o final de 2019 (pré-crise) até o primeiro trimestre de 2022, devido à instabilidade econômica, houve um déficit de 112 milhões de empregos em tempo integral em todo o mundo. Estima-se, ainda, que no ano de 2021 perdeu-se o equivalente a mais de 30 milhões de postos de trabalho, sendo a América Latina e o Caribe uma das regiões mais afetadas (OIT, 2021).

Com isso, observa-se um impacto desigual nos grupos populacionais, quanto ao gênero e a idade, já que a taxa de desemprego feminino alcançou 11,8%, enquanto o masculino atingiu 8,1% (CEPAL, 2022c). De acordo com o documento “*Global Economic Prospects*” do Banco

---

<sup>6</sup> É uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social (CEPAL, 2020).

<sup>7</sup> A OIT é uma organização das Nações Unidas e sua missão é promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade (OIT, 2022a).

Mundial<sup>8</sup> (BM, 2022b), além das mulheres, há outros grupos desfavorecidos da população, como trabalhadores pouco qualificados e trabalhadores do setor informal, os quais também foram desproporcionalmente impactados pela pandemia. Ainda, pessoas jovens foram mais afetadas, o que prejudica não somente o emprego, mas interrompe a educação (CEPAL, 2021b).

Logo, no âmbito educacional, com a intenção de manter um vínculo pedagógico em meio à situação emergencial, houve a adaptação do ensino presencial para o ensino à distância via plataformas virtuais. Porém, esta condição foi menos acessível para crianças e adolescentes, principalmente, entre aqueles de baixa renda que não possuem aquisição dos meios digitais, o que os prejudica e pode retardar o aprendizado (UNICEF, 2020b; BEAZLEY; IRIZARRY; ORGERA, 2021). Outro ponto é que, desde o fechamento das escolas, muitos estudantes deixaram de ter acesso aos programas de alimentação escolar e à(s) refeição(ões) que realizavam no local. Deste modo, essa situação pode ter aumentado a vulnerabilidade a doenças, visto que a alimentação inadequada prejudica o sistema imunológico, e, mais uma vez, pode ter dificultado o processo educacional (CORRÊA *et al.*, 2020; PEREIRA *et al.*, 2020; COLÓN-RAMOS *et al.*, 2022).

Dessa maneira, prevê-se que, devido à pandemia de Covid-19 e às diferenças na condução do papel do Estado, os impactos negativos, físicos e sociais, perdurem em diferentes segmentos da população (BEZERRA *et al.*, 2020). E, embora alguns países da América Latina tenham optado em suspender o estado de emergência nacional da crise sanitária em meio à pandemia, como, por exemplo, o Uruguai (em 5 de abril de 2022), o Paraguai (em 18 de abril de 2022) e o Brasil (em 22 de abril de 2022), a OMS declarou que, mesmo que a doença tivesse se estabilizado nas Américas, os países deveriam permanecer vigilantes (OMS; OPAS, 2020a; OMS; OPAS, 2022b; BRASIL, 2022a; PARAGUAI, 2022; URUGUAI, 2022).

Ainda, em maio de 2023 a OMS declarou o fim do estado de ESPII referente à Covid-19, no entanto, também destaca que não significa que a doença tenha deixado de ser uma ameaça à saúde e, de acordo com uma fala do diretor da OPAS “(...) é hora de nos concentrarmos em nos preparar melhor para futuras emergências e reconstruir melhor para um futuro mais saudável e sustentável” (OPAS, 2023b).

---

<sup>8</sup> Uma das maiores fontes mundiais de financiamento e conhecimento para países em desenvolvimento. Suas cinco instituições compartilham o compromisso de reduzir a pobreza, aumentar a prosperidade compartilhada e promover o desenvolvimento sustentável (BM, 2022a).

### 2.1.2 Reflexos da pandemia de Covid-19 nas condições de alimentação e nutrição a nível mundial

Paralelamente às medidas de confinamento adotadas para conter a propagação da pandemia de Covid-19, associadas à perda de emprego, à carência de renda, bem como à recessão econômica, houve, ainda, efeitos sobre as atividades do sistema alimentar (produção, distribuição, comércio e consumo de alimentos) e seus resultados, especialmente na segurança alimentar e no bem-estar social (BENÉ *et al.*, 2021; CEPAL; FAO, 2020a; GIACOMAN; HERRERA; AYALA-ARANCIBIA, 2021).

Foram acentuadas fragilidades nos sistemas agroalimentares, visto que, devido às restrições impostas às feiras e outros mercados locais, houve declínio na produção por parte dos agricultores e os preços dos alimentos foram elevados (BENÉ, 2020; FIDA, 2021). Desse modo, a crise reduziu o acesso aos alimentos frescos, como frutas, legumes e verduras, além de favorecer a compra de produtos não perecíveis e, em muitos casos, ultraprocessados<sup>9</sup> (CEPAL; FAO, 2020a; FIDA, 2021). Essa situação impactou tanto na qualidade nutricional da dieta, quanto em dois outros aspectos: a oferta e a demanda por alimentos (BENÉ, 2020; CEPAL; FAO, 2020a; OMS *et. al.*, 2022).

Dados do relatório “*The State of Food Security and Nutrition in the World*”, publicado em 2022 por organizações internacionais, como Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)<sup>10</sup>, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)<sup>11</sup>, Programa Mundial de Alimentos (PMA)<sup>12</sup>, UNICEF e a OMS, mostram que os preços dos alimentos foram mais altos no final de 2020 do que qualquer mês dos seis anos anteriores. Isso traduziu diretamente no aumento do custo médio de uma dieta saudável para todas as regiões do mundo e, assim, o número de pessoas incapazes de pagar por uma refeição adequada (baseada em

---

<sup>9</sup> São formulações industriais tipicamente com cinco ou mais ingredientes, cujos aditivos empregados possuem o objetivo de imitar as qualidades sensoriais dos alimentos *in natura* ou minimamente processados ou disfarçar qualidades sensoriais indesejáveis do produto final (MONTEIRO *et al.*, 2010; MONTEIRO *et al.*, 2016).

<sup>10</sup> É uma agência especializada das Nações Unidas que lidera os esforços internacionais para derrotar a fome e trabalha em mais de 130 países em todo o mundo (FAO, 2022a).

<sup>11</sup> É uma instituição financeira internacional e uma agência especializada das Nações Unidas dedicada à erradicação da pobreza e da fome nas áreas rurais dos países em desenvolvimento (FIDA, 2022).

<sup>12</sup> É a maior organização humanitária do mundo, salvando vidas em emergências e usando a assistência alimentar para construir um caminho para a paz, estabilidade e prosperidade para pessoas que se recuperam de conflitos, desastres e o impacto das mudanças climáticas (PMA, 2022b).

variedade de alimentos não processados ou minimamente processados<sup>13</sup>, balanceados entre os grupos de alimentos) aumentou de 112 milhões, em 2019, para quase 3,1 bilhões em 2020 (OMS *et al.*, 2022). Ainda, em razão do aumento dos custos de transporte, da desaceleração do transporte marítimo devido ao fechamento dos portos, das interrupções causadas pela transmissão do vírus, pelo aumento da inflação, elevação de preços dos insumos, bem como redução do abastecimento alimentar, houve, também, redução da acessibilidade, física e econômica, do consumidor (CEPAL; FAO, 2020b; FAO, 2020a; MARDONES *et al.*, 2020; PMA; FAO; UNICEF, 2020; FAO; OPAS; UNICEF; PMA, 2021; MUSIC *et al.*, 2022).

Portanto, devido a essa dificuldade de acesso e do fechamento de estabelecimentos, como uma maneira de adquirir produtos prontos para consumo e de alimentos em geral, ocorreu o aumento do uso do *e-commerce* (comércio eletrônico) (CEPAL; FAO, 2020a; DANNENBERG *et al.*, 2020; MUSIC *et al.*, 2022). No entanto, essa é uma opção acessível para os domicílios com maior poder aquisitivo, já que depende de meios eletrônicos para o pagamento, bem como depende da disponibilidade de conexão da internet. Por isso, embora o meio digital pareça promover acesso aos alimentos, expõe ainda mais as desvantagens das populações marginalizadas (CEPAL; FAO, 2020a; NILES *et al.*, 2020; O'HARA; TOUSSAINT, 2021). Alguns locais que aderiram a esse recurso, por exemplo, foram a Alemanha, algumas regiões da América Latina, como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru. Em contrapartida, em locais da África, o uso desse instrumento não ocorreu da mesma maneira (CEPAL; FAO, 2020a; DANNENBERG *et al.*, 2020; REARDON, 2021).

Deste modo, devido à aquisição aumentada e ao consumo de alimentos ultraprocessados na América Latina, de 2014 a 2019 observou-se um aumento do sobrepeso e da obesidade, em que 60% das mulheres e 58,8% dos homens da região apresentaram-se acima do peso, além dos 7,5% de crianças menores de 5 anos. Esses diagnósticos nutricionais foram associados a hábitos alimentares pouco saudáveis, além de serem considerados fatores de risco crítico para as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), assim como para a infecção pela Covid-19 (FAO; OPAS; UNICEF; PMA, 2021).

---

<sup>13</sup> Alimentos minimamente processados são alimentos *in natura* que, antes de sua aquisição, foram submetidos a alterações mínimas. Exemplos incluem grãos secos, polidos e empacotados ou moídos na forma de farinhas, raízes e tubérculos lavados, cortes de carne resfriados ou congelados e leite pasteurizado (BRASIL, 2014; MONTEIRO *et al.*, 2016).



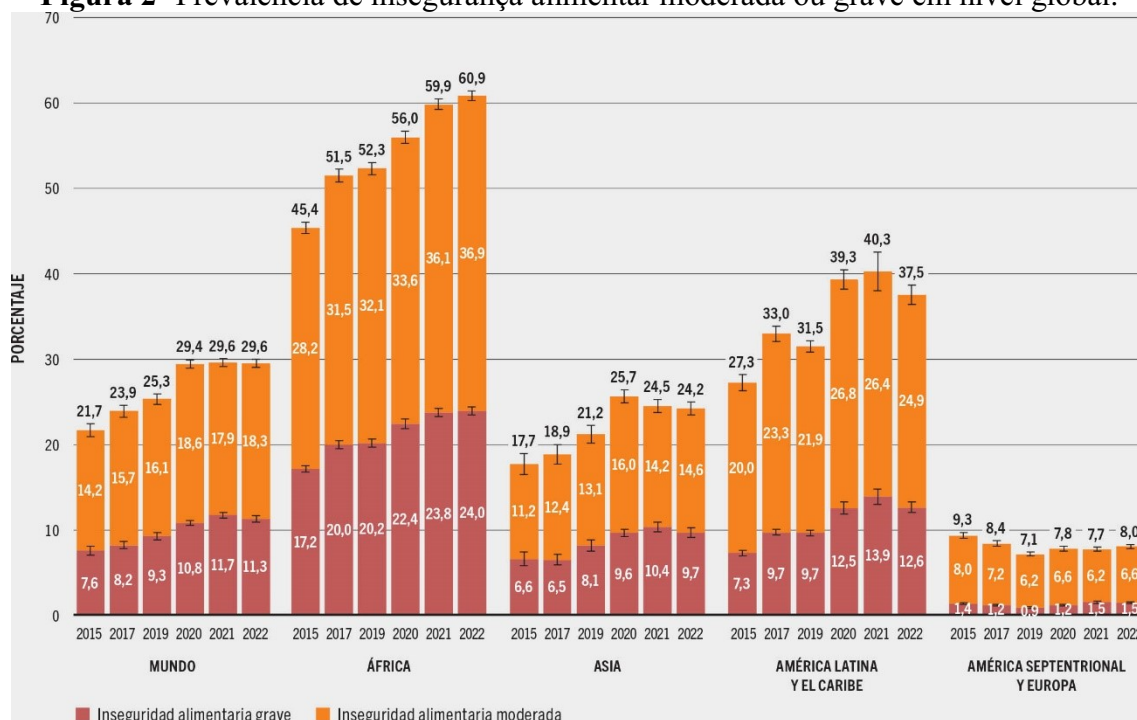
Logo, dada a diversidade de contexto e da situação econômica de cada país, os esforços para o combate à pandemia de Covid-19 nas condições de alimentação e nutrição ocorreram de maneiras distintas e, de certa forma, contribuíram para o aumento das desigualdades a nível mundial, o que agravou a situação de insegurança alimentar (UDMALE *et al.*, 2020; OMS *et al.*, 2022).

A Figura 2 retrata a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave em nível global, a qual tem sido observada desde que a FAO começou a coletar dados da *Food Insecurity Experience Scale* (FIES) em 2014 (FAO *et al.*, 2023). A *FIES* consiste em uma escala mensurada por oito questões que informam as condições e experiências relacionadas com a falta de acesso aos alimentos (FAO *et al.*, 2023).

Para FAO *et al.* (2023), existe segurança alimentar quando:

[...] todas as pessoas têm, em todos os momentos, acesso físico, social e econômico a alimentos seguros e nutritivos suficientes para satisfazer suas necessidades nutricionais e preferências alimentares para levar uma vida saudável ativa e saudável. De acordo com esta definição, eles podem determinar quatro dimensões de segurança alimentar: disponibilidade de alimentos, acesso físicos e econômicos para eles, o uso de alimentação e estabilidade ao longo do tempo (FAO *et al.*, 2023, p. 265).

Quanto à insegurança alimentar moderada, trata-se da falta de acesso consistente a alimentos, o que reduz a qualidade da dieta, bem como interrompe os padrões normais de alimentação e pode ter prejuízos para a nutrição e estado de saúde. Já a insegurança alimentar grave refere-se ao estado em que há falta de alimento, levando, conseqüentemente, à fome e, com isso, afeta gravemente o estado de saúde e o bem-estar (FAO *et al.*, 2023).

**Figura 2-** Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave em nível global.

Fonte: FAO *et al.*, 2023, p.20.

Constatou-se, portanto, que em 2020, ano em que a Covid-19 se disseminou pelo mundo, os níveis de insegurança alimentar aumentaram o equivalente aos cinco anos anteriores combinados (FAO *et al.*, 2023). De 2020 para 2021, a insegurança alimentar moderada permaneceu pouco alterada, já a situação de insegurança alimentar grave elevou ainda mais - estima-se que, em 2021, quase 30% da população global (2,3 bilhões de pessoas) estava em insegurança alimentar moderada ou grave (OMS *et al.*, 2022; FAO *et al.*, 2023).

Ainda, conforme o exposto na Figura 2, entre 2021 e 2022 foi observado que a insegurança alimentar moderada ou grave permaneceu sem variação a nível mundial. Já na América Latina e no Caribe, embora tenha sido observado um crescimento significativo de 2019 para 2021, no ano de 2022 os níveis de insegurança alimentar reduziram na região (FAO *et al.*, 2023).

Apesar disso, nota-se que o padrão desigual de recuperação econômica entre os países da América Latina acentuou a situação de insegurança alimentar que já existia na região, visto que, de 2014 para 2019, houve aumento da prevalência de 22,6% para 31,6% quanto à insegurança alimentar moderada ou grave, e países como El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua e Venezuela já apresentavam altos níveis de insegurança alimentar e pobreza antes da pandemia (FAO *et al.*, 2021).

Há evidências do agravamento dessas condições na América Latina em meio ao cenário emergencial, uma vez que, de acordo com um estudo longitudinal realizado no Chile, foi possível analisar o aumento da insegurança alimentar na região devido ao novo coronavírus, dado que os níveis de insegurança alimentar aumentaram significativamente ( $P < 0,001$ ) entre 2017 (30%) e 2020 (49%), especialmente em grupos populacionais economicamente dependentes (crianças, adolescentes e idosos) (GIACOMAN; HERRERA; AYALA-ARANCIBIA, 2021).

Outro estudo, cuja realização ocorreu no México, usando a Escala de Segurança Alimentar da América Latina e do Caribe (ELCSA) incluída em três ondas transversais (abril, maio e junho de 2020) de uma pesquisa via telefone, apresenta que o bloqueio da Covid-19 foi associado a uma queda significativa na segurança alimentar de 39% em 2018 para 25% em junho de 2020 nas famílias com crianças (GAITÁN-ROSSI *et al.*, 2020). Já no Brasil, de acordo com o “II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19”, desenvolvido entre novembro de 2021 e abril de 2022, constatou-se que mais da metade da população brasileira, 58,7% (125,2 milhões de pessoas), estava em algum grau de insegurança alimentar. Além disso, foi verificado que a fome passou de 9% (19,1 milhões de pessoas) para 15,5% (33,1 milhões de pessoas) em menos de um ano no país, e que nas famílias com crianças menores de dez anos a fome dobrou, passando de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2022 (REDE-PENSSAN, 2022).

Observou-se, ainda, que devido à pandemia, foi acentuada a disparidade de gênero na insegurança alimentar a nível mundial, uma vez que, em 2021, 31,9% das mulheres no mundo apresentaram insegurança alimentar moderada ou grave em comparação com 27,6% dos homens (OMS *et al.*, 2022). Na América Latina essa diferença é ainda mais elevada, o que pode ser justificado, em partes, pela dificuldade das mulheres da região no acesso a recursos e oportunidades de emprego, o que limita sua renda, bem como a subsistência e provoca maior insegurança alimentar (FAO *et al.*, 2021; OMS *et al.*, 2022).

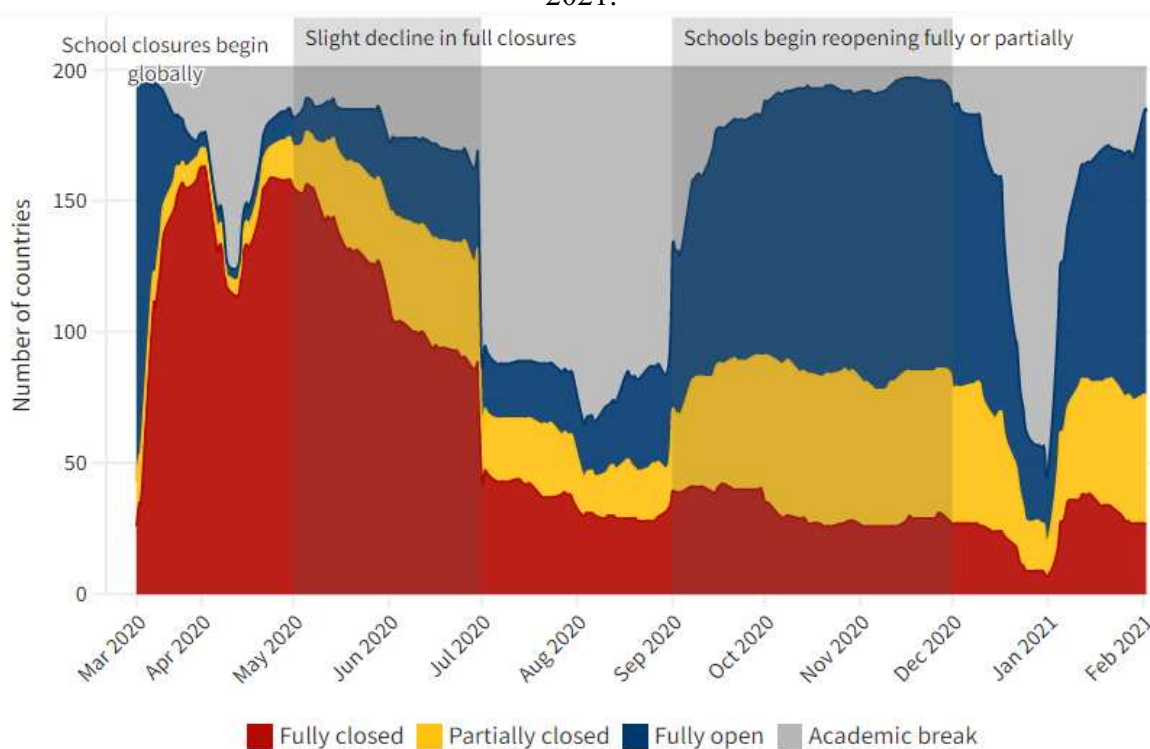
Além das mulheres, as crianças e os adolescentes também se enquadram entre os grupos mais afetados quanto à alimentação e nutrição em razão da pandemia, já que, devido ao fechamento das escolas, os estudantes foram restringidos quanto ao acesso à alimentação escolar e, para muitos, esta é a única refeição que consomem em um dia (PMA; FAO; UNICEF, 2020). Logo, a subseção seguinte detalha de que maneira ocorreu o fechamento das escolas e, consequentemente, a interrupção da alimentação nesses locais.

### 2.1.2.1 O fechamento das escolas e a interrupção da alimentação escolar

Desde o início do cenário pandêmico de Covid-19, devido aos bloqueios e aos protocolos de distanciamento físico, houve interrupção das atividades educacionais em quase todo o mundo, política derivada de surtos anteriores como, por exemplo, em 2009 pela gripe H1N1 (WU *et al.*, 2010; JACKSON *et al.*, 2013; UNICEF, 2022d). Dessa maneira, em abril de 2020 (um mês após a OMS ter declarado o surto do novo coronavírus como uma pandemia), o fechamento das escolas havia acometido cerca de 1,6 bilhão de alunos, o equivalente a mais de 90% da população global de estudantes (NU, 2020; OMS; OPAS, 2020a). Em média, as escolas permaneceram 20 semanas totalmente fechadas e 21 semanas fechadas de forma parcial, sendo que, mundialmente, um em cada dez países fecharam totalmente as suas escolas por mais de 40 semanas (UNICEF, 2022d).

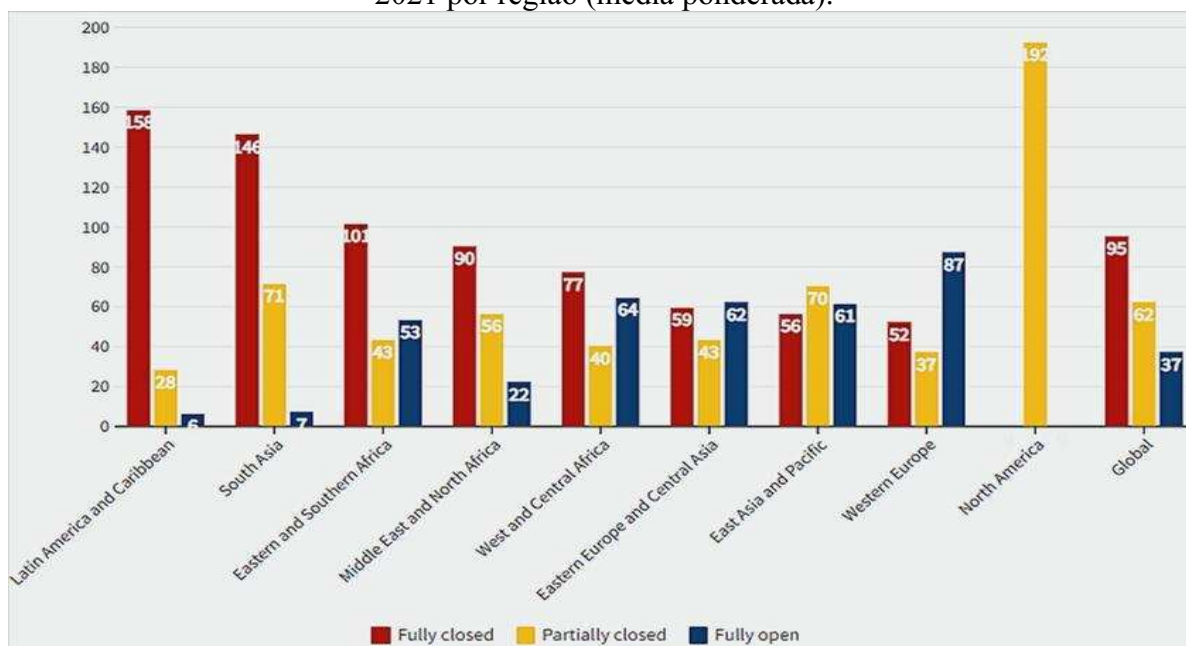
Dados de março de 2020 a fevereiro de 2021 mostram que o fechamento das escolas oscilou durante todo o ano (Figura 3) e, ainda, que essa interrupção ocorreu de forma heterogênea entre as regiões mundiais, conforme demonstrado na Figura 4 (UNICEF, 2021).

**Figura 3** - Série temporal do status de fechamento de escolas de março de 2020 a fevereiro de 2021.



Fonte: UNICEF, 2021.

**Figura 4** - Número de dias do status de abertura das escolas de março de 2020 a fevereiro de 2021 por região (média ponderada).

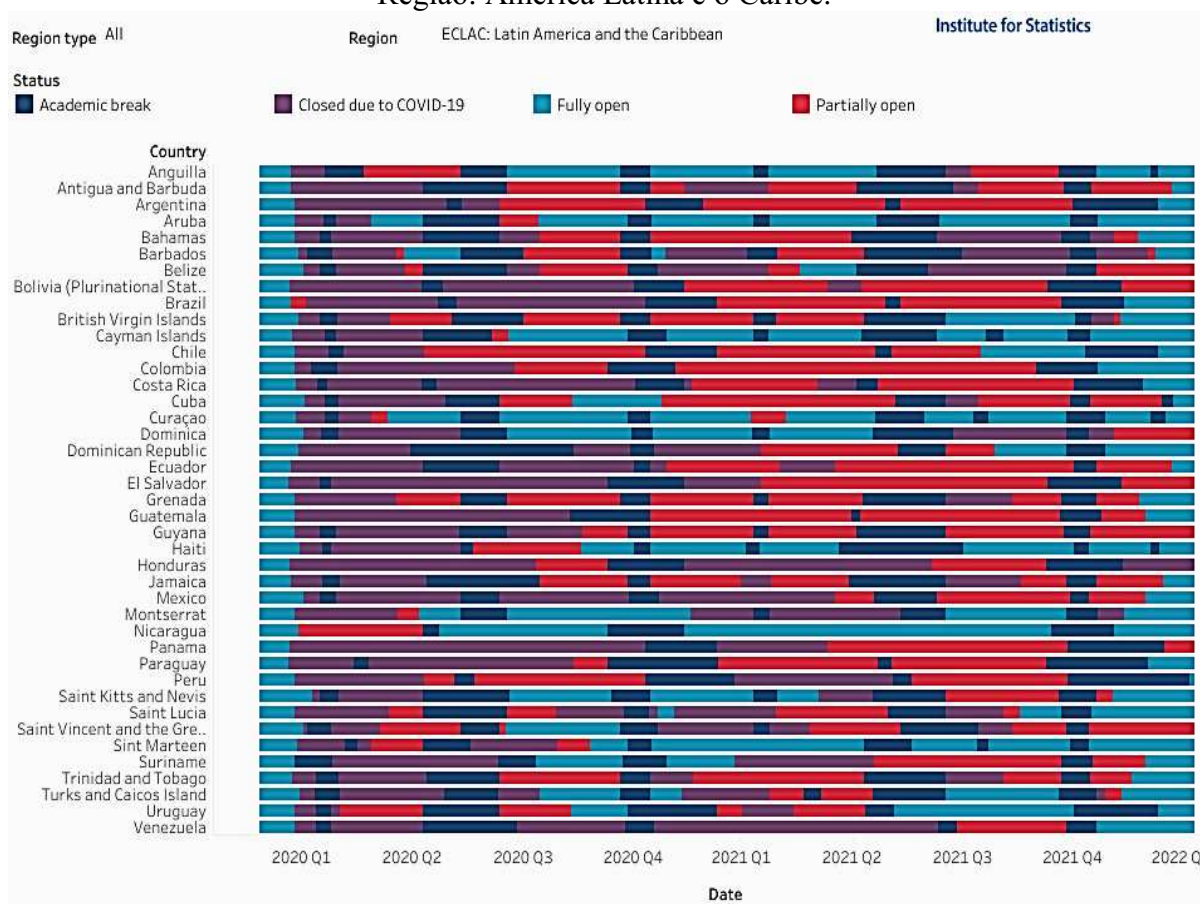


Fonte: UNICEF, 2021.

Ainda, informações do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>14</sup> apontam um monitoramento do fechamento das escolas causado pela Covid-19 na América Latina e no Caribe entre 2020 e 2022, bem como o respectivo status por período: “Férias escolares”, “Fechado devido à Covid-19”, “Totalmente aberto” ou “Parcialmente aberto” (Figura 5). Portanto, foram considerados “Fechados” quando os fechamentos afetaram a maioria ou todos os alunos matriculados nos níveis pré-primário, primário, secundário inferior e superior; “Parcialmente aberto” refere-se a situações em que as escolas foram fechadas em algumas unidades administrativas de um país, para alguns níveis de ensino, ou estavam operando com capacidade limitada; já o status “Totalmente aberto” significa que as aulas foram realizadas pessoalmente para todos os alunos e em todos os níveis de ensino (UNESCO-UIS, 2022; UNICEF, 2021).

<sup>14</sup> Agência especializada das Nações Unidas que busca construir a paz por meio da cooperação internacional em educação, ciências e cultura (UNESCO, 2022).

**Figura 5 - Monitoramento global do fechamento das escolas causado pela Covid-19 – Região: América Latina e o Caribe.**



Fonte: UNESCO-UIS, 2022.

Diante desses dados nota-se que, no início de 2020, houve predomínio de escolas fechadas na região e apenas o Brasil e a Nicarágua estavam com as escolas parcialmente abertas. Em contrapartida, em março de 2022 (últimos dados coletados), grande parte dos países encontraram-se com as escolas abertas, enquanto países como Panamá, El Salvador e Bolívia apresentaram status “Parcialmente aberto” e apenas Honduras ainda estava com as escolas totalmente fechadas (UNESCO-UIS, 2022).

O Quadro 2 apresenta com mais detalhes o tempo médio, em semanas, do fechamento das escolas na América Latina, bem como a quantidade de matrículas efetuadas - Pré-primário ao Secundário Superior - no período entre fevereiro de 2020 e março de 2022.

**Quadro 2** - Monitoramento do fechamento das escolas na América Latina causado pela Covid-19, de 2020 a 2022.

<b>Fevereiro/2020 a Março/2022</b>			
<b>País</b>	<b>Semanas Totalmente Fechadas</b>	<b>Semanas Parcialmente Abertas</b>	<b>Matrículas (Pré-primário ao Secundário Superior)</b>
<b>Argentina</b>	20 a 25	60	11.089.721
<b>Bolívia</b>	40 a 45	> 45	2.995.714
<b>Brasil</b>	35 a 40	> 40	43.973.712
<b>Chile</b>	10 a 15	55	3.681.838
<b>Colômbia</b>	20 a 25	50 a 55	10.986.993
<b>Costa Rica</b>	40 a 45	35 a 40	1.138.288
<b>Cuba</b>	15 a 20	> 55	1.894.021
<b>Equador</b>	40	> 50	4.462.460
<b>El Salvador</b>	> 45	40 a 45	1.414.326
<b>Guatemala</b>	30 a 35	50 a 55	4.150.808
<b>Haiti</b>	18	12 a 14	3.774.770
<b>Honduras</b>	65 a 70	20 a 25	2.027.822
<b>México</b>	50 a 55	25 a 30	33.121.912
<b>Nicarágua</b>	0	15	1.607.008
<b>Panamá</b>	55	30 a 35	837.246
<b>Paraguai</b>	30 a 35	> 40	1.519.678
<b>Peru</b>	30 a 35	40 a 45	8.221.238
<b>República Dominicana</b>	> 30	20 a 25	2.572.324
<b>Uruguai</b>	10	30	788.727
<b>Venezuela</b>	> 60	10 a 15	6.866.822

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base em UNESCO-UIS (2022).

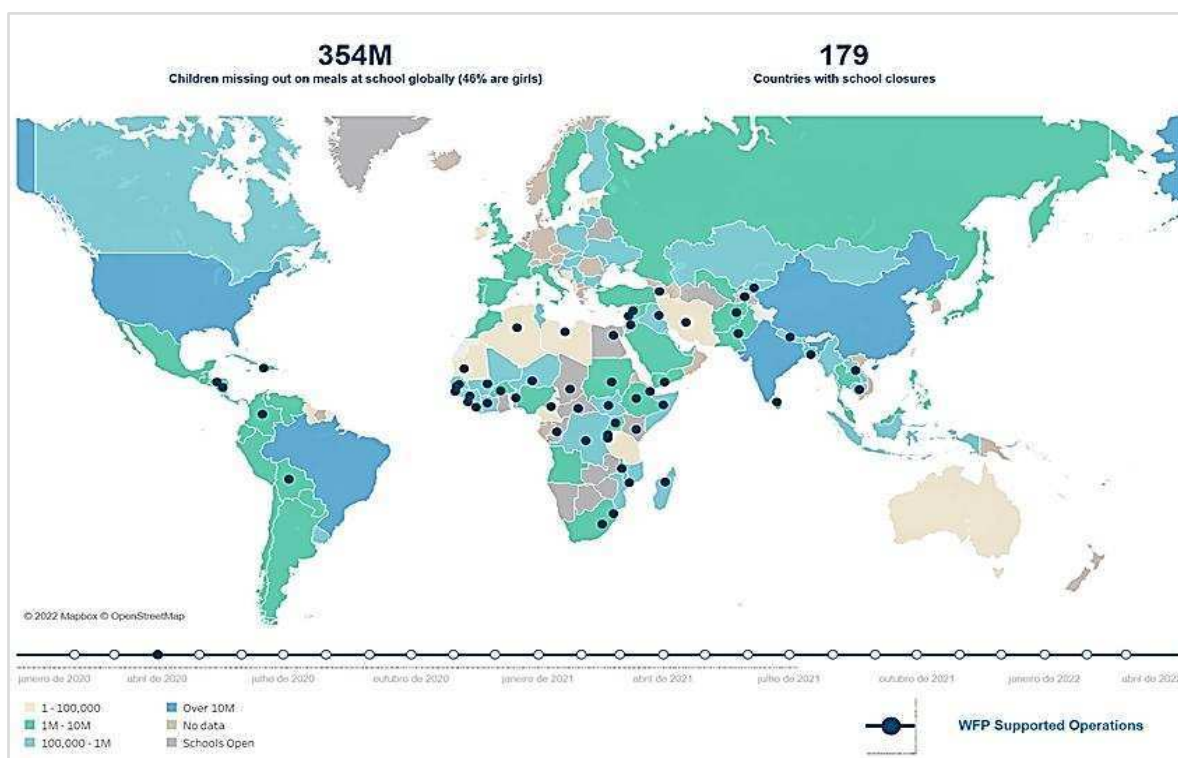
Observou-se, de acordo com estes dados, que a Nicarágua fechou as escolas somente de forma parcial durante todo o período analisado e que países como Honduras, México, Panamá e Venezuela permaneceram com as escolas totalmente fechadas por um período mais prolongado (>50 semanas) comparados aos outros países. Em contrapartida, Chile, Cuba, Haiti e Uruguai encerraram as atividades escolares por tempo reduzido (entre 10 e 20 semanas) (UNESCO-UIS, 2022).

Diante desta situação, são múltiplos os reflexos da pandemia de Covid-19 associados ao fechamento das escolas, os quais estão ligados especialmente às crianças e aos adolescentes já que, ao encontrarem-se fora do ambiente escolar, tiveram prejuízos não somente com o aprendizado, mas relacionados também à saúde mental, física e social (BM, 2020; DUNN *et al.*, 2020; TANGA *et al.*, 2020). Estudos mostram que, devido à interrupção das atividades diárias desses estudantes, como a prática de atividades físicas e a interação social com os colegas, pode ter sido provocado um quadro de estresse emocional, de aumento de ansiedade e de sintomas depressivos (CORRÊA *et al.*, 2020; GOLDBERSTEIN; WEN; MILLER, 2020; TANGA *et al.*, 2020; WANG *et al.*, 2020).

Do mesmo modo, o confinamento exigido para conter a propagação do vírus SARS-CoV-2 resultou na interrupção repentina dos protocolos de execução estabelecidos para os Programas de Alimentação Escolar (PAE). Logo, conforme apresentado na Figura 6 – a qual ilustra o monitoramento global das refeições escolares durante o fechamento das escolas pela Covid-19 - em abril de 2020, quando 179 países fecharam as escolas, mais de 350 milhões de crianças ao redor do mundo estavam perdendo as refeições realizadas no ambiente escolar, sendo que em determinadas regiões o PMA realizou operações para fornecer auxílio externo, especialmente no continente africano (OMS; OPAS, 2020a; PMA, 2022a).



**Figura 6** - Monitoramento global de refeições escolares durante o fechamento das escolas pela Covid-19.



Fonte: PMA, 2022a.

Globalmente, alguns países que foram afetados, dos quais os estudantes se beneficiam regularmente com refeições escolares, foram: Índia (aproximadamente 90,4 milhões de estudantes), Brasil (41,5 milhões), Estados Unidos (30 milhões – 9,0%), Egito (11 milhões), Nigéria (9,8 milhões), África do Sul (9,2 milhões), Turquia (6,1 milhões), Colômbia (4 milhões), Peru (2,3 milhões), Bolívia (2,3 milhões), Etiópia (2,5 milhões) e Argentina (1,6 milhão) (REIS *et al.*, 2020).

Na América Latina e no Caribe, 85 milhões de beneficiários dos PAE foram impactados ocasionando consequências sociais graves, como o risco aumentando de insegurança alimentar e acentuação da miséria e da fome (PIAZZA; PEREGO; KENNEDY, 2020; BICALHO; LIMA, 2020; COLÓN-RAMOS *et al.*, 2022; MUCINHATO *et al.*, 2022). Logo, crianças e adolescentes tornaram-se mais vulneráveis, principalmente aqueles que vivem em pobreza, uma vez que o orçamento das famílias também foi impactado (AMORIM; RIBEIRO; BANDONI, 2020).

Além disso, deve-se considerar que a alimentação escolar constitui elemento necessário da segurança alimentar e que pode contribuir com uma parte significativa de necessidade diária de nutrientes dos estudantes (BM, 2020; ER, 2020; FAO, 2020a; PIRES, 2020; PMA; FAO; UNICEF, 2020; AMARAL; MARANO, 2021; FAO; OPAS; UNICEF; PMA, 2021a). Da mesma maneira, uma alimentação saudável e o bom estado nutricional são fundamentais para o desenvolvimento adequado na infância, à melhor capacidade cognitiva, ao menor risco de contrair doenças, além de ser crucial para a recuperação e resposta imune em casos de infecção (DRAKE *et al.*, 2016; MINUSSI *et al.*, 2020; CUPERTINO *et al.*, 2022). Já a falta destes alimentos prejudica o desenvolvimento das crianças e adolescentes e contribui para o aumento das taxas de abandono escolar (REIS *et al.*, 2020; BEAZLEY; IRIZARRY; ORGERA, 2021).

Por fim, outro grupo que foi significativamente afetado quando as escolas e seus programas foram interrompidos são os pequenos agricultores, visto que, em países com PAE que realizam compra local, a renda e a produção desses produtores foram afetadas (FAO; CEPAL, 2020; PMA; FAO; UNICEF, 2020). Logo, a suspensão dos PAE, associada à desaceleração da atividade econômica, causou efeito direto especialmente aos pequenos produtores, especialmente da agricultura familiar, uma vez que houve ruptura na cadeia de fornecimento de insumos, ao comércio de produtos agrícolas e, desta maneira, alimentos frescos se acumularam nas fazendas resultando em uma série de perdas, bem como na falta de alimentos *in-natura* e na redução da alimentação adequada também para os estudantes (BENÉ, 2020; FAO, 2020a; BEAZLEY; IRIZARRY; ORGERA, 2021).

Deste modo, a próxima subseção retrata respostas de políticas públicas envolvendo a alimentação e nutrição a nível mundial, especialmente àquelas relacionadas a comunidade escolar.

#### *2.1.2.2 Políticas públicas relacionadas à alimentação e nutrição em resposta à pandemia de Covid-19*

Em síntese, apesar da heterogeneidade que caracteriza o cenário, no curto prazo muitos governos desempenharam papel relevante no que diz respeito ao acesso de alimentos durante os períodos de isolamento social e bloqueios de estabelecimentos (KENT *et al.*, 2020; SPERLING, 2020; NECHIFOR *et al.*, 2021). No entanto, a longo prazo os países ainda

dependem de diversas políticas públicas para garantir a estabilidade do sistema alimentar e garantir efetividade para uma alimentação adequada (JIANG *et al.*, 2021).

Logo, instituições internacionais estabeleceram políticas que deveriam ser priorizadas para enfrentar a má nutrição, especialmente nos territórios da América Latina e do Caribe, como: Circuitos curtos de comercialização (CCC)<sup>15</sup>; Sistemas de proteção social; Apoio para a subsistência dos agricultores; Emprego decente; Agricultura e cadeias de valor sustentáveis que atentem para a nutrição; Políticas de promoção da nutrição materno-infantil; Alimentação complementar; Água, saneamento e higiene; Qualidade dos alimentos consumidos fora de casa e, por fim, os Programas de Alimentação Escolar (FAO *et al.*, 2021).

Sendo assim, à vista dos desafios impostos pelo surto do novo coronavírus, os esforços de apoio à alimentação e à nutrição ocorreram de maneira heterogênea em todas as regiões do mundo, dada a diversidade de contexto de cada país (BM, 2020; PALOMO *et al.*, 2022). De acordo com o banco de dados *Food and Agriculture Policy Decision Analysis* (FAPDA) da FAO, foram adotadas medidas envolvendo, além da distribuição de alimentos e das transferências de dinheiro, subsídios à produção agrícola, compensação de desemprego, controle de preços dos alimentos, bem como outras determinações para a proteção social (FAO, 2020b; JIANG *et al.*, 2021). Na China, por exemplo, após o bloqueio em Wuhan e outras cidades de Hubei, no início da pandemia o governo focou em fortalecer o abastecimento de produtos agrícolas, enquanto em fevereiro a produção foi incentivada e, para isso, o governo forneceu assistência aos agricultores e empresas (JIANG *et al.*, 2021).

Outra medida adotada no contexto da pandemia ocorreu por meio do PMA quando, em 2021, ofertou refeições e lanches nutritivos a mais de 15,5 milhões de estudantes vulneráveis e, com isso, ajudou a fortalecer os programas nacionais de alimentação escolar de 57 países (PMA, 2022c). Além disso, a FAO recomendou que, durante o fechamento das escolas, os governos considerassem a distribuição de alimentos às famílias mais vulneráveis que, se possível, fossem provenientes da agricultura local (BM, 2020).

Portanto, o PMA, a FAO e o UNICEF, desenvolveram uma nota conjunta com recomendações de políticas públicas para mitigar os efeitos da pandemia de Covid-19, com relação à alimentação e nutrição, para crianças em idade escolar, tanto para o momento de fechamento das escolas, como para a abertura (PMA; FAO; UNICEF, 2020). Segue um resumo dessas recomendações na Quadro 3.

---

<sup>15</sup> Objetivam aproximar produtores e consumidores, reduzindo a intermediação ou promovendo acordos entre produtores e cadeias de comercialização (FAO *et al.*, 2021).

**Quadro 3** – Síntese das recomendações de políticas públicas para atenuar os efeitos da pandemia da COVID-19 na alimentação e nutrição das crianças em idade escolar.

<b>Nota de orientação da FAO, WFP e UNICEF (2020)</b>	
<b>Escolas fechadas</b>	<b>Escolas abertas</b>
Utilizar os recursos disponíveis para proteger a segurança alimentar e nutricional das crianças em idade escolar.	Cumprir os protocolos de prevenção da COVID-19.
Manter a flexibilidade e a capacidade de resposta diante da mudança das condições de fornecimento e distribuição de alimentos e fornecimento de serviços de nutrição, garantindo, ao mesmo tempo, o cumprimento dos protocolos contra a COVID-19.	Promover serviços adequados de água, saneamento e higiene e assegurar serviços adequados de higiene e outros comportamentos fundamentais das crianças, professores e funcionários/voluntários do serviço alimentar, cantinas escolares e regulamentação de fornecedores de alimentos.
Desenvolver as estruturas de rede de segurança existentes para atender crianças em idade escolar vulneráveis.	Evitar a potencial deterioração dos padrões de segurança alimentar.
Garantir que necessidades alimentar e nutricionais de crianças em idade escolar vulneráveis sejam consideradas ao conceber qualquer resposta nacional de grande escala para a COVID-19.	Assegurar e continuar a prestação de serviços essenciais do pacote de saúde e nutrição escolar, suplementação de micronutrientes, desparasitação, prevenção de malária e higiene oral.
Planejar para a futura reabertura das escolas, se possível, com parâmetros de referência específicos.	Garantir um conteúdo nutricional adequado nas refeições.
	Criar plano de contingência para a distribuição de refeições/cestas de alimentos em preparação para potenciais fechamentos emergenciais de escolas.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023) com base em PMA, 2021a, p.85.

Já no Brasil, nas regiões Nordeste e Sul, houve incentivo à comercialização da agricultura familiar e regulação de preços agrícolas no início de 2020 (VALADARES *et al.*, 2020). Ainda, o governo brasileiro realizou transferência direta de renda a partir do Programa Auxílio Brasil, criado pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, o qual teve o objetivo de garantir direitos às pessoas em vulnerabilidade social, reduzir a pobreza e garantir o acesso à alimentação, educação, saúde e assistência social (BRASIL, 2022b).

Quanto às respostas em meio à ausência da oferta de refeições nas escolas, alguns governos implementaram procedimentos alternativos à alimentação escolar, entre eles a oferta

de cestas de alimentos para levar para casa, a transferência de dinheiro ou, ainda, outras modalidades (BEAZLEY; IRIZARRY; ORGERA, 2021; JIANG *et al.*, 2021; PMA, 2021a; PALOMO *et al.*, 2022). Na África do Sul, por exemplo, o governo provincial do Cabo Ocidental forneceu 18 milhões de *rands* (US\$ 958.000) para distribuição de cestas de alimentos a 483 mil alunos que faziam parte do programa de nutrição escolar do local. Do mesmo modo, no Japão, a partir de abril de 2020, o governo da cidade de Osaka ofereceu almoço para todos os alunos de escolas primárias públicas (PMA, 2021 a). Em Camboja, país da Ásia, o PMA reformulou o seu programa de alimentação escolar para fornecer comida para levar para casa aos agregados familiares registados no sistema nacional de identificação da pobreza do Governo (PMA, 2022d).

Em contrapartida, os Estados Unidos, por meio do Programa de Assistência Nutricional Suplementar (SNAP) optou pela assistência financeira, assim como em alguns locais da França visto que, em 15 de abril, o governo francês repassou 100 euros para crianças cujas famílias encontravam-se em situação de vulnerabilidade (REIS *et al.*, 2020; PMA, 2021a). Portanto, os municípios de Marselha, Paris, Brest e Haute-Garonne anunciaram transferências de dinheiro ou cupons alimentares para os dependentes da refeição escolar. Situação semelhante ocorreu no Reino Unido, pois, em março do mesmo ano, o governo priorizou o fornecimento de *vouchers* de 15 libras (US\$19,4) por semana para 1,3 milhão de crianças que estavam fora do ambiente escolar (PMA, 2021a).

A Espanha, contudo, em 12 de março de 2020, optou tanto pela entrega de alimentos em casa ou em pontos de distribuição, como pelas transferências a partir de *vouchers* e, para tal, destinou 25 milhões de euros para apoiar crianças vulneráveis do ensino pré-primário, primário e secundário, as quais fazem parte de Comunidades Autônomas - entidades subnacionais (PMA, 2021a).

Assim também ocorreu na América Latina, visto que diversos países recorreram a estratégias distintas no âmbito da alimentação escolar e, por vezes, a partir de múltiplas modalidades devido à ausência de refeições disponíveis aos estudantes (BEAZLEY; IRIZARRY; ORGERA, 2021; PMA, 2021a; SILVA *et al.*, 2021).

## 2.2 PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Os programas de alimentação escolar podem ser conceituados como “Políticas multissetoriais que podem contribuir para diferentes áreas estratégicas, incluindo educação, saúde, agricultura e desenvolvimento territorial” (FAO *et al.*, 2021, p. 31).

Quanto ao direcionamento desses programas, podem ser classificados em: individual, geográfico e universal. Dessa maneira, aqueles que possuem como alvo os alunos selecionados com base em fatores demográficos, como idade, sexo e/ou que residem em famílias em situação de pobreza, são classificados como segmentação individual. Já na classificação geográfica, a localização determina a qualificação, isto é, programas que abordam as escolas em regiões com taxas de pobreza, por exemplo. Por fim, a segmentação universal trata-se daqueles programas em que todas as crianças, independente da sua idade, status econômico ou sexo, podem participar e receber o benefício (GCNF, 2021; MUCINHATO *et al.*, 2022).

De acordo com Colón-Ramos *et al.* (2022), os PAE são componentes fundamentais para a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, além de servirem como uma rede de segurança social para as crianças mais vulneráveis à desnutrição. Ainda, o ambiente escolar reflete sua importância na vida não só dos estudantes, mas também dos familiares e da sociedade como um todo, já que, além de favorecer a formação de hábitos alimentares saudáveis a partir do fornecimento de refeições, também possui papel essencial no desenvolvimento cognitivo, na socialização, na segurança, na educação e saúde, além da relevância social e econômica (LESLEY *et al.*, 2016; REIS *et al.*, 2020; FAO *et al.*, 2021).

Além disso, a *Global Survey of School Meal Programs* (Pesquisa Global de Programas de Alimentação Escolar) realizada pela *Global Child Nutrition Foundation* (GCNF)<sup>16</sup> em 2019, a qual teve participação de 103 países respondentes (85 países compartilharam informações sobre 160 programas de alimentação escolar), constatou que quase todos os programas (93%) foram projetados para atingir metas educacionais e 88% visavam atingir metas nutricionais e/ou saúde. Ainda, 73% dos programas serviam como uma rede de segurança social para garantir o acesso aos alimentos para crianças em situação de vulnerabilidade e, menos comum, 35% dos programas apresentavam diretamente metas agrícolas, além de haver poucos voltados especificamente para a prevenção ou mitigação da obesidade (GCNF, 2021).

---

<sup>16</sup> A GCNF é uma organização sem fins lucrativos sediada nos Estados Unidos que trabalha com líderes governamentais e uma rede diversificada de parceiros ao redor do mundo para oferecer programas de refeições escolares sustentáveis e nutritivas que proporcionam a cada criança a oportunidade de aprender e prosperar (PMA, 2021a).

Entre os benefícios demonstrados nessa pesquisa referente aos programas de alimentação escolar, estão a conscientização sobre dietas saudáveis, a relevância cultural, a valorização do consumo de alimentos produzidos localmente (para os programas que adquirem esses produtos), bem como o aumento da renda dos agricultores familiares. Em contrapartida, os desafios relacionam-se com orçamentos inadequados e imprevisíveis, às cadeias de suprimentos e logística, às perdas que ocorrem no trânsito dos fornecedores de alimentos para as escolas, à infraestrutura precária e recursos inadequados que dificultam a operação, aos recursos humanos insuficientes, à má gestão, à rotatividade contínua do pessoal da alimentação escolar, à deficiência no sistema de monitoramento e avaliação dos programas e, ainda, desafios adicionais, embora menos comuns, como a falta de uma lei ou um documento para reforçar o programa (GCNF, 2021).

Quanto às fontes de financiamento, a principal origem de fundos para os PAE são os orçamentos nacionais, exceto em países de baixa renda. De 2013 para 2020, os países de renda alta e média foram, em grande parte, financiados por fundos domésticos, enquanto nos países de renda média-baixa, 5% dos fundos também foram provenientes de doadores externos. Já nos países de baixa renda, dados de 2013 mostram que 83% dos fundos eram de doadores externos, no entanto, em 2020 este número reduziu para 71%, o que sugere certa autonomia por parte dos países e menor dependência daqueles doadores para os programas (PMA, 2021a).

Por fim, dados apresentam que, em um cenário pré-pandêmico, os programas nacionais de alimentação escolar eram a rede mais extensa de segurança social do mundo e que, de acordo com estimativas, aproximadamente 388 milhões de estudantes dos níveis pré-primário, primário e secundário recebiam alimentação nas escolas em 161 países - com base em uma amostra de 163 nações. Demonstram, ainda, que o Sul da Ásia tem o maior número de programas de alimentação escolar, seguido da América Latina e Caribe - região em que cerca de 85 milhões de estudantes recebem algum tipo de alimentação escolar (café da manhã, lanche, almoço ou uma combinação desses) - da Ásia Oriental e Pacífico e da África Subsaariana (PMA, 2017; FAO *et al.*, 2021; PMA, 2021a).

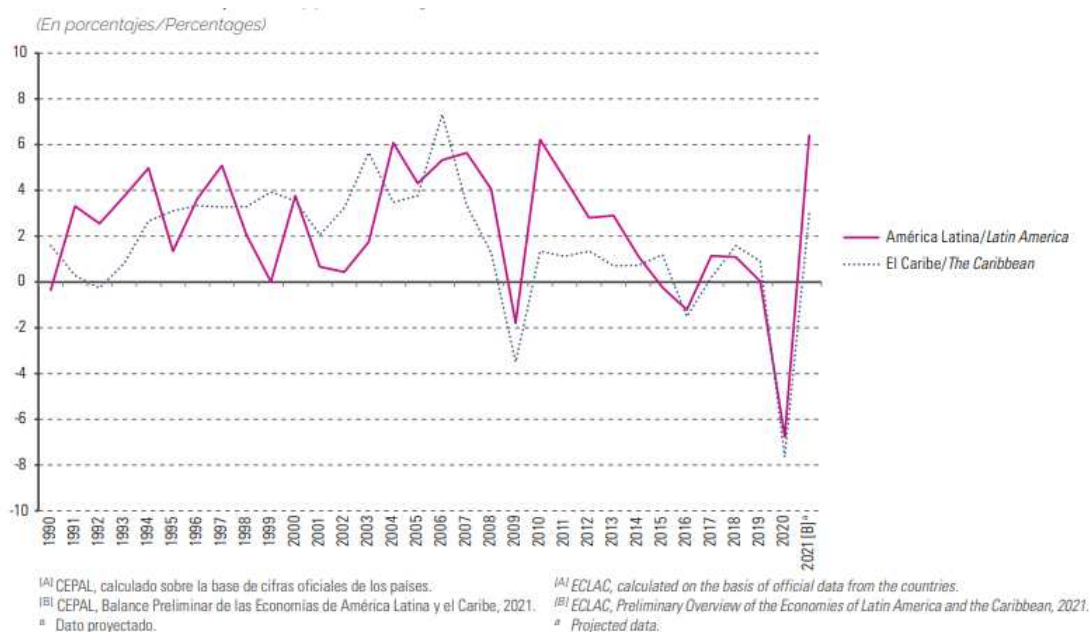
Sendo assim, a subseção seguinte apresenta os programas de alimentação escolar dos países membros da América Latina, bem como as suas características gerais.

### **2.2.1 Programas de alimentação escolar na América Latina**

De acordo com a CEPAL (2016, 2022d), a América Latina é uma região do continente americano, a qual engloba 20 países, dos quais dez fazem parte da América do Sul, três pertencem às Ilhas do Oceano Atlântico, seis pertencem à América Central e apenas um país está inserido na América do Norte (OPAS, 2022c). A área geográfica da região, considerando a superfície terrestre, é de 19.622.860 km<sup>2</sup> (CEPAL, 2019a) e conta com aproximadamente 636 milhões de habitantes, cerca de 8% da população global (CEPAL, 2019b; NU, 2022).

Quanto à situação econômica dos países membros, de acordo com o material “*Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, 2021*” desenvolvido a partir das informações disponíveis no CEPALSTAT - portal de base de dados e publicações estatísticas da CEPAL - os países da região têm apresentado oscilações no Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos anos, visto que, em 2019 e em 2020 (início da pandemia de Covid-19), apresentou queda significativa, conforme demonstrado na Figura 7 (CEPAL, 2022d).

**Figura 7 - América Latina e o Caribe - taxa de crescimento anual do PIB, 1990-2021.**



Fonte: CEPAL, 2022d.

Entre 2014 e 2020 houve aumento da pobreza, de 27,8% para 33%, e da extrema pobreza, de 7,8% para 13,1%, na América Latina, sendo que as mulheres apresentaram maiores índices tanto em zona urbana, quanto rural (CEPAL, 2022a). Dados de 2020 mostram que os países com maior taxa de pobreza, incluindo 18 membros, foram Honduras (52,3%), Guatemala



(50,5%), Nicarágua (46,3%) e Colômbia (39,8%), enquanto as maiores taxas de extrema pobreza foram encontradas nos mesmos países, porém em proporções distintas, sendo Honduras (20%), seguido da Colômbia (19,2%), Nicarágua (18,3%) e Guatemala (15,4%) (CEPAL, 2022d). Além disso, dados de 2019 do Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento Humano (PNUD), os quais englobam 189 países membros da ONU, revelam que o país da América Latina que apresenta o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o Haiti (IDH 0,510) - em 170º lugar no ranking mundial -, em contrapartida, o país que apresenta o melhor índice é o Chile – em 43º lugar com IDH de 0,851 (PNUD, 2020). Deste modo, devido à instabilidade econômica, a qual já era presente, após a chegada da pandemia o local passou a enfrentar a sua pior crise econômica, social e produtiva dos últimos anos (CEPAL, 2021a).

Na região, todos os países membros oferecem programas de alimentação escolar (PMA; LA-RAE, 2017; FAO *et al.*, 2021), porém, historicamente, esses programas apresentavam caráter assistencialista, ou seja, tinham foco nas crianças e adolescentes em situação de fome e pobreza, objetivando elevar a frequência na escola. No entanto, de acordo com um estudo realizado em 16 países da América Latina pelo PMA e LA-RAE (2017, pág. 42), com o seu desenvolvimento, muitos PAE têm direcionado o foco na proteção social, na garantia da alimentação, à educação, à melhoria no desenvolvimento físico e mental dos estudantes, ao benefício aos produtores e às economias locais, bem como na promoção da segurança alimentar a longo prazo, apoio às famílias e incentivo ao desenvolvimento humano.

Ainda, a partir da Rede de Alimentação Escolar e Sustentável (RAES), os países da região contam com apoio na implementação e reformulação dos seus programas de alimentação escolar, sob o princípio do direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2021b; FAO, 2023). Sendo assim, essa rede, desenvolvida em 2018 a partir do governo do Brasil por meio da Agência Brasileira de Cooperação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com o apoio da FAO, tem o objetivo de “fornecer a todos os estudantes uma alimentação saudável, adequada, saborosa e de acordo com a cultura local, em espaços adequados, associada a ações de educação alimentar e nutricional” (FAO, 2023).

Por fim, o Quadro 4 sintetiza as características dos PAE dos países membros da América Latina, incluindo: i) país e nome do programa, ii) ano de início, iii) foco, iv) modalidade de oferta pré-pandemia, v) principais beneficiários, vi) fonte de financiamento e vii) órgão responsável.

**Quadro 4** - Caracterização dos programas de alimentação escolar dos países membros da América Latina quanto ao nome do programa, ano de início, foco, modalidade de oferta pré pandemia, beneficiários, fonte de financiamento e órgão responsável.

(continua)

<b>País e PAE</b>	<b>Ano de início</b>	<b>Foco*</b>	<b>Modalidade pré-pandemia</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Órgão Responsável</b>
<b>Argentina</b> <i>Programa de Fortalecimiento a Comedores Escolares</i>	+100 anos de existência	Geográfico	Refeição servida na escola	Alunos dos primeiros ciclos do ensino fundamental de escolas localizadas em áreas críticas, da gestão pública Estadual	Orçamento do país ou território	Ministério do Desenvolvimento Social
<b>Bolívia</b> <i>Programa Nacional de Alimentación Complementaria Escolar (PNACE)</i>	1951; Oficializado em 2014 (Lei nº 622/2014)	Universal	Refeição servida na escola	Alunos da pré-escola, primário e secundário	Orçamento do país ou território e instituições não governamentais	Ministério da Educação
<b>Brasil</b> Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	1954; Reformulado em 2009 (Lei nº 11.947/2009)	Universal	Refeição servida na escola	Alunos do ensino público (pré-escolar, primário e secundário)	Orçamento do país ou território	FNDE vinculado ao Ministério da Educação
<b>Chile</b> <i>Programa de alimentación Escolar</i>	1964 (Lei nº 15.729/1964)	Individual	Refeição servida na escola	Alunos do ensino pré-básico, básico e médio, em situação de desvantagem socioeconômica, segundo o Cadastro Social de Domicílios	Orçamento do país ou território	Junta Nacional de Auxilio Escolar e Bolsas (JUNAEB), vinculada ao Ministério da Educação

**Quadro 4** - Caracterização dos programas de alimentação escolar dos países membros da América Latina quanto ao nome do programa, ano de início, foco, modalidade de oferta pré pandemia, beneficiários, fonte de financiamento e órgão responsável.

(continuação)

<b>País e PAE</b>	<b>Ano de início</b>	<b>Foco*</b>	<b>Modalidade pré-pandemia</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Órgão Responsável</b>
<b>Colômbia</b> <i>Programa de Alimentación Escolar</i>	1941	Universal	Refeição servida na escola	Alunos do ensino público (pré-escolar, primário e secundário)	Orçamento do país ou território	Unidade Administrativa Especial de Alimentação Escolar - Alimento para Aprendizagem (UApA), vinculada ao Ministério da Educação
<b>Costa Rica</b> <i>Programa de Alimentación y Nutrición del Escolar y del Adolescente (PANEA)</i>	1987 (Decreto N° 18753 M.E.P)	Universal (pré-escola e primário) e Individual (secundário)	Refeição servida na escola	Todos os alunos da pré-escola e primário; Alunos selecionados do secundário dos Centros Educacionais Públicos do país	Fundo de Desenvolvimento Social e Subsídios Familiares (FODESAF) e outras contribuições incluídas nos orçamentos Nacionais Comuns; recursos próprios	Ministério da Educação Pública
<b>Cuba</b> <i>Alimentación Escolar</i>	1970	Individual	Refeição servida na escola	Alunos do ensino público (pré-escolar, primário e secundário)	N/E**	Ministério da Educação
<b>Equador</b> <i>Programa de Alimentación Escolar</i>	1989	Universal	Refeição servida na escola	Alunos da Educação Formação Inicial, Básica Geral e Bacharelado das Instituições de apoio público nacional	Instituto de Abastecimento em âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca	Ministério da Educação

**Quadro 4** - Caracterização dos programas de alimentação escolar dos países membros da América Latina quanto ao nome do programa, ano de início, foco, modalidade de oferta pré pandemia, beneficiários, fonte de financiamento e órgão responsável.

(continuação)

<b>País e PAE</b>	<b>Ano de início</b>	<b>Foco*</b>	<b>Modalidade pré-pandemia</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Órgão Responsável</b>
<b>El Salvador</b> <i>Programa de Alimentación y Salud Escolar (PASE)</i>	1984	Universal	Refeição servida na escola	Alunos da pré-escola, primário e secundário	Orçamento do país ou território	Ministério da Educação
<b>Guatemala</b> <i>Programa de Apoyo: Alimentación Escolar</i>	Origem em 1956; Reformulado em 2017 (Decreto nº. 16-2017)	Universal	Refeição servida na escola	Alunos da pré-escola e do primário	Orçamento do país ou território	Ministério da Educação
<b>Haiti</b> <i>Programme National des Cantines Scolaires (PNCS)</i>	1997	Geográfico	Refeição servida na escola	Alunos da pré-escola, primário e secundário de distritos em maior vulnerabilidade	Orçamento do país ou território; Apoio PMA, FAO, UNICEF, organizações não governamentais, da sociedade civil e doadores (Banco Mundial)	Ministério da Educação
<b>Honduras</b> <i>Programa de Merienda Escolar (PME)</i>	1961	Universal	Refeição servida na escola	Alunos de centros educativos públicos, da pré-escola e do primário	Secretarias de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, PAM, FAO, ONG's, setor privado	Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social e Secretariado de Educação

**Quadro 4** - Caracterização dos programas de alimentação escolar dos países membros da América Latina quanto ao nome do programa, ano de início, foco, modalidade de oferta pré pandemia, beneficiários, fonte de financiamento e órgão responsável.

(continuação)

<b>País e PAE</b>	<b>Ano de início</b>	<b>Foco*</b>	<b>Modalidade pré-pandemia</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Órgão Responsável</b>
<b>México</b> <i>Programa De Desayunos Escolares (PDE)</i>	1929	Individual e Geográfico	Refeição servida na escola	Alunos da pré-escola, primário e secundário; em condições de vulnerabilidade, que frequentam escolas oficiais do Sistema Nacional de Educação, localizadas em áreas indígenas, rurais e urbanas com alto e muito baixo grau de marginalização	Orçamento do país ou território e município	Sistema Nacional de Desenvolvimento Integral da Família
<b>Nicarágua</b> <i>Programa Integral de Nutrición Escolar (PINE)</i>	1994	Universal	Refeição servida na escola	Alunos da pré-escola, primário e secundário	Orçamento do Estado, PAM, BM, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ONGs	Ministério da Educação
<b>Panamá</b> <i>Programa de Alimentación Escolar (Complementaria e Estudiar Sin Hambre)</i>	1995*; Atualizado em 2019 (Lei nº 115/2019)	Universal	Refeição servida na escola	Alunos da pré-escola, primário e secundário	Orçamento do país ou território	Direção Nacional de Nutrição e Saúde Escolar (DNNSE), vinculada ao Ministério da Educação

**Quadro 4** - Caracterização dos programas de alimentação escolar dos países membros da América Latina quanto ao nome do programa, ano de início, foco, modalidade de oferta pré pandemia, beneficiários, fonte de financiamento e órgão responsável.

(continuação)

<b>País e PAE</b>	<b>Ano de início</b>	<b>Foco*</b>	<b>Modalidade pré-pandemia</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Órgão Responsável</b>
<b>Paraguai</b> <i>Programa de Alimentación Escolar del Paraguay (PAEP)</i>	Origem em 1995; Oficializado em 2014 (Lei n° 5210/2014)	Geográfica	Refeição servida na escola	Alunos da pré-escola, primário e secundário	Orçamento do país ou território	Ministério da Educação e Ciência
<b>Peru</b> <i>Programa Nacional de Alimentación Escolar Qali Warma (PNAEQW)</i>	1977	Geográfica (divisão nos distritos por quintis de pobreza)	Refeição servida na escola: (1) <i>Productos</i> (2) <i>Raciones</i>	Alunos da pré-escola, primário e secundário de instituições públicas	Ministério do Desenvolvimento e Inclusão social; ocasionalmente Internacional	Ministério do Desenvolvimento e Inclusão Social
<b>República Dominicana</b> <i>Programa de alimentación escolar</i>	1943	Geográfica	Refeição servida na escola: (1) <i>Pae Fronterizo</i> (2) <i>Pae Real</i> (3) <i>Pae Urbano</i> (4) <i>Jornada Extendida</i>	Alunos da pré-escola, primário e secundário	Orçamento do país ou território	Instituto Nacional de Bem-Estar Estudantil do (INABIE) Ministério da Educação
<b>Uruguai</b> <i>Programa de Alimentación Escolar</i>	1920	Individual	Refeição servida na escola	Alunos de escolas públicas da pré-escola, primário e alguns alunos do Ciclo Básico	Orçamento do país ou território	Direção Geral de Educação Inicial e Primária(DGEIP)

**Quadro 4** - Caracterização dos programas de alimentação escolar dos países membros da América Latina quanto ao nome do programa, ano de início, foco, modalidade de oferta pré pandemia, beneficiários, fonte de financiamento e órgão responsável.

(conclusão)

País e PAE	Ano de início	Foco*	Modalidade pré-pandemia	Beneficiários	Fonte de Financiamento	Órgão Responsável
Venezuela <i>Programa de Alimentación Escolar</i>	1969; Oficializado em 1996 (Decreto nº 1.376/1996)	Universal	Refeição servida na escola	Alunos da educação básica em seus três níveis: inicial, fundamental e médio	Ministério do Poder Popular para a Educação	Ministério do Poder Popular para a Educação

**Legenda:** \*Foco: foco individual: os alunos são selecionados com base em fatores demográficos, como idade, sexo e/ou que residem em famílias em situação de pobreza; foco geográfico: a localização determina a qualificação, isto é, programas que abordam as escolas em regiões com taxas de pobreza, por exemplo; foco universal: trata-se daqueles programas em que todas as crianças, independente da sua idade, status econômico ou sexo, podem participar e receber o benefício (GCNF, 2021; MUCINHATO *et al.*, 2022). // \*\*N/E: Não especificado.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2022) com base em COSTA RICA, 1974; PANAMÁ, 1995; PERU, 2012; CHILE, 2013; BOLÍVIA, 2014; PARAGUAI, 2014; BOLÍVIA, 2015; MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA EDUCACIÓN, 2015; BRASIL, 2017; COSTA RICA, 2017; COLÔMBIA, 2017; EQUADOR, 2017; GUATEMALA, 2017; PMA; LA-RAE, 2017; PANAMÁ, 2019; MÉXICO, 2020; PMA, 2020; BEAZLEY; IRIZARRY; ORGERA, 2021; COLÔMBIA, 2021; URUGUAI, 2021; EL SALVADOR, 2022; FIQUEIREDO, 2022; FODESAF, 2022; NICARÁGUA, 2022; MUCINHATO *et al.*, 2022; CHILE, 2023; ARGENTINA, s.d; PARAGUAI, s.d.

Aponta-se, portanto, que, em um contexto histórico, os programas da Argentina, México, Colômbia e Uruguai estão entre os mais antigos do mundo e tiveram origem no início do século XX. Já o programa mais recente pertence ao Paraguai, o qual iniciou suas atividades em 1995, contudo, foi oficializado somente em 2014 (PARAGUAI, 2014; PMA; LA-RAE, 2017).

Quanto à cobertura de beneficiários atendidos nos PAE, o Brasil é o país da América Latina que se destaca, alcançando aproximadamente 41,5 milhões de pessoas, e situa-se, a nível mundial, apenas atrás da Índia em número absoluto de pessoas beneficiadas. Em seguida, outros membros da região que atendem maior quantidade de beneficiários são o México, Colômbia e, ainda, o Peru (PMA; LA-RAE, 2017). Por fim, no que diz respeito ao gerenciamento dos programas, há predomínio – em 17 países - do Ministério da Educação como instituição responsável, seguido do Ministério do Desenvolvimento Social (COSTA RICA, 2010; BOLÍVIA, 2015; BRASIL, 2017; EQUADOR, 2017; PANAMÁ, 2019; COLÔMBIA, 2021; EL SALVADOR, 2022; MUCINHATO *et al.*, 2022; NICARÁGUA, 2022).

### 2.3 A PERSPECTIVA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO ADEQUADAS (DHANA)

Os direitos humanos são considerados conquistas históricas (ABRANDH, 2013) e se destacam pelos seus princípios: são universais (aplicam-se a todos os seres humanos), indivisíveis (são todos igualmente necessários), interdependentes e inter-relacionados (para a garantia de um direito, depende da correta execução dos demais) e inalienáveis (não podem ser retirados por outros e não podem ter a sua realização sujeita a modificações). Além disso, baseiam-se nos seguintes preceitos: participação e inclusão, equidade e não-descriminalização, obrigação de prestar contas (responsabilização) e Estado de Direito (baseia-se na legalidade, ou seja, além do indivíduo ter compromisso com a lei e obedecê-la, cabe, também, aos poderes públicos agirem de acordo com a ordem jurídica) (ROCHA, 2021).

Deste modo, o primeiro marco histórico de direitos humanos foi a Declaração dos Direitos do Homem e dos Cidadãos, elaborada após a Revolução Francesa (1789), e, em seguida, houve a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), declarada em 1948 - poucos anos após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) - quando foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) com participação de diversos países, os quais tinham o objetivo de



trabalhar em busca pela paz e pelo desenvolvimento global (ROCHA, 2021). A partir da DUDH, a alimentação é reconhecida internacionalmente como um direito indispensável ao ser humano, a qual é mencionada no Art. 25º: “Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que assegure a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais necessários” (ONU, 1948, Art. 25). Logo, em 1966, este direito foi corroborado pela ONU mediante ao Art. 11º do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), quando “reconhece o direito de todos a um padrão de vida adequado (...) inclusive alimentação adequada” e “o direito fundamental de todos de estar livre da fome” (ONU, 1966, Art.11; SOARES, 2018), tratado em que todos os países membros da América Latina aderiram e fazem parte (OHCHR, 2023). É neste momento, portanto, que se origina a expressão “Direito Humano à Alimentação Adequada” (DHAA), a qual vem sendo lapidada desde então (ROCHA, 2021).

Em 1999, por exemplo, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU elabora o Comentário Geral n.12 que interpreta o significado deste direito:

O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo, que o equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada terá de ser resolvido de maneira progressiva. No entanto, os estados têm a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome, como estipulado no parágrafo 2 do artigo 11, mesmo em épocas de desastres, naturais ou não (ONU, 1999. p. 2).

Em seguida, no ano de 2002, o Relator Especial da ONU para o Direito à Alimentação define:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (ABRANDH, 2010, p.15; LIDIJA; KNUTH, 2011, p. 10).

Ainda, em 2002 o Conselho da FAO instituiu um Grupo de Trabalho Intergovernamental (GTI) para elaborar um conjunto de diretrizes com orientações práticas aos

países quanto à promoção progressiva do DHAA. Deste modo, em 2004 foram aprovadas as chamadas Diretrizes Voluntárias e, com isso, 151 Estados Membros da FAO aderiram a estas recomendações, as quais foram organizadas em 19 seções (FAO, 2005).

Já no contexto nacional, o direito humano à alimentação adequada passa a ser respaldado em 2006, quando foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a partir da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), o qual visa o desenvolvimento de ações para assegurar o DHAA no país (BRASIL, 2006). Ainda, a Constituição Federal Brasileira (formulada em 1988), inclui - somente no ano de 2010 - este direito no Art. 6º, quando cita: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (...)” (BRASIL, 1988; BRASIL, 2010, Art. 6). Vale explicitar que esta inclusão na Constituição Federal ocorreu após intensa mobilização da sociedade civil, junto ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e ao Congresso Nacional (ROCHA, 2021).

No entanto, embora a nomenclatura mais utilizada em documentos legais seja “DHAA”, o conceito de DHANA é uma proposta da FIAN<sup>17</sup>, organização global de direitos humanos, a qual incorpora a dimensão nutricional ao direito à alimentação adequada, e afirma que “(...) o direito à alimentação adequada deve ser denominado o direito à alimentação e à nutrição adequadas, já que o objetivo final da realização desse direito é promover o bem-estar e a saúde nutricionais” (VALENTE, 2014, p. 158; ROCHA, 2021).

Ainda, em uma entrevista, Vanessa Manfre (2021), assessora de Políticas Públicas da FIAN Brasil, afirma que:

A dimensão da nutrição, incorporada mais recentemente ao conceito de Dhana, traz a ideia de que a alimentação deve promover uma nutrição adequada e, assim, promover a saúde, a partir de alimentos produzidos de forma sustentável e que sejam cultural e socialmente adequados. A ideia é que a alimentação deve nutrir não apenas o corpo, mas o ser. O consumo deve ser adequado ao ciclo da vida, às necessidades fisiológicas, à cultura, aos valores, aos hábitos e às tradições (MANFRE, 2021).

Por fim, baseado no cenário que envolve a garantia ao direito à alimentação adequada, foram definidos alguns conceitos que devem ser seguidos para a sua garantia, como: i) Disponibilidade (diretamente, a partir de terras produtivas ou outros recursos naturais, e

---

<sup>17</sup> Trata-se de uma organização global de direitos humanos, a qual defende o direito humano à alimentação e nutrição adequadas. Foi criada em 1986 e hoje atua em mais de 50 países, sendo que, nas Américas, é representada pelo Brasil, Colômbia, Equador, Honduras, México e pelo Paraguai (FIAN, 2023).

indiretamente, a partir de alimentos comprados em comércio ou obtidos por meio das ações de fornecimento de cestas básicas, por exemplo), ii) Adequação (quanto à cultura, à etapa do ciclo da vida, às necessidades nutricionais e aos hábitos alimentares), iii) Acesso (econômica e fisicamente – incluindo lactentes, crianças, adultos, idosos, deficientes físicos, pessoas que vivem em zonas de conflitos ou de desastres ambientais) e iv) Estabilidade (respeitando que a disponibilidade e o acesso aos alimentos adequados devem ser garantidos de maneira estável durante o ano inteiro de maneira regular) (ABRANDH, 2010; FAO, 2011).

Logo, a partir destas declarações de direitos e dos princípios elaborados, cada país compromete-se a garantir os direitos previstos à sua população, bem como protegê-la de possíveis violações, já que os direitos humanos estão acima das legislações nacionais e devem ser assegurados a todas as pessoas, mesmo em situações emergenciais (ABRANDH, 2010; ROCHA, 2021).

### **2.3.1 A pandemia de Covid-19 e o DHANA no âmbito da alimentação escolar**

Embora existam documentos oficiais que reforçam os princípios do DHANA, levanta-se a hipótese de que durante a pandemia de Covid-19 esse direito tenha sido violado, devido ao fechamento das escolas vinculado à interrupção da alimentação dos estudantes (PMA; FAO; UNICEF, 2020; FIAN-BRASIL; FBSSAN, 2021; COLÓN-RAMOS *et al.*, 2022).

Desse modo, a subseção abaixo expõe os estudos abordando a oferta dos PAE em diferentes regiões mundiais, buscando aqueles que analisaram a garantia do DHANA, a fim de visualizar o panorama e contextualizar a temática do estudo.

#### *2.3.1.1 Estado da arte*

O “estado da arte” é definido como um método de pesquisa de caráter bibliográfico, o qual é realizado pelo autor do estudo a fim de apresentar, através da literatura, o que se sabe sobre o tema, quais as lacunas existentes e onde se encontram as principais fraquezas teóricas ou metodológicas (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Portanto, o estado da arte nesse estudo tem o objetivo de contemplar artigos científicos que abordem a pandemia de Covid-19 e o DHANA no âmbito da alimentação escolar, conforme demonstrado no Quadro 5. Para isso, foi realizada uma busca geral na literatura utilizando os

unitermos mencionados no Quadro 1 deste material (seção 2) e o operador booleano “AND” com a finalidade de unir os conjuntos de termos. Os textos foram selecionados a partir do ano de 2020 (devido ao início da pandemia), sem restrição de idiomas e, após a seleção, foram excluídos os estudos que não contemplaram as informações buscadas após análise do título, objetivo e resumo, resultando em 5 artigos analisados na íntegra.

**Quadro 5** - Artigos que abordam a pandemia de Covid-19 e o DHANA no âmbito da alimentação escolar.

(continua)

Autores e ano de publicação	Local da pesquisa	Objetivo	Metodologia	Principais resultados e conclusões
Parnham <i>et al.</i> (2020)	Inglaterra	Investigar o acesso a refeições escolares gratuitas (FSMs) entre crianças elegíveis, descrever fatores associados à aceitação e investigar se o recebimento de FSMs estava associado a medidas de insegurança alimentar no Reino Unido.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise transversal dos dados do questionário coletados em abril de 2020;</li> <li>- 635 crianças elegíveis para FSM com dados completos foram incluídas na amostra analítica;</li> <li>- O acesso a um FSM foi definido como: receber um <i>voucher</i> FSM ou uma refeição cozida na escola;</li> <li>- Regressão logística multivariada foi utilizada para investigar (i) associações entre características e acesso a FSMs e (ii) associações entre acesso a FSMs e medidas de insegurança alimentar domiciliar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 51% das crianças elegíveis acessaram um FSM. Crianças em escolas primárias ou acima (8 anos de idade) que pertenciam a famílias de baixa renda ou ainda frequentando escolas eram mais propensas a receber FSMs. As crianças no País de Gales eram menos propensas a acessar FSMs do que as da Inglaterra.</li> <li>- As análises destacam que o esquema de <i>vouchers</i> não atendeu adequadamente às crianças que não puderam frequentar a escola durante o <i>lockdown</i>.</li> </ul>
Alvi; Gupta (2020)	Índia	Discutir as implicações do <i>lockdown</i> -induzido nas escolas e o fechamento de creches rurais nos resultados de educação e saúde para os pobres urbanos e rurais.	Artigo de opinião.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foram entregues refeições em casa/ração seca para a escola e crianças em certos estados do sul (Kerala, Telangana, Karnataka e Andhra Pradesh).</li> <li>- A necessidade imediata é expandir o acesso a alimentos nutritivos para todas as crianças elegíveis para programas de alimentação escolar em todo o país. Além disso, o redirecionamento das culturas hortícolas produzidas localmente para as famílias sob o <i>Mid-day Meal</i> (MDM) e o Esquema de Serviços de Desenvolvimento Infantil Integrado (ICDS) pode ajudar a melhorar o conteúdo de nutrientes e a diversidade da dieta para crianças e fornecer alívio temporário aos agricultores por meio de compras locais.</li> </ul>

**Quadro 5** – Artigos que abordam a pandemia de Covid-19 e o DHANA no âmbito da alimentação escolar.

(continuação)

Autores e ano de publicação	Local da pesquisa	Objetivo	Metodologia	Principais resultados e conclusões
Abay <i>et al.</i> (2021)	Nigéria	Examinar o impacto da interrupção dos serviços de alimentação escolar induzida pelo COVID-19.	Foram combinados dados de pesquisas pessoais pré-COVID-19 em nível familiar com dados de pesquisas por telefone pós-pandemia, juntamente com informações no nível da área do governo local (LGA) sobre acesso a serviços de alimentação escolar.	O fechamento de escolas interrompeu os serviços de alimentação escolar, limitando o acesso dos alunos aos programas de alimentação escolar que contribuíram diretamente para a segurança alimentar das famílias. A interrupção dos serviços de alimentação escolar induzida pelo COVID-19 teve impactos significativos na segurança alimentar das famílias beneficiárias.
Chaaban <i>e et al.</i> (2021)	Catar	Sintetizar os dados disponíveis sobre o impacto do fechamento das escolas durante a pandemia de Covid-19 na saúde das crianças e adolescentes em todo o mundo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Revisão sistemática;</li> <li>- Entre janeiro e setembro de 2020;</li> <li>- Países incluídos: EUA, França, Tailândia, Turquia, Japão, Itália.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Com o fechamento das escolas durante o COVID-19, a nutrição ficou comprometida. Estima-se que os programas de alimentação escolar na Tailândia forneçam de 30 a 50% das necessidades nutricionais diárias de uma criança por meio de refeições mais saudáveis do que aquelas preparadas em casa pelo mesmo preço.</li> <li>- O fechamento de escolas pode trazer pressões financeiras adicionais e risco de desnutrição infantil para as famílias mais pobres, devido aos custos maiores de cuidados infantis.</li> <li>- O fechamento prolongado de escolas ainda pode levar ao aumento das lacunas de aprendizado, saúde e nutrição entre jovens de famílias de baixa e alta renda.</li> </ul>

**Quadro 5** – Artigos que abordam a pandemia de Covid-19 e o DHANA no âmbito da alimentação escolar.

(conclusão)

Autores e ano de publicação	Local da pesquisa	Objetivo	Metodologia	Principais resultados e conclusões
Ala-Karvia <i>et al.</i> (2022)	Região do Mar Báltico (Estônia, Finlândia, Polônia, Rússia e Suécia)	Revisar o desdobramento da situação do COVID-19 e examinar como os cinco países selecionados se adaptaram à crise.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Março de 2020 e março de 2021;</li> <li>- Abordagem de método misto, combinando uma revisão da literatura e estudos de caso (a partir de entrevistas por telefone e questionário enviado por e-mail);</li> <li>- Representantes de cada país selecionaram um método adequado para sua coleta de dados regional; no entanto, as questões básicas foram construídas para fins comparativos;</li> <li>- Cada país contribuiu entre um e três casos diferentes; No total 12 exemplos regionais são fornecidos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estônia: as crianças geralmente recebiam pacotes de alimentos. O conteúdo das embalagens de alimentos atendeu aos requisitos do sub-regulamento da Lei de Saúde Pública;</li> <li>- Finlândia: fornecimento de refeições preparadas para levar; havia um ponto de coleta uma vez por semana para refeições durante toda a semana;</li> <li>- Polônia: algumas escolas forneciam refeições para viagem quando estavam fechadas; Algumas cantinas também prepararam refeições para grupos específicos e o pré-cadastro das refeições era obrigatório para evitar desperdícios;</li> <li>- Rússia: foram fornecidas cestas básicas a todos os alunos do ensino fundamental (de 7 a 10 anos) e crianças de determinadas categorias sociais (crianças de famílias de baixa renda, famílias com três ou mais filhos, órfãos, crianças com deficiência) que tinham direito a merenda escolar subsidiada durante o ano letivo regular;</li> <li>- Suécia: uma vez por semana, os alunos podiam coletar refeições refrigeradas para uma semana.</li> <li>- Durante o período do estudo, o fornecimento de refeições escolares diferiu tanto nacional quanto regionalmente e muitas vezes evoluiu ao longo do tempo em resposta a mudanças nas condições e regulamentações.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Diante do exposto, é observado que os estudos mostram uma breve descrição da maneira como foi realizado o ajuste operacional dos programas de alimentação escolar aos estudantes em meio à pandemia de Covid-19 em diferentes regiões do mundo (PARNHAM *et al.*, 2020; ALVI; GUPTA, 2020; ABAY *et al.*, 2021; ALA-KARVIA *et al.*, 2022), bem como os prejuízos devido à ausência das refeições escolares (CHAABANE *et al.*, 2021). Dessa maneira, não foram localizadas pesquisas, especialmente de revisão, que incluam os 20 países que compõem a América Latina e que realizem uma análise crítica abordando os quatro preceitos - disponibilidade, acesso, adequação e estabilidade - quanto à oferta da alimentação escolar em meio ao contexto pandêmico. Além disso, os estudos localizados fazem um recorte temporal reduzido, isto é, não fazem uma avaliação entre os anos de 2020 e 2022.

Nota-se, portanto, que globalmente as nações agiram de diversas maneiras como resposta aos reflexos desiguais da Covid-19, porém há escassez de estudos que envolvam todos os países membros da América Latina e que explorem com mais detalhes a execução dos seus PAE em meio ao contexto da pandemia na perspectiva do DHANA. Sendo assim, diante do cenário emergencial, associado à diversidade socioeconômica dos países da região e às particularidades quanto aos PAE (CEPAL; FAO, 2020a; BEAZLEY; IRIZARRY; ORGERA, 2021), reforça-se a importância de explorar esta temática, visto que é observada uma lacuna teórica na literatura.

Logo, espera-se, com a presente pesquisa, responder à pergunta norteadora citada previamente e, a partir dessa resposta, contribuir com o campo da pesquisa e auxiliar na construção de alternativas e planos de contingência em meio às situações emergenciais.

### **3 MÉTODOS**

#### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa utilizando dados secundários, a partir da realização de uma revisão de escopo. Apresenta natureza descritiva e exploratória, uma vez que as pesquisas descritivas objetivam retratar as características de uma população ou fenômeno com base nos dados coletados, sendo, normalmente, o primeiro passo da pesquisa (BONITA; BEAGLEHOLE; KJELLSTRÖM,



2010; GIL, 2017). Já a natureza exploratória busca proporcionar maior ligação com o problema, com a intenção de torná-lo compreensível (GIL, 2017).

Quanto à revisão de escopo, também chamada de “revisão de mapeamento” ou “estudo de escopo” (AROMATARIS; MUNN, 2020), pode ser definida como: “proposta para a realização de mapeamento da literatura num determinado campo de interesse, sobretudo quando revisões acerca do tema ainda não foram publicadas” (CORDEIRO; SOARES, 2020, p.38). Ela difere da revisão sistemática, pois pode ser utilizada para tópicos amplos e, portanto, permite a inclusão de estudos com delineamentos distintos, a fim de reconhecer as evidências produzidas (ARKSEY; O’MALLEY, 2005; CORDEIRO; SOARES, 2020).

### 3.1.1 Inserção do Estudo

Este estudo está inserido no Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGN/UFSC) vinculado à Linha de Pesquisa I, intitulada como Diagnóstico e Intervenção Nutricional em Coletividades.

Ainda, há vinculação de ambos os orientadores da presente pesquisa ao Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar de SC (CECANE/SC) - o qual objetiva contribuir com a operacionalização do PNAE na região (UFSC, 2022). Isto, de certa forma, vai ao encontro com a temática deste trabalho, já que existe o interesse de aprimoramento da alimentação escolar como política pública por parte de todos os pesquisadores envolvidos.

Por fim, vale explicitar que este estudo é fomentado por uma pesquisa de Mestrado precedente também orientada pelo professor Maurício Soares Leite, a qual estabeleceu como tema central a alimentação escolar na América Latina envolvendo os povos indígenas (GIRARDI, 2018).

## 3.2 DEFINIÇÃO DOS TERMOS RELEVANTES PARA A PESQUISA

Para melhor entendimento desta pesquisa, são apresentadas a seguir as definições dos principais termos utilizados, os quais estão descritos em ordem alfabética.

**Agricultura familiar:** De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019), a Agricultura Familiar é constituída de pequenos produtores rurais, povos e

comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, onde a gestão da propriedade é compartilhada pela família. Nesta forma de agricultura, a diversidade produtiva é uma característica e muitas vezes integra a produção de subsistência à produção destinada ao mercado (BRASIL, 2019).

**Alimentação escolar:** Entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo (BRASIL, 2009). Para o PMA (2013), a alimentação escolar é definida como alimentação para alunos matriculados regularmente em instituições de ensino.

**Comunidade escolar:** Toda a equipe de funcionários, incluindo professores, governança da escola (membros da direção), equipe de gestores, outros funcionários da escola (como equipe administrativa, pessoal da limpeza, profissionais de saúde), voluntários que trabalham na escola, estudantes, pais, cuidadores, responsáveis legais e a unidade familiar ampliada (OPAS; UNESCO, 2022).

**DHANA:** Direito à alimentação adequada com a incorporação da dimensão nutricional, já que o objetivo final da realização desse direito é promover o bem-estar e a saúde nutricionais (VALENTE, 2014, p. 158; ROCHA, 2021). Direito a uma alimentação que nutre o corpo e o ser, adequado ao ciclo da vida, às necessidades fisiológicas, à cultura, aos valores, aos hábitos e às tradições (MANFRE, 2021).

**Escola:** Instituição projetada para oferecer educação obrigatória para estudantes tanto em nível fundamental como médio (OPAS; UNESCO, 2022).

**Programa de alimentação escolar:** Políticas multissetoriais que podem contribuir para diferentes áreas estratégicas, incluindo educação, saúde, agricultura e desenvolvimento territorial. São importantes intervenções de proteção social, buscam combater a pobreza e podem promover o desenvolvimento de crianças e adolescentes, melhorar hábitos alimentares, garantir o acesso à alimentação saudável e podem promover um desenvolvimento mais inclusivo da economia local quando está vinculado à compra de alimentos da agricultura familiar (FAO, 2013; FAO *et al.*, 2021).

**Segurança Alimentar:** Compreende-se pela realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, art. 3º). Para OMS *et al.* (2022, p. 202), existe segurança alimentar quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendam às suas necessidades alimentares e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável. Com base nessa definição, quatro dimensões da segurança alimentar podem ser identificadas: disponibilidade de alimentos, acesso econômico e físico aos alimentos, utilização de alimentos e estabilidade ao longo do tempo.

Diante destes termos, considerados relevantes para a compreensão do estudo, desenvolveu-se esta pesquisa que segue com descrição a seguir.

### 3.3 DESCRIÇÃO DO LOCAL E POPULAÇÃO DO ESTUDO

Esta dissertação envolve artigos científicos e documentos oficiais que abordam a execução dos PAE envolvendo os 20 países membros da América Latina, os quais foram citados anteriormente neste documento na subseção “2.2.1 Programas de alimentação escolar na América Latina”.

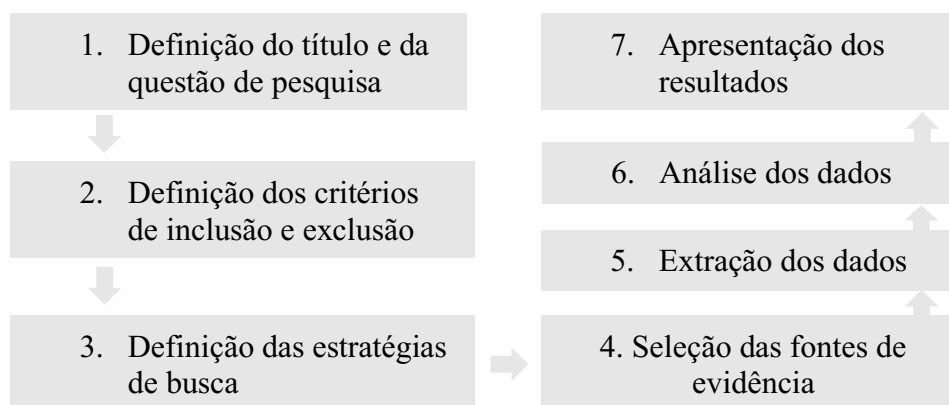
### 3.4 ETAPAS DA PESQUISA

O percurso deste estudo foi fundamentado pela proposta metodológica do Instituto Joanna Briggs (JBI), uma organização internacional de pesquisa em saúde baseada em evidência, a qual atua em mais de 70 universidades e hospitais ao redor do mundo (AROMATARIS; MUNN, 2020).

Logo, esta metodologia baseia-se no “*JBI Manual for Evidence Synthesis*”, atualizado pela última vez no ano de 2020, em que, especialmente no capítulo 11, descreve de forma detalhada o processo de planejamento e condução das revisões de escopo (*scoping review*)

(AROMATARIS; MUNN, 2020; PETERS *et al.*, 2020). Deste modo, são definidas 7 etapas (Figura 8) – as quais serão descritas minuciosamente nas subseções a seguir.

**Figura 8** - Etapas da revisão de pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Além disso, o Manual JBI ressalta a importância de realizar um protocolo antes de iniciar a revisão de escopo, já que este pré-define os objetivos, métodos e relatórios do estudo, bem como permite a transparência de todo o processo. Sendo assim, um protocolo desta pesquisa foi registrado no repositório *Open Science Framework (OSF)*, e pode ser acessado em <https://osf.io/wmfdy/>.

Por fim, a pesquisa foi guiada por um *checklist* padronizado nomeado “*Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews*” (PRISMA-ScR), o qual é integrado por 22 questões norteadoras para este modelo de revisão, conforme demonstrado no Anexo A (TRICCO *et al.*, 2018).

### 3.4.1 Definição do título e da questão de pesquisa

De acordo com o proposto por PETERS *et al.* (2020) no Manual JBI, o título e a questão de pesquisa devem ser elaborados a partir da estrutura PCC (População, Conceito e Contexto). Portanto, neste estudo entende-se como **População**: comunidade escolar da América Latina; **Conceito**: execução dos programas de alimentação escolar na perspectiva do DHANA; **Contexto**: pandemia da Covid-19.

Partindo da definição destes três elementos, foi elaborada a seguinte pergunta norteadora da pesquisa (exposta anteriormente neste documento na seção introdutória): *Como*

*foram executados os programas de alimentação escolar da América Latina no contexto da pandemia de Covid-19 na perspectiva do DHANA?*

### **3.4.2 Definição dos critérios de inclusão e exclusão**

As revisões de escopo permitem a inclusão de quaisquer fontes de evidência, sejam elas primárias ou secundárias, e, portanto, possibilitam a integração e a análise de pesquisas com delineamentos diversos (PETERS *et al.*, 2020). Baseando nisto, foram elegíveis artigos com diferentes abordagens metodológicas – estudos primários e revisões – e fontes documentais, como arquivos de órgãos públicos, ofícios, boletins e relatórios de pesquisa.

Portanto, foram incluídos os artigos e documentos que estavam disponíveis para consulta pública, materiais produzidos com marco inicial em 2020 (devido ao início da pandemia) e que abordaram a temática entre 2020 e 2022, com publicações do texto integral e sem restrição de idiomas, os que evidenciaram os descritores previamente selecionados, os que abordaram a grande temática de interesse – isto é, a execução da alimentação escolar em um ou mais países membros da América Latina em meio à pandemia de Covid-19 – e os que contemplaram a população do estudo, ou seja, a comunidade escolar.

Em contrapartida, foram excluídos os materiais duplicados, as notícias de sites institucionais (pela amplitude destes materiais e, conseqüentemente, inviabilidade de tempo para leitura, extração e análise dos dados), os materiais que não abordaram os critérios de inclusão supracitados, artigos que se referiam apenas à percepção do nutricionista e estudos com aspectos clínicos sobre a Covid-19.

### **3.4.3 Definição das estratégias de busca de pesquisa**

Foram empregados os seguintes descritores, seus sinônimos e suas combinações nos idiomas português, inglês e espanhol: “Alimentação escolar”, “Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação”, “Covid-19” e “América Latina”, os quais estão indexados no Descritores em Ciências da Saúde/*Medical Subject Headings* (DeCS/MeSH) da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS, 2022).

Como estratégia foram utilizados operadores booleanos, uma vez que o operador “*and*” é utilizado entre expressões distintas para localizar estudos sobre ambos os temas e restringir a pesquisa (intersecção), já o operador “*or*” é aplicado com o objetivo de buscar sinônimos e

localizar artigos que abordam um ou outro tema (união). Além disso, foram empregados sinais gráficos, aspas e parênteses, visto que o primeiro é utilizado para recuperar termos compostos, enquanto o segundo busca separar blocos de palavras (BRASIL, 2021c). Portanto, com o intuito de aperfeiçoar esse procedimento foi realizada uma consultoria com uma profissional especializada em buscas bibliográficas vinculada à biblioteca universitária da UFSC para, então, definir com maior rigor cada estratégia de busca, bem como personalizá-la para a respectiva base de dados.

Segue uma síntese deste processo no Quadro 6, o qual contempla os descritores utilizados (em **negrito**) e os seus termos alternativos/sinônimos (sem **negrito**).

**Quadro 6** - Estratégias de busca utilizadas de acordo com a base de dados.

(continua)

Base	Estratégias de Busca
Embase	(("School Feeding" OR "School food" OR "school menu" OR "school meals" OR "school meal") AND ("Health Programs and Plans" OR "Nutrition Programs and Policies" OR Program*) AND ("Coronavirus Infections" OR "Coronavirus" OR "SARS Virus" OR "SARS-CoV" OR "Covid-19" OR "SARS-CoV-2" OR "SARSCoV2" OR "SARS2" OR "COVID19" OR "COVID-2019" OR "COVID 2019" OR "SARS COV 2" OR "2019-nCoV" OR "2019ncov" OR "nCoV 2019") AND ("Latin America" OR "Brazil" OR "Argentina" OR "Peru" OR "Bolivia" OR "Colombia" OR "Venezuela" OR "Chile" OR "Costa Rica" OR "Cuba" OR "El Salvador" OR "Ecuador" OR "Guatemala" OR "Haiti" OR "Honduras" OR "México" OR "Nicarágua" OR "Panamá" OR "Paraguay" OR "Dominican Republic" OR "Uruguay"))
FSTA	(("School Feeding" OR "School food" OR "school menu" OR "school meals" OR "school meal") AND ("Health Programs and Plans" OR "Nutrition Programs and Policies" OR Program*) AND ("Coronavirus Infections" OR "Coronavirus" OR "SARS Virus" OR "SARS-CoV" OR "Covid-19" OR "SARS-CoV-2" OR "SARSCoV2" OR "SARS2" OR "COVID19" OR "COVID-2019" OR "COVID 2019" OR "SARS COV 2" OR "2019-nCoV" OR "2019ncov" OR "nCoV 2019") AND ("Latin America" OR "Brazil" OR "Argentina" OR "Peru" OR "Bolivia" OR "Colombia" OR "Venezuela" OR "Chile" OR "Costa Rica" OR "Cuba" OR "El Salvador" OR "Ecuador" OR "Guatemala" OR "Haiti" OR "Honduras" OR "México" OR "Nicarágua" OR "Panamá" OR "Paraguay" OR "Dominican Republic" OR "Uruguay"))

**Quadro 6** - Estratégias de busca utilizadas de acordo com a base de dados.

(continuação)

LILACS	<p>((<b>"Alimentação Escolar"</b> OR "Merenda Escolar" OR "Cardápio escolar" OR "<b>Alimentación Escolar</b>" OR "Comida escolar" OR "menú escolar" OR "<b>School Feeding</b>" OR "School food" OR "school menu" OR "school meals" OR "school meal") AND ("<b>Planos e Programas de Saúde</b>" OR "<b>Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação</b>" OR "<b>Planes y Programas de Salud</b>" OR "<b>Programas y Políticas de Nutrición y Alimentación</b>" OR "<b>Health Programs and Plans</b>" OR "<b>Nutrition Programs and Policies</b>" OR Program*) AND ("<b>Infecções por Coronavirus</b>" OR "<b>Vírus da SARS</b>" OR "<b>Infecciones por Coronavirus</b>" OR "<b>Virus del SRAS</b>" OR "<b>Coronavirus Infections</b>" OR "<b>Coronavirus</b>" OR "<b>SARS Virus</b>" OR "SARS-CoV" OR "<b>Covid-19</b>" OR "<b>SARS-CoV-2</b>" OR "SARSCoV2" OR "SARS2" OR "COVID19" OR "COVID-2019" OR "COVID 2019" OR "SARS COV 2" OR "2019-nCoV" OR "2019ncov" OR "nCoV 2019") AND ("<b>América Latina</b>" OR "Brasil" OR "Equador" OR "Paraguai" OR "República Dominicana" OR "Uruguai" OR "<b>Latin America</b>" OR "Brazil" OR "Argentina" OR "Peru" OR "Bolívia" OR "Colômbia" OR "Venezuela" OR "Chile" OR "Costa Rica" OR "Cuba" OR "El Salvador" OR "Ecuador" OR "Guatemala" OR "Haiti" OR "Honduras" OR "México" OR "Nicarágua" OR "Panamá" OR "Paraguay" OR "Dominican Republic" OR "Uruguay"))</p>
PubMed/ Medline	<p>((<b>"School Feeding"</b> OR "School food" OR "school menu" OR "school meals" OR "school meal") AND ("<b>Health Programs and Plans</b>" OR "<b>Nutrition Programs and Policies</b>" OR Program*) AND ("<b>Coronavirus Infections</b>"[Mesh] OR "<b>Coronavirus Infections</b>" OR "<b>Coronavirus</b>"[Mesh] OR "<b>Coronavirus</b>" OR "<b>SARS Virus</b>" OR "SARS-CoV" OR "<b>COVID-19</b>"[Mesh] OR "<b>Covid-19</b>" OR "<b>SARS-CoV-2</b>"[Mesh] OR "<b>SARS-CoV-2</b>" OR "SARSCoV2" OR "SARS2" OR "COVID19" OR "COVID-2019" OR "COVID 2019" OR "SARS COV 2" OR "2019-nCoV" OR "2019ncov" OR "nCoV 2019") AND ("<b>Latin America</b>" OR "Brazil" OR "Argentina" OR "Peru" OR "Bolívia" OR "Colômbia" OR "Venezuela" OR "Chile" OR "Costa Rica" OR "Cuba" OR "El Salvador" OR "Ecuador" OR "Guatemala" OR "Haiti" OR "Honduras" OR "México" OR "Nicarágua" OR "Panamá" OR "Paraguay" OR "Dominican Republic" OR "Uruguay") AND (journal article[Publication Type]))</p>
Scopus	<p>((<b>"School Feeding"</b> OR "School food" OR "school menu" OR "school meals" OR "school meal") AND ("<b>Health Programs and Plans</b>" OR "<b>Nutrition Programs and Policies</b>" OR Program*) AND ("<b>Coronavirus Infections</b>" OR "<b>Coronavirus</b>" OR "<b>SARS Virus</b>" OR "SARS-CoV" OR "<b>Covid-19</b>" OR "<b>SARS-CoV-2</b>" OR "SARSCoV2" OR "SARS2" OR "COVID19" OR "COVID-2019" OR "COVID 2019" OR "SARS COV 2" OR "2019-nCoV" OR "2019ncov" OR "nCoV 2019") AND ("<b>Latin America</b>" OR "Brazil" OR "Argentina" OR "Peru" OR "Bolívia" OR "Colômbia" OR "Venezuela" OR "Chile" OR "Costa Rica" OR "Cuba" OR "El Salvador" OR "Ecuador" OR "Guatemala" OR "Haiti" OR "Honduras" OR "México" OR "Nicarágua" OR "Panamá" OR "Paraguay" OR "Dominican Republic" OR "Uruguay"))</p>

**Quadro 6** - Estratégias de busca utilizadas de acordo com a base de dados.

(conclusão)

SciELO	<p>((<b>"Alimentação Escolar"</b> OR "Merenda Escolar" OR "Cardápio escolar" OR "<b>Alimentación Escolar</b>" OR "Comida escolar" OR "menú escolar" OR "<b>School Feeding</b>" OR "School food" OR "school menu" OR "school meals" OR "school meal") AND ("<b>Planos e Programas de Saúde</b>" OR "<b>Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação</b>" OR "<b>Planes y Programas de Salud</b>" OR "<b>Programas y Políticas de Nutrición y Alimentación</b>" OR "<b>Health Programs and Plans</b>" OR "<b>Nutrition Programs and Policies</b>" OR Program*) AND ("<b>Infecções por Coronavirus</b>" OR "<b>Vírus da SARS</b>" OR "<b>Infecciones por Coronavirus</b>" OR "<b>Virus del SRAS</b>" OR "<b>Coronavirus Infections</b>" OR "<b>Coronavirus</b>" OR "<b>SARS Virus</b>" OR "SARS-CoV" OR "<b>Covid-19</b>" OR "<b>SARS-CoV-2</b>" OR "SARSCoV2" OR "SARS2" OR "COVID19" OR "COVID-2019" OR "COVID 2019" OR "SARS COV 2" OR "2019-nCoV" OR "2019ncov" OR "nCoV 2019") AND ("<b>América Latina</b>" OR "Brasil" OR "Equador" OR "Paraguai" OR "República Dominicana" OR "Uruguai" OR "<b>Latin America</b>" OR "Brazil" OR "Argentina" OR "Peru" OR "Bolivia" OR "Colombia" OR "Venezuela" OR "Chile" OR "Costa Rica" OR "Cuba" OR "El Salvador" OR "Ecuador" OR "Guatemala" OR "Haiti" OR "Honduras" OR "México" OR "Nicarágua" OR "Panamá" OR "Paraguay" OR "Dominican Republic" OR "Uruguay"))</p>
Web of Science	<p>((<b>"School Feeding"</b> OR "School food" OR "school menu" OR "school meals" OR "school meal") AND ("<b>Health Programs and Plans</b>" OR "<b>Nutrition Programs and Policies</b>" OR Program*) AND ("<b>Coronavirus Infections</b>" OR "<b>Coronavirus</b>" OR "<b>SARS Virus</b>" OR "SARS-CoV" OR "<b>Covid-19</b>" OR "<b>SARS-CoV-2</b>" OR "SARSCoV2" OR "SARS2" OR "COVID19" OR "COVID-2019" OR "COVID 2019" OR "SARS COV 2" OR "2019-nCoV" OR "2019ncov" OR "nCoV 2019") AND ("<b>Latin America</b>" OR "Brazil" OR "Argentina" OR "Peru" OR "Bolivia" OR "Colombia" OR "Venezuela" OR "Chile" OR "Costa Rica" OR "Cuba" OR "El Salvador" OR "Ecuador" OR "Guatemala" OR "Haiti" OR "Honduras" OR "México" OR "Nicarágua" OR "Panamá" OR "Paraguay" OR "Dominican Republic" OR "Uruguay"))</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Já para os documentos oficiais, como uma maneira de auxiliar na busca em cada endereço eletrônico foram empregadas as seguintes palavras-chave, de forma isolada ou combinadas: “Alimentação escolar”, “Programa de alimentação escolar”, “Covid-19”, “América Latina” e o nome do programa de alimentação escolar do país correspondente. Para os sítios eletrônicos que possuem abrangência mundial, esta busca foi realizada nos idiomas português, inglês e espanhol e, quando o *website* se referiu a algum país da América Latina, estes termos foram descritos conforme o idioma do local.



### 3.4.5 Seleção das fontes de evidência

A busca de materiais compreendeu dois estágios complementares: uma pesquisa de documentos e um mapeamento de pesquisas científicas em bibliotecas eletrônicas – etapas que ocorreram entre maio e junho de 2023.

A busca de artigos foi realizada nas seguintes bases: *Embase* (Elsevier), *Food Science and Technology Abstracts* (FSTA), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), PubMed/Medline, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) *Scopus* (Elsevier) e *Web of Science*.

Quanto à busca de documentos oficiais, foi realizada por meio da consulta em *websites* de órgãos governamentais, os quais foram previamente mapeados a partir das instituições responsáveis pelo desenvolvimento social e/ou educação dos países membros (Apêndice A). Além destes, foram realizadas pesquisas em outros sítios eletrônicos oficiais, como a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos/*World Food Program* (PMA/*WFP*).

Em um primeiro momento de identificação e avaliação, ocorreu a leitura criteriosa de títulos, resumos e palavras-chave (fase 1) e, posteriormente, os materiais foram lidos na íntegra (fase 2). Ainda, conforme a metodologia JBI, a qual recomenda que seja realizada uma etapa de pesquisas adicionais (PETERS *et al.*, 2020), após a fase 2 foram analisadas as listas de referência das fontes selecionadas para esta pesquisa – processo caracterizado como técnica bola de neve (BOCKORNI; GOMES, 2021).

Foram selecionados artigos científicos e documentos oficiais considerados potencialmente elegíveis para inclusão neste estudo de revisão e todas as etapas foram realizadas por dois revisores independentes, sendo que quaisquer divergências foram analisadas por um terceiro pesquisador. Após o mapeamento, os materiais foram importados para o *software* Mendeley®, onde foram excluídas as duplicatas, e, em seguida, foram armazenados na plataforma Rayyan®, utilizada para auxiliar na logística da revisões e para haver cegamento nessa etapa do estudo entre todos os leitores/pesquisadores.

Essas etapas tiveram início em julho de 2023 e conclusão em agosto do mesmo ano.

### 3.4.6 Extração dos dados

Uma vez concluída a etapa de seleção, os materiais selecionados foram organizados em planilha eletrônica no programa *Microsoft Office Excel*®, versão 2016, e analisados criteriosamente de acordo com o objetivo da pesquisa.

Inicialmente, foi elaborado um primeiro formulário para extração dos dados documentais, com o objetivo de traçar uma linha evolutiva do processo e visualizar o panorama do que ocorreu em meio à pandemia com relação à alimentação escolar. Para isso, o formulário foi organizado em: i) país integrante da América Latina (nas linhas) e ii) mês e ano de realização (nas colunas). Posteriormente, foi preenchido a partir das medidas governamentais adotadas e dos relatórios emitidos (Leis/Decretos/Resoluções/Portarias) entre o período de 2020 e 2022. Segue o modelo no Apêndice B.

Em seguida, os documentos oficiais foram planejados paralelamente em outros dois formulários, conforme demonstrado nos quadros abaixo, Quadro 7 (o qual refere-se aos marcos normativos) e Quadro 8 (o qual refere-se aos relatórios emitidos por órgãos internacionais).

**Quadro 7** - Estruturação do formulário de marcos normativos para extração dos dados.

Formulário 1 – Marcos normativos							
País	Fonte de dados	Mês/Ano	Marco normativo	Breve descrição	Principais resultados		
					Modalidade da oferta de alimentos	Público-alvo	Qualidade nutricional (oferta de alimentos <i>in-natura</i> )

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2023.

**Quadro 8** - Estruturação do formulário de relatórios para extração dos dados.

Formulário 2 – Relatórios							
País	Fonte de dados	Mês/Ano	Tipo de documento	Breve descrição	Principais resultados		
					Modalidade da oferta de alimentos	Público-alvo	Qualidade nutricional (oferta de alimentos <i>in-natura</i> )

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2023.

Por fim, foi estruturado um quarto formulário para extração de dados referente aos artigos científicos (Quadro 9) e, desta maneira, esses materiais foram categorizados em título, autoria, mês e ano de publicação, país de origem, objetivos, métodos e principais resultados.

**Quadro 9** - Estruturação do formulário de artigos científicos para extração de dados.

Formulário 3 - Artigos								
Título	Autor	Mês/ Ano	País	Objetivos	Métodos	Principais resultados		
						Modalidade da oferta de alimentos	Público-alvo	Qualidade nutricional (oferta de alimentos <i>in-natura</i> )

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

### 3.4.7 Análise dos dados

Fundamentado no que os artigos e os documentos apresentaram a respeito da alimentação escolar dos países da América Latina em meio à pandemia de Covid-19, foi realizada uma síntese descritiva dos dados na perspectiva do DHANA. Foi analisado, portanto, se houve a garantia dos seguintes preceitos: disponibilidade, acesso, adequação e estabilidade, conforme detalhado no quadro 10 (ABRANDH, 2010; FAO, 2011).

**Quadro 10** - Dimensões do DHANA consideradas na análise de dados.

<b>DIMENSÃO</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>	<b>CRITÉRIO ANALISADO</b>
<b>Disponibilidade</b>	Fornecimento de alimentos de forma direta, a partir de terras produtivas ou outros recursos naturais, e indiretamente, a partir de alimentos comprados em comércio ou obtidos por meio das ações de fornecimento de cestas básicas, por exemplo <sup>1</sup> .	Neste trabalho considerou-se a garantia da dimensão de disponibilidade a partir da oferta do PAE, a sua modalidade de execução, bem como o ajuste realizado em meio à pandemia de Covid-19 (ajuste operacional <sup>a</sup> /novo programa <sup>b</sup> ).
<b>Acesso</b>	Garantia do acesso econômico (recursos para obter para obtenção de alimentos para uma alimentação adequada) e físico (alimentação deve ser acessível a todos, independentemente da situação de saúde, localização geográfica, realidade socioeconômica etc) <sup>1</sup> .	A acessibilidade foi analisada de acordo os beneficiários atendidos, isto é, indicando se o acesso foi compreendido ao mesmo público do programa, se houve expansão vertical <sup>c</sup> , expansão horizontal <sup>d</sup> ou até mesmo a redução de pessoas atendidas.
<b>Adequação</b>	Refere-se à garantia quanto à cultura, à etapa do ciclo da vida, às necessidades nutricionais e aos hábitos alimentares <sup>1</sup> .	Dimensão analisada a partir da qualidade nutricional, como a oferta dos alimentos <i>in natura</i> <sup>e</sup> , ofertados aos beneficiários. <sup>18</sup>
<b>Estabilidade</b>	Requer que a disponibilidade e o acesso aos alimentos adequados sejam garantidos de maneira estável durante o ano inteiro de maneira regular <sup>1</sup> .	Analisada a partir da garantia das dimensões de disponibilidade, acesso e adequação de maneira regular ao longo do período analisado.

**Legenda:** <sup>a</sup> Continuação da execução do PAE já existente, porém com ajuste na logística de oferta;

<sup>b</sup> Implementação de nova política pública para atender as demandas do PAE; <sup>c</sup> Ampliação do benefício para o mesmo público atendido; <sup>d</sup> Expansão do público-alvo atendido; <sup>e</sup> Alimentos não processados (ou naturais) que são partes comestíveis de plantas (sementes, frutos, folhas, caules, raízes) ou de animais (músculos, vísceras, ovos, leite), e também fungos, algas e água, após separação da natureza (MONTEIRO *et al*, 2016).

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023), com base em <sup>1</sup> ABRANDH, 2010; FAO, 2011.

### 3.4.8 Apresentação dos resultados

<sup>18</sup> Para essa pesquisa a dimensão de Adequação foi considerada a partir da oferta dos alimentos *in-natura* devido, especialmente, à falta de especificações dos documentos e/ou artigos quanto aos alimentos servidos durante a pandemia de Covid-19. Isto é, os materiais apenas descrevem se foram ofertados “alimentos secos” (não especificam se eram minimamente processados, processados ou ultraprocessados) ou “alimentos frescos” (quando descrevem se eram legumes, verduras e/ou frutas).

Esta etapa englobou dois momentos distintos, isto é, primeiramente foi elaborado o fluxograma PRISMA-ScR com o propósito de apresentar a quantidade de materiais que foram incluídos na revisão, bem como aqueles que foram descartados e as justificativas para tal. Posteriormente, foram apresentados os resultados com informações relevantes para responder à pergunta de partida dessa pesquisa e os objetivos que foram determinados (PETERS, *et. al*, 2020). Nesta etapa, portanto, com o intuito de mapear os dados encontrados, estes foram retratados em formato esquemático, tabular e, por fim, acompanhados de uma síntese descritiva.

### 3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA

O presente estudo utilizou apenas dados de domínio público, sendo assim, não foi necessária a submissão da pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme definido na Resolução n. 466/2012 e a Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012; BRASIL,2016).

## 4 RESULTADOS

Os resultados desta dissertação foram estruturados em modelo de artigo científico, intitulado “Execução dos programas de alimentação escolar da América Latina durante a pandemia de Covid-19: uma análise crítica na perspectiva do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA)” para posterior publicação.

O documento foi formatado conforme com as normas de submissão da revista *Nutrition Reviews* (ISSN: 1753- 4887) - classificada como A1 no sistema Qualis CAPES e que apresenta fator de impacto 6,1 - cujas normas para submissão podem ser consultadas em: [https://academic.oup.com/nutritionreviews/pages/General\\_Instructions](https://academic.oup.com/nutritionreviews/pages/General_Instructions) (OXFORD ACADEMIC, 2023).

#### 4.1 ARTIGO - EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA AMÉRICA LATINA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UMA ANÁLISE CRÍTICA NA PERSPECTIVA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO ADEQUADAS (DHANA)

Mariana Teresa Weinfurter<sup>1\*</sup>, Cristine Garcia Gabriel<sup>2</sup> e Maurício Soares Leite<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, Santa Catarina, Brasil – CEP: 88040-900.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, Santa Catarina, Brasil – CEP: 88040-900.

\*Correspondência: M.T. Weinfurter, Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, Santa Catarina, Brasil – CEP: 88040-900. E-mail: marianaweinfurter.nutri@gmail.com

**Contexto:** A pandemia da Covid-19 impactou diversos setores, incluindo as políticas de alimentação escolar na América Latina. **Objetivos:** Analisar a execução dos programas de alimentação escolar da América Latina no contexto da pandemia de Covid-19 na perspectiva do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas. **Métodos:** Pesquisa de revisão de escopo de artigos e documentos oficiais, nas bases *Embase*, *FSTA*, *LILACS*, *PubMed*, *SciELO*, *Scopus* e *Web of Science*, e em *websites* oficiais e de órgãos governamentais dos países da América Latina. Foi realizada uma síntese descritiva dos dados na perspectiva do DHANA, analisando se houve a garantia das dimensões de disponibilidade, acesso, adequação e estabilidade. **Resultados:** Foram localizados 192 materiais. Destes, 108 foram selecionados, dentre 20 artigos e 88 documentos. Constatou-se que três dos 20 países latino-americanos não mantiveram os Programas de Alimentação Escolar durante a pandemia (2020-2022): Cuba, Haiti e Nicarágua. A maioria dos países adaptou a oferta de alimentação escolar para incluir cestas de alimentos, transferências monetárias, refeições prontas e/ou refeições preparadas nas instituições de ensino. Quanto ao acesso, 45% dos países atenderam aos mesmos beneficiários que faziam parte do programa anteriormente, enquanto 30% reduziram a acessibilidade a apenas uma parcela do público. Quanto à adequação, 55% dos países não especificaram se houve a oferta dos alimentos *in-natura*. Já a dimensão de estabilidade não foi possível ser analisada, uma vez que houve escassez de estudos que relataram se houve a garantia das outras três dimensões de forma regular durante o período analisado. **Conclusão:** As dimensões do DHANA não foram integralmente contempladas durante o período emergencial e, portanto, houve diversas violações aos direitos dos estudantes beneficiários dos PAE.

**Palavras-chave:** Alimentação escolar; Políticas públicas; Segurança alimentar; Países de baixa e média renda; Assistência alimentar.

## INTRODUÇÃO

A pandemia da *Coronavirus Disease* (Covid-19) trouxe implicações nos sistemas sanitário, social, econômico, educacional e alimentar <sup>(1-4)</sup>. Prejudicou, sobretudo, crianças e adolescentes em idade escolar, visto que em abril de 2020 ocorreu o fechamento das escolas em 179 países, associado à interrupção das aulas <sup>(1, 5-7)</sup>. E, por essa razão, cerca de 1,6 bilhão de alunos foram afetados - o equivalente a mais de 90% da população global de estudantes <sup>(8, 9)</sup> - dos quais 85 milhões faziam parte da América Latina e do Caribe <sup>(10, 11)</sup>.

No ano de 2022, a maior parte dos países estava com as escolas abertas, enquanto as escolas de países como Panamá, El Salvador e Bolívia estavam parcialmente abertas e apenas em Honduras ainda estavam totalmente fechadas <sup>(12)</sup>.

Logo, diante do cenário pandêmico, com o intuito de dar continuidade aos programas de alimentação escolar (PAE) e assistir populações em vulnerabilidade social, cada nação respondeu aos desafios impostos a partir de condutas diferentes e de acordo com as suas particularidades <sup>(11, 13, 14, 15)</sup>.

Devido à instabilidade econômica, que já era presente na América Latina, após a chegada da pandemia a região passou a enfrentar a sua pior crise econômica, social e produtiva dos últimos anos <sup>(16)</sup>. Isso reforça, portanto, a necessidade de preservar os direitos envolvendo a alimentação escolar, já que essa política pública é fundamental para ampliar a segurança alimentar e para o desenvolvimento adequado na infância <sup>(17, 18)</sup>, bem como o está relacionada à melhor capacidade cognitiva <sup>(19)</sup> ao menor risco de contrair doenças <sup>(20, 21)</sup>, à redução do abandono das escolas, entre outras contribuições <sup>(18, 19, 22)</sup>.

Ademais, a alimentação é um direito indispensável ao ser humano, respaldado internacionalmente a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) em 1966, assim como em outros momentos da história <sup>(23, 24)</sup>. Nesse contexto, o cenário da pandemia de Covid-19 (de 2020 a 2022) pode ter afetado o alcance do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA) no âmbito da alimentação escolar <sup>(25)</sup>.

Entretanto, a partir de uma pesquisa preliminar sobre o tema, foram encontrados poucos estudos, os quais descrevem brevemente os principais ajustes operacionais realizados nos PAE em diferentes regiões do mundo (26-29), bem como os prejuízos devido à ausência das refeições escolares <sup>(30)</sup>. Porém, não foram localizadas pesquisas, especialmente de revisão, que incluam os 20 países membros da América Latina e que tenham analisado criticamente o alcance dos quatro preceitos do DHANA - disponibilidade, acesso, adequação e estabilidade - quanto à

oferta da alimentação escolar em meio ao contexto pandêmico. Outro ponto é que os estudos mencionados fazem um recorte temporal reduzido, isto é, não fazem uma avaliação entre os anos de 2020 e 2022 <sup>(26-30)</sup>.

Deste modo, esta pesquisa objetiva analisar a execução dos programas de alimentação escolar da América Latina no contexto da pandemia de Covid-19 na perspectiva do DHANA.

## MÉTODOS

### Caracterização do estudo

Trata-se de uma revisão de escopo de literatura fundamentada pela proposta metodológica do Instituto Joanna Briggs (JBI), guiada pelo *checklist* “*Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews*” (PRISMA-ScR) <sup>(31, 32)</sup>, bem como por um protocolo registrado no repositório *Open Science Framework (OSF)* – o qual pode ser acessado em <https://osf.io/wmfdy/>.

### Descrição do local e população do estudo

Este estudo engloba artigos científicos e documentos oficiais que abordam a execução dos PAE envolvendo os 20 países membros da América Latina. Essa, por sua vez, trata-se de uma região do continente americano que contempla 20 países <sup>(33, 34)</sup>. Apresenta área geográfica, considerando a superfície terrestre, de 19.622.860 km<sup>2</sup> <sup>(35)</sup> e conta com aproximadamente 8% da população global <sup>(36, 37)</sup>.

Quanto ao cenário socioeconômico, os seus países membros têm apresentado oscilações, visto que o Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos anos, especialmente em 2019 e em 2020 (início da pandemia de Covid-19), apresentou a maior queda desde o ano de 1990 <sup>(34)</sup>. Entre 2014 e 2020 houve aumento da pobreza, de 27,8% para 33%, e da extrema pobreza, de 7,8% para 13,1%, na América Latina <sup>(38)</sup>. O país da região que apresenta o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o Haiti (IDH 0,510) - em 170º lugar no ranking mundial entre 189 países. Em contrapartida, o país que apresenta o melhor índice é o Chile - em 43º lugar com IDH de 0,851 <sup>(39)</sup>.



Todos os países membros oferecem programas de alimentação escolar <sup>(40, 41)</sup>, sintetizados na Figura 1, que descreve: i) nome do país; ii) número de habitantes; iii) nome, ano de início e focalização do programa. Considerando o cenário pré-pandêmico, todos os países optavam pela modalidade de refeições servidas no ambiente escolar, sendo que 50% (n=10) deles apresentavam foco universal, 25% (n=5) contavam com foco geográfico, 15% (n=3) foco individual e 10% (n=2) apresentavam duas focalizações distintas (de acordo com o nível escolar) <sup>(10, 20, 40, 41, 42, 43-65)</sup>.

Em um contexto histórico, os programas da Argentina, México, Colômbia e Uruguai estão entre os mais antigos do mundo e tiveram origem no início do século XX, já o programa mais recente pertence ao Paraguai <sup>(40, 48)</sup>.

Quanto à cobertura de beneficiários atendidos, o país da América Latina que se destaca é o Brasil, alcançando aproximadamente 41,5 milhões de pessoas, e situa-se, a nível mundial, apenas atrás da Índia em número absoluto de pessoas beneficiadas. Em seguida, os outros membros da região que atendem maior parcela de beneficiários são o México, Colômbia e, ainda, o Peru <sup>(40)</sup>.

Por fim, no que diz respeito ao gerenciamento dos programas, há predomínio – em 17 países - do Ministério da Educação como instituição responsável, seguido do Ministério do Desenvolvimento Social, o qual coordena a Argentina, o México e o Peru <sup>(10, 42, 49, 51, 52, 54, 56, 59, 61, 64)</sup>.

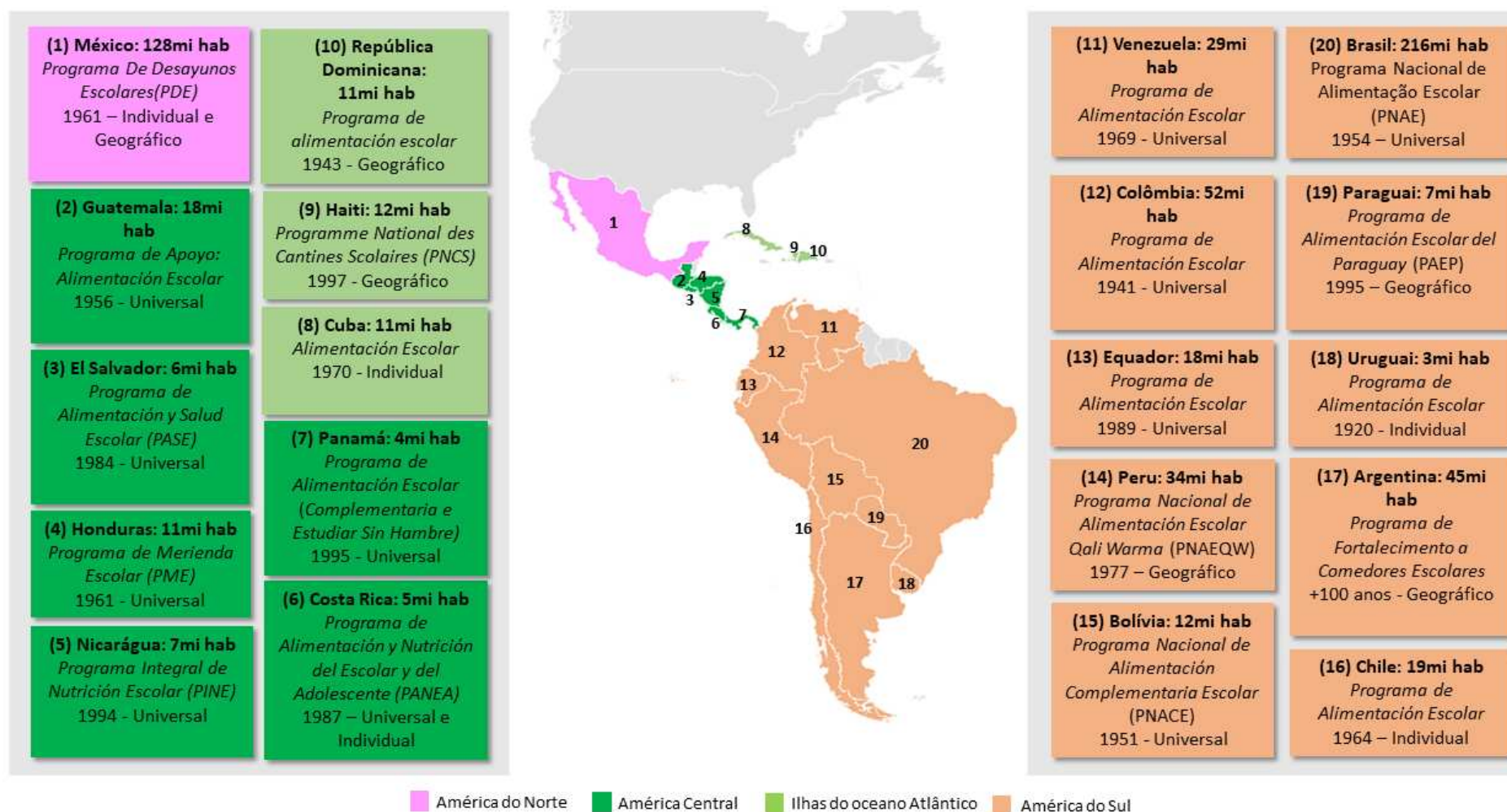


Figura 1 - Caracterização dos países membros da América Latina de acordo com o número de habitantes, nome do programa de alimentação escolar, ano de início e focalização do programa.

*Notas:* Foco individual: os alunos são selecionados com base em fatores demográficos, como idade, sexo e/ou que residem em famílias em situação de pobreza; Foco geográfico: a localização determina a qualificação, isto é, programas que abordam as escolas em regiões com taxas de pobreza, por exemplo; Foco universal: trata-se daqueles programas em que todas as crianças, independente da sua idade, status econômico ou sexo, podem participar e receber o benefício <sup>(10, 15)</sup>. *Fonte:* Elaborado pela autora (2023) com base em <sup>(10, 42, 20, 43-65, 66)</sup>.

## **Etapas da pesquisa**

### *Definição do título e questão de pesquisa*

O título e a questão de pesquisa foram elaborados a partir da estrutura PCC (População, Conceito e Contexto) <sup>(67)</sup>. Neste estudo entende-se como **População:** comunidade escolar da América Latina; **Conceito:** execução dos programas de alimentação escolar na perspectiva do DHANA; **Contexto:** pandemia da Covid-19. Partindo da definição desses três elementos, foi elaborada a seguinte pergunta norteadora da pesquisa: *Como foram executados os programas de alimentação escolar da América Latina no contexto da pandemia de Covid-19 na perspectiva do DHANA?*

### *Crerios de elegibilidade*

Foram elegíveis artigos com diferentes abordagens metodológicas – estudos primários e revisões – e fontes documentais, como arquivos de órgãos públicos, ofícios, boletins e relatórios de pesquisa. Portanto, foram incluídos os artigos e documentos que estavam disponíveis para consulta pública, materiais produzidos com marco inicial em 2020 (devido ao início da pandemia) e que abordaram a temática entre 2020 e 2022, com publicações do texto integral e sem restrição de idiomas.

Foram excluídos os materiais duplicados, as notícias de sites institucionais (pela amplitude destes materiais e, conseqüentemente, inviabilidade de tempo para leitura, extração e análise dos dados), artigos que se referiam apenas à percepção do nutricionista e estudos com aspectos clínicos sobre a Covid-19.

### *Busca*

A etapa de busca de materiais contemplou dois estágios complementares: um mapeamento de pesquisas científicas em bibliotecas eletrônicas e uma pesquisa de documentos – etapa que ocorreu entre maio e junho de 2023.

Dessa maneira, a busca de artigos foi realizada nas seguintes bases: *Embase* (Elsevier), *Food Science and Technology Abstracts* (FSTA), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), PubMed/Medline, *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) *Scopus* (Elsevier) e *Web of Science*. Foram empregados os seguintes descritores, seus sinônimos e suas combinações nos idiomas português, inglês e espanhol: “Alimentação escolar”, “Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação”, “Covid-19” e “América Latina”, os quais estão indexados no Descritores em Ciências da Saúde/*Medical Subject Headings* (DeCS/MeSH) da Biblioteca Virtual em Saúde <sup>(68)</sup>. Para aperfeiçoar esse procedimento foi realizada uma consultoria com uma profissional especializada em buscas bibliográficas vinculada à biblioteca universitária da Universidade ao qual os autores estão vinculados para, então, definir com maior rigor cada estratégia de busca, bem como personalizá-la para cada base de dados. Em síntese essas estratégias contemplam os termos que estão descritos no Quadro S1.

A busca de documentos oficiais foi realizada por meio da consulta em *websites* de órgãos governamentais de todos os países da América Latina, os quais foram previamente mapeados a partir das instituições responsáveis pelo desenvolvimento social e/ou educação dos países membros (Quadro S2). Além desses, foram realizadas pesquisas nos sítios eletrônicos oficiais de: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) e Programa Mundial de Alimentos/*World Food Program* (PMA/*WFP*). Em cada endereço eletrônico foram empregadas as seguintes palavras-chave, de forma isolada ou combinadas: “Alimentação escolar”, “Programa de alimentação escolar”, “Covid-19”, “América Latina” e o nome do programa de alimentação escolar do país correspondente. Para os sítios eletrônicos de abrangência mundial, a busca foi realizada nos idiomas português, inglês e espanhol e, se houvesse menção a algum país da América Latina, esses termos foram buscados conforme o idioma do local.

### *Seleção*

Quando à seleção de documentos, etapa que ocorreu entre julho e agosto de 2023, em um primeiro momento de identificação e avaliação - quando aplicável - ocorreu a leitura criteriosa de títulos, resumos e palavras-chave (fase 1) e, posteriormente, os materiais foram lidos na íntegra (fase 2). Após a fase 2 foram analisadas as listas de referência das fontes selecionadas para esta pesquisa – processo caracterizado como técnica bola de neve <sup>69</sup>).

Foram selecionados artigos científicos e documentos oficiais considerados potencialmente elegíveis para inclusão neste estudo de revisão. Todas as etapas foram realizadas por dois revisores independentes, sendo que quaisquer divergências foram analisadas por um terceiro pesquisador. Após o mapeamento, os materiais foram importados para o *software* Mendeley®, onde foram excluídas as duplicatas, e, em seguida, armazenados na plataforma Rayyan® para seleção, etapa em que houve cegamento entre todos os pesquisadores.

### *Extração de dados*

Os materiais foram organizados em planilha eletrônica no programa *Microsoft Office Excel*®, versão 2016, e analisados criteriosamente de acordo com o objetivo da pesquisa. Inicialmente, foi elaborado um formulário para extração dos dados documentais, com o objetivo de traçar uma linha evolutiva do processo e visualizar o panorama do que ocorreu em meio à pandemia com relação à alimentação escolar. Para isso, o primeiro formulário foi organizado em i) país (nas linhas) e ii) mês e ano de realização (nas colunas). Posteriormente foi preenchido a partir das medidas governamentais adotadas e dos relatórios emitidos (leis, decretos, resoluções, portarias) entre o período de 2020 e 2022.

Em seguida, os documentos oficiais foram planejados paralelamente em outro dois formulários. Logo, o segundo formulário contemplou os marcos normativos, especificando país, fonte de dados, mês/ano, breve descrição e principais resultados – item subdividido em modalidade da oferta de alimentos, público-alvo e oferta de alimentos *in-natura*) e o terceiro refere-se aos relatórios emitidos por órgãos internacionais (país, fonte de dados, mês/ano, tipo de documento, breve descrição e principais resultados – item subdividido em modalidade da oferta de alimentos, público-alvo e oferta de alimentos *in-natura*).

Ainda, foi estruturado um quarto formulário para extração de dados referente aos artigos científicos, extraindo-se título, autoria, mês/ano de publicação, país de origem, objetivos, métodos e principais resultados (item subdividido em modalidade da oferta de alimentos, público-alvo e oferta de alimentos *in-natura*).

### *Síntese dos dados*

Foi realizada uma síntese descritiva dos dados na perspectiva do DHANA. Portanto, foi analisado se houve a garantia dos seguintes preceitos: i) Disponibilidade (diretamente, a partir de terras produtivas ou outros recursos naturais, e indiretamente, a partir de alimentos comprados em comércio ou obtidos por meio das ações de fornecimento de cestas básicas, por exemplo), ii) Adequação (quanto à cultura, à etapa do ciclo da vida, às necessidades nutricionais e aos hábitos alimentares) e iii) Acesso (econômica e fisicamente – incluindo lactentes, crianças, adultos, idosos, deficientes físicos, pessoas que vivem em zonas de conflitos ou de desastres ambientais) e iv) Estabilidade (respeitando que a disponibilidade e o acesso aos alimentos adequados devem ser garantidos de maneira estável durante o ano inteiro de maneira regular) <sup>(70, 71)</sup>.

Logo, considerou-se a garantia da dimensão de disponibilidade a partir da oferta do PAE, a sua modalidade de execução, bem como o ajuste realizado em meio à pandemia de Covid-19 (ajuste operacional/novo programa). Quanto à acessibilidade, foi analisada de acordo os beneficiários atendidos, isto é, indicando se o acesso foi compreendido ao mesmo público do programa, se houve expansão vertical, expansão horizontal ou até mesmo a redução de pessoas atendidas. Já a adequação foi analisada a partir da qualidade nutricional, como a oferta dos alimentos *in natura* ofertados aos beneficiários. Quanto à dimensão de estabilidade, foi considerada a partir da garantia das dimensões de disponibilidade, acesso e adequação de maneira regular ao longo do período analisado.

## **RESULTADOS**

### **Materiais selecionados para a pesquisa**

Foram identificados 192 materiais e, desses, foram selecionados 20 artigos e 88 fontes documentais, totalizando 108 materiais inseridos na pesquisa, de acordo com o fluxograma PRISMA-ScR (Figura 2).

O local com maior conjunto de informações em artigos científicos foi o Brasil, com 14 (70%) publicações selecionadas, seguido da Colômbia, citada em 3 (15%) de todos os trabalhos (2, 3, 11, 14, 20, 72 – 88). Quanto aos demais artigos, foram abordados países como Chile, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Peru, Uruguai, Argentina e Venezuela, sendo assim, nove países da América Latina não foram citados em nenhum dos manuscritos compreendidos (11, 20, 76, 80).

Em relação à caracterização desses artigos, cinco deles são baseados em análise de fontes bibliográficas e fontes documentais de *homepages* institucionais (3, 21, 72, 73, 76), sendo que dois deles também incluem notícias jornalísticas ao estudo (3, 73). Cinco artigos tratam-se de uma revisão de documentos acrescida de entrevistas com atores-chave (gestores, professores, pais de alunos) (11, 79, 80, 83, 84), enquanto um aborda uma revisão de documentos associada a notícias (85). Cinco artigos analisam apenas fontes documentais (14, 20, 74, 75, 82) e outros três abordam apenas entrevistas (2, 78, 81). Por fim, um deles apresenta uma análise crítica (77).

Quanto à distribuição dos 88 documentos englobados, 79 (89,8%) deles abordam medidas governamentais (lei/decreto/resolução/comunicado/circular/diretriz) aplicadas à alimentação escolar durante a pandemia de Covid-19 entre 2020 e 2022, enquanto 9 (10,2%) referem-se aos relatórios elaborados por organizações internacionais. Desses relatórios, houve destaque para o UNICEF, com 4 (44,5%) publicações, seguido pelo PMA, com 3 (33,3%), pela FAO e CELAC em conjunto, com apenas 1 (11,1%), e, por fim, pela FAO e a CEPAL, com 1 (11,1%) dos materiais incluídos (42, 89-96). Os demais órgãos internacionais, como UNESCO e OPAS, não apresentaram documentos da temática de interesse durante o período analisado.

Com relação ao ano de publicação de todos os materiais incluídos nessa pesquisa, 81 (75,0%) foram publicados em 2020 (3, 4, 14, 20, 72-75, 82, 83, 89, 91-93), 22 (20,4%) em 2021 (2, 11, 21, 42, 76-81, 94-96), 4 (3,7%) em 2022 (78,79, 81, 96) e apenas 1 artigo (0,9%) foi publicado em 2023 (85).

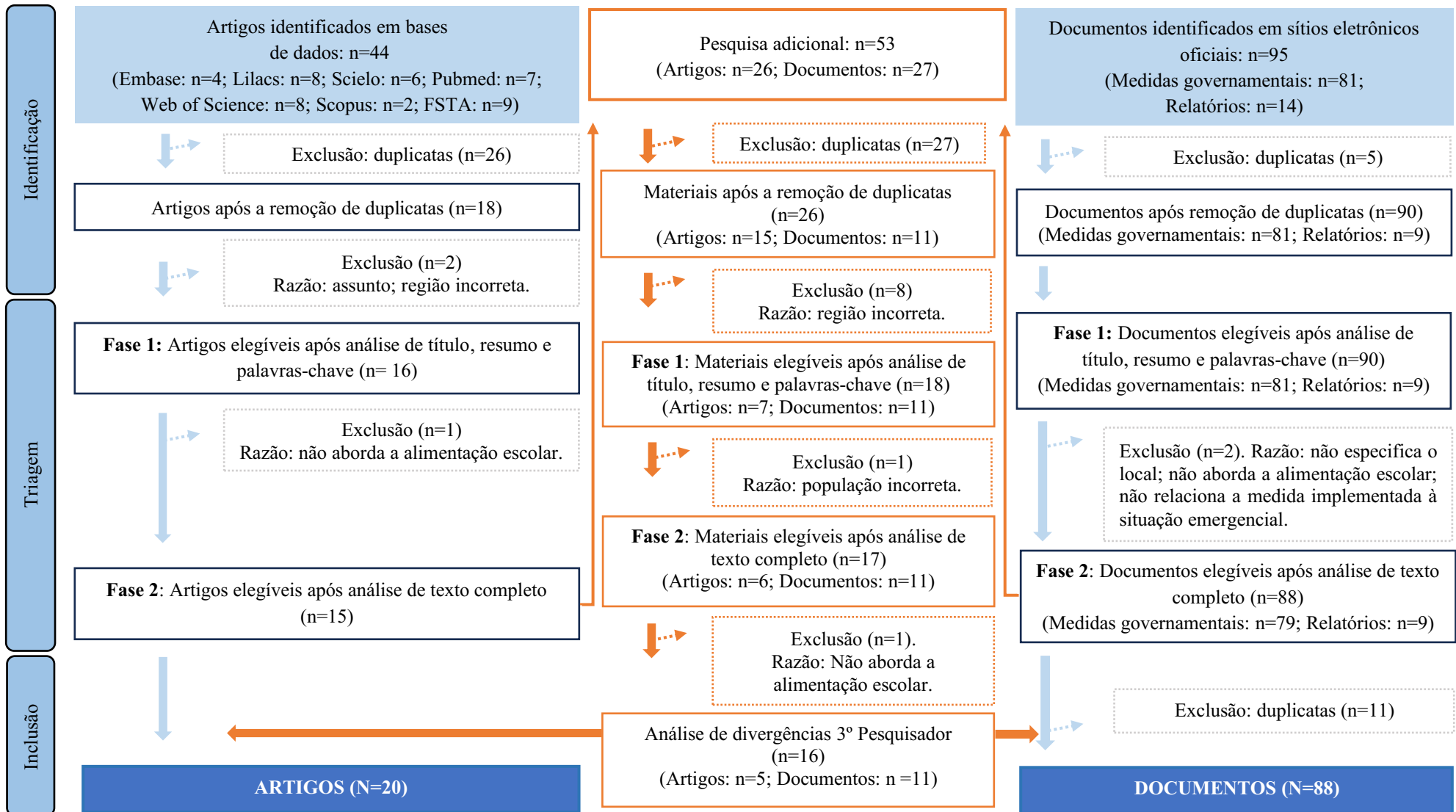


Figura 2 – Fluxograma PRISMA-ScR dos materiais incluídos na revisão de escopo.



## Vigência dos PAE na pandemia de Covid-19 e a implementação de medidas governamentais

Observou-se que, embora os países da América Latina tenham fechado as escolas de forma parcial ou total em alguns momentos do cenário pandêmico, 18 (90%) deles implementaram medidas governamentais a respeito da oferta da alimentação escolar, conforme demonstrado no Quadro 1. As exceções ocorreram em Cuba e no Haiti. Para esses países não foi localizado nenhum documento relativo ao arcabouço legal publicado em relação a programas de alimentação escolar durante a pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2022. Uma diferença entre os dois países é que, apesar de no Haiti não haver medidas governamentais e iniciativas próprias publicadas durante o período analisado, a alimentação escolar foi distribuída a partir de auxílio externo, enquanto em Cuba não foi localizada nenhuma medida com a ajuda de instituições internacionais.

**Quadro 1 – Implementação de medidas governamentais dos países membros da América Latina, entre 2020 e 2022, segundo marcos legais e materiais informativos.**

PAÍSES	IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS GOVERNAMENTAIS			
	Sim	Não	Marcos legais	Material informativo
Argentina	X		- Resolução 2020/108 - Decreto 297/2020 - Decreto 325/2020 - Decreto 408/20 - Decreto 259/2020 - Decreto 493/2020	- Guia Federal de Recomendações (versão 1). - Guia Federal de Recomendações (versão 2).
Bolívia	X		- Decreto N° 4197 - Decreto N° 4199 - Decreto N° 4205 - Decreto N° 4210	-
Brasil	X		- Lei n°13.987 - Resolução n° 02, 2020 - Resolução n° 06 2020 - Resolução n° 07 2020 - Resolução n° 10 2020 - Resolução 20/2020 - Resolução 21/2021	- Cartilha - Orientações para a execução do PNAE. - Perguntas frequentes sobre a execução do PNAE durante a pandemia do Coronavírus. - Recomendações para a execução do Programa Nacional De Alimentação Escolar no retorno presencial às aulas durante a pandemia da Covid-19: educação alimentar e nutricional e segurança dos alimentos.
Chile	X		- Resolução n° 2504	- Diretrizes para o funcionamento do Programa De Alimentação Escolar em contingência Covid-19, coronavírus. - Orientações Mineduc Covid-19.

(continua)

Quadro 1 – Continuação

PAÍSES	IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS GOVERNAMENTAIS			
	Sim	Não	Marcos legais	Material informativo
Colômbia	X		- Circular nº 1 - Decreto 470 - Diretriz nº 005 - Resolução 006 - Circular nº 02 - Circular nº 03 - Decreto 533 - Resolução 007 - Lei 2042 - Resolução 777 - Circular nº 009 - Resolução nº 00335	-
Costa Rica	X		- Resoluções 2382-2020-MEP-0537-2020 - Resolução MEP- 0555-03-2020 - Resolução MEP- 0585-2020	-
Cuba		X	-	-
El Salvador	X		- Acordo de cooperação interinstitucional	-
Equador	X		- Resolução COE Nacional de 09 de abril - Decreto N° 1346	-
Guatemala	X		- Acordo Ministerial 825-2020 - Decreto nº 12-2021	-
Haiti		*	-	-
Honduras	X		- Ofício Circular No. 017-SE-2020	- Protocolo de entrega da alimentação escolar.
México	X		-	- Medidas Preventivas e Recomendações para o Funcionamento dos Programas de Assistência Social Alimentar e de Desenvolvimento Comunitário.  - Guia Prático de Programas Alimentares do SNDIF diante da pandemia de COVID-19.
Nicarágua	X		-	- Guia: Estratégia Nacional do Subsistema de Ensino Básico e Secundário para enfrentar o desafio da pandemia de COVID.
Panamá	X		- Decreto N. 400	-
Paraguai	X		- Resolução 351-2020 - Resolução 372-2020	-
Peru	X		- Resolução N.º 091-2020-MINEDU - Decreto Legislativo nº 1472 - Resolução N.º 000143-2020-MIDIS/PNAEQW - Resolução N.º 176-2020-MINEDU	-

(continua)

**Quadro 1 – Continuação**

Peru	X		- Resolução nº D000189-2020-MIDIS/PNAEQW-DE - Resolução N.º 000218-2020 - Resolução N.º 232-2021-MIDIS/PNAEQW-DE	-
República Dominicana	X		- Comunicado INABIE/DIAN No.25/2020	-
Uruguai	X		- Comunicado 1 - Comunicado 56 - Circular 47 - Resolução nº 63 - Circular 68 - Circular 86 - Ata 54 Resolução 4 - Ata 67 Resolução 21 - Ata 2 Resolução 3 - Comunicado 14 - Comunicado 26 - Comunicado 15 07 - Comunicado 17 - Comunicado 24	- Protocolo de atuação nos Centros CAIF e <i>Nuestros Niño</i> . - Protocolo de medidas para evitar o risco de contaminação dos alimentos e transmissão de doenças com ênfase na prevenção da transmissão de COVID-19 no Serviço de Alimentação Escolar.
Venezuela	X		-	- Plano pedagógico de prevenção e proteção ao Coronavírus (COVID-19).

*Legenda:* \*Sem iniciativa própria, apresentou apenas apoio externo. *Fonte:* Elaborado pela autora (2023) com base em (97-173).

Os países que se destacaram quanto à extensão de marcos legais publicados foram o Uruguai (n=14), a Colômbia (n=12), o Brasil (n=7), o Peru (n=7) e a Argentina (n=6). No entanto, conforme exposto, apesar de alguns países terem implementado marcos legais, não foram localizados quaisquer materiais informativos e/ou complementares a respeito da execução da alimentação escolar durante a pandemia na Colômbia, no Peru e na Argentina.

Em contrapartida, Brasil, Chile, Honduras, México, Nicarágua, Uruguai e Venezuela publicaram materiais, tais como recomendações, cartilhas, guias e/ou protocolos, com o objetivo de propor estratégias (federais/provinciais e locais) para a implementação das alimentação escolar durante o período pandêmico<sup>(83)</sup>, orientações para o funcionamento das escolas, recomendações para distribuição de alimentação e práticas para evitar contágio da Covid-19<sup>(109, 112, 117, 140-142, 145, 157, 162)</sup>, recomendações acerca da montagem de kits de alimentos, da aquisição de gêneros da agricultura familiar, novas chamadas públicas, bem como exemplos de atividades de educação alimentar e nutricional adaptadas à pandemia<sup>(106, 107)</sup>.

A Figura 3 ilustra um recorte temporal das medidas governamentais elaboradas durante o período pandêmico analisado. Observou-se que 13 países (65%) tiveram iniciativas governamentais em março de 2020, enquanto 4 (20%) publicaram medidas no mês seguinte



Diferentes estratégias foram adotadas para manter o funcionamento da alimentação escolar. No Quadro 2, apresenta-se a análise da execução dos programas de alimentação escolar durante a pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2022, na perspectiva do DHANA, considerando as dimensões de disponibilidade, acesso e adequação.

Quanto à dimensão de estabilidade – a qual reflete o sucesso das dimensões de acesso, adequação e disponibilidade de alimentos <sup>(70, 71)</sup> – não foi possível ser analisada, uma vez que houve escassez de estudos que relataram se houve a garantia das medidas realizadas de maneira regular durante todo o período analisado.

**Quadro 2 - Estratégias adotadas pelos países da América Latina para a execução dos Programas de Alimentação Escolar (PAE) durante a pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2022, segundo as dimensões de disponibilidade, acesso e adequação do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA).**

PAÍSES/ DIMENSÕES DO DHANA	DISPONIBILIDADE		ACESSO		ADEQUAÇÃO
	Modalidade de oferta do PAE	Adaptação <sup>a,b</sup>	Público-Alvo	Adaptação <sup>c,d</sup>	Qualidade nutricional (oferta de alimentos <i>in-natura</i> ) <sup>e</sup>
Argentina	Cestas de alimentos Refeições preparadas	Ajuste operacional	Alunos beneficiários do PAE	Mesmo público	N/E*
Bolívia	Cestas de alimentos (apoio PMA**) Oferta monetária	Novo programa	Alunos beneficiários do PAE + ampliação para alunos com deficiência, alunos de escolas particulares	Expansão horizontal	N/E*
Brasil	Cestas de alimentos Refeições preparadas Oferta monetária	Ajuste operacional	Alunos beneficiários do PAE/ alunos beneficiários de programa de transferência direta de renda	Redução do público (depende a região)	Frutas, legumes e verduras (apenas em alguns locais)
Chile	Cestas de alimentos	Ajuste operacional	Alunos beneficiários do PAE	Mesmo público	Frutas, verduras, legumes e ovos
Colômbia	Cestas de alimentos (apoio PMA) Porção industrializada Oferta monetária	Ajuste operacional	Alunos beneficiários do PAE	Mesmo público	N/E*
Costa Rica	Cestas de alimentos	Ajuste operacional	Alunos beneficiários do PAE	Mesmo público	N/E*
Cuba	-	-	-	-	-

(continua)

Quadro 2 - Continuação

PAÍSES/ DIMENSÕES DO DHANA	DISPONIBILIDADE		ACESSO		ADEQUAÇÃO
	Modalidade de oferta do PAE	Adaptação <sup>a,b</sup>	Público-Alvo	Adaptação <sup>c,d</sup>	Qualidade nutricional (oferta de alimentos <i>in-natura</i> ) <sup>e</sup>
Equador	Cestas de alimentos	Ajuste operacional	Alunos beneficiários do PAE	Mesmo público	N/E*
El Salvador	Cestas de alimentos (apoio PMA)	Ajuste operacional	Alunos beneficiários do PAE/ Famílias do setor público de educação identificados de acordo com o Mapa da Pobreza do país	Redução do público (dependendo a região)	N/E*
Guatemala	Cestas de alimentos (apoio PMA)	Ajuste operacional	Alunos beneficiários do PAE	Mesmo público	1ª entrega de alimentos: sem oferta. Posteriormente: PMA auxiliou
Haiti	-	-	-	-	-
Honduras	Cestas de alimentos	Ajuste operacional	1ª entrega: Alunos beneficiários do PAE; Entregas posteriores: alunos de áreas vulneráveis	Redução do público	Sem oferta
México	Cestas de alimentos	Ajuste operacional	Famílias mais vulneráveis com base em uma avaliação de necessidades	Mesmo público	N/E*
Nicarágua	-	-	-	-	-

(continuação)

Quadro 2 - Conclusão

PAÍSES/ DIMENSÕES DO DHANA	DISPONIBILIDADE		ACESSO		ADEQUAÇÃO
	Modalidade de oferta do PAE	Adaptação <sup>a,b</sup>	Público-Alvo	Adaptação <sup>c,d</sup>	Qualidade nutricional (oferta de alimentos <i>in-natura</i> ) <sup>e</sup>
Panamá	Cestas de alimentos	Novo programa	Alunos em situação de pobreza; pessoas que vivem em zonas de difícil acesso; pessoas dedicadas a atividades econômicas por conta própria	Redução do público	N/E*
Paraguai	Cestas de alimentos	Ajuste operacional	Instituições em zonas em pobreza e aquelas que têm maior população de alunos que escassos recursos	Redução do público	Sem oferta
Peru	Cestas de alimentos	Ajuste operacional	Alunos beneficiários do PAE + ampliação para povos indígenas do Amazonas e para adultos e crianças em situação de vulnerabilidade	Expansão horizontal	N/E*
República Dominicana	Cestas de alimentos	Ajuste operacional	Alunos beneficiários do PAE	Mesmo público	N/E*
Uruguai	Cestas de alimentos Refeições preparadas Oferta monetária	Ajuste operacional	Alunos beneficiários do PAE	Mesmo público	N/E*
Venezuela	Cestas de alimentos	Ajuste operacional	Alunos beneficiários do PAE	Mesmo público	N/E*

*Legenda:* N/E\*: Não especificado; PMA\*\*: Programa Mundial de Alimentos; <sup>a</sup>Ajuste operacional: Continuação da execução do PAE já existente, porém com ajuste na logística de oferta; <sup>b</sup>Novo programa: Implementação de nova política pública para atender às demandas do PAE; <sup>c</sup>Expansão vertical: Mesmo público-alvo, porém com expansão do benefício recebido; <sup>d</sup>Expansão horizontal: Expansão do público-alvo atendido; <sup>e</sup>Alimentos *in natura*: Alimentos não processados (ou naturais) que são partes comestíveis de plantas (sementes, frutos, folhas, caules, raízes) ou de animais (músculos, vísceras, ovos, leite), e também fungos, algas e água, após separação da natureza (174). *Fonte:* Elaborado pela autora (2023), com base em (2-4, 11, 14, 20, 21, 42, 72-96).



De acordo com o quadro 2, para Cuba e Haiti, não foram localizados documentos referentes ao arcabouço legal de programas de alimentação escolar (subseção anterior), assim como registros em relatórios de instituições internacionais e/ou artigos a respeito da oferta da alimentação escolar durante a pandemia. Situação semelhante ocorreu na Nicarágua que, embora tenha apresentado arcabouço legal de seu programa, também não expôs registros quanto à execução do programa. Portanto, não foram observadas estratégias envolvendo as dimensões de disponibilidade, acesso, adequação e estabilidade por partes dos países mencionados, isto é, n=3 (15%) dos membros da América Latina.

No que diz respeito à dimensão de disponibilidade de alimentos, observou-se que os demais 17 países agiram de maneiras distintas, ou seja, a oferta da alimentação escolar foi adaptada nas seguintes modalidades: (i) cestas de alimentos, (ii) oferta monetária (*voucher*/cartão alimentação/cartão de débito recarregável, (iii) porção industrializada pronta para consumo e (iv) refeições preparadas na instituição de ensino <sup>(2-4, 11, 14, 20, 21, 42, 72-86, 91-96)</sup>.

Foi observado que 17 países (85%) adotaram a modalidade de cestas de alimentos, dos quais 5 (29%) adotaram mais uma ou duas estratégias distintas, como foi o caso da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia e Uruguai <sup>(4, 91-95)</sup>. Houve países que, além das iniciativas próprias, receberam, ainda, apoio externo do Programa Mundial de Alimentos para a oferta de cestas, como foi o caso da Bolívia, Colômbia, El Salvador e Guatemala <sup>(4, 95)</sup>, diferentemente do caso do Haiti, em que não houve quaisquer iniciativas próprias - apenas auxílio internacional <sup>(4, 95, 96)</sup>.

Em 15 países (75%) houve um ajuste operacional, ou seja, ocorreu a continuação da execução dos PAE já existentes, porém com adaptação na logística de oferta. Contudo, em 2 países (10%) foi observada a implementação de novas políticas públicas para atender às demandas: na Bolívia foi implementado o “*Bono Família*”, um auxílio monetário destinado às famílias com crianças em idade escolar, o qual foi ampliado três vezes entre março e abril de 2020 <sup>(102-104)</sup>. Já no Panamá, o novo programa instalado foi nomeado “*Panamá Solidario*” <sup>(146)</sup>, o qual não foi específico para as crianças do PAE, porém a ele foi integrado o programa *Estudiar Sin Hambre* - um dos dois programas de alimentação escolar do Panamá que estava na sua fase de implementação no final de 2019 (Lei nº 115/2019).

No que se refere à dimensão de acesso do DHANA, foi observado que 10 países (50%) atenderam aos mesmos beneficiários que faziam parte do programa anteriormente, enquanto 5 (25%) reduziram a acessibilidade a apenas uma parcela do público, normalmente para pessoas

com escassez de recursos que se apresentavam em vulnerabilidade social. Nesse contexto, destaca-se o caso brasileiro, em que algumas regiões não tiveram qualquer acesso à alimentação escolar em 2020<sup>(74)</sup>. Nos demais 2 países (10%) - Bolívia<sup>(95)</sup> e do Peru<sup>(42, 92, 96)</sup>, houve expansão do número de pessoas atendidas além dos beneficiários do PAE.

Quanto à dimensão de adequação do DHANA, notou-se que 12 países (60%) não especificaram se houve a oferta dos alimentos *in natura* como forma de garantir a qualidade nutricional da alimentação escolar oferecida durante a pandemia. Países como Honduras e Paraguai relataram que não houve a inclusão desses alimentos; já a Guatemala, embora não os tenha acrescentado na primeira oferta, fez a inclusão posteriormente, quando o PMA auxiliou o programa do país<sup>(95)</sup>. Já no Chile e no Brasil, houve a oferta de legumes, verduras, frutas e ovos<sup>(14, 72, 79, 85, 93)</sup> *in natura*.

### **Desafios enfrentados**

Dos materiais incluídos nessa revisão, apenas 13 (12%) mencionam os desafios enfrentados para dar continuidade à oferta da alimentação escolar em meio à pandemia de Covid-19, os quais referem-se aos casos brasileiro, chileno, colombiano, guatemalteco, hondurenho e peruano.

Uma fragilidade apontada foi a falta de oferta de alimentos da agricultura familiar no Brasil, Chile e Colômbia<sup>(3, 21, 42, 72)</sup>, devido, principalmente, à preocupação com logística de distribuição, o que interferiu na qualidade nutricional das refeições servidas aos estudantes<sup>(2)</sup>. Outros obstáculos estiveram associados aos efeitos da pandemia sobre os preços dos alimentos, dificuldade para logística de compra e menor disponibilidade de produtos, no Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, Honduras e Peru<sup>(21, 42, 79)</sup>.

Outros desafios mencionados foram relacionados a atrasos no recebimento da alimentação escolar e, em alguns casos, falta na entrega do bônus que havia sido proposto pelos países (Brasil, Chile, Colômbia e Peru)<sup>(42, 81, 85)</sup>. Ainda, houve registros a respeito de orçamentos limitados para implementação do programa e distribuição da alimentação escolar no Brasil e em Honduras<sup>(21, 42, 79)</sup>.

O acesso a algumas regiões foi mais uma dificuldade apontada, em razão, por exemplo, das restrições de mobilidade em Honduras e no Peru, dos cordões sanitários (linha regional para

impedir a passagem de pessoas por motivos de proteção à Covid-19) e, ainda, os furacões Eta e Iota que também paralisaram a entrega de alimentos em diversas regiões da Guatemala <sup>(42)</sup>.

Outro desafio apontado foi a ausência de monitoramento da distribuição de alimentos até os domicílios e a falta de alternativas para essa questão (como ferramentas digitais), resultando na escassez de informações para avaliar até mesmo a segurança alimentar e nutricional das famílias (Honduras e Peru) <sup>(42)</sup>. Situação semelhante ocorreu no Brasil em houve falta de envolvimento e participação efetiva dos órgãos de controle social do PAE para monitorar como estava sendo realizada a distribuição da alimentação escolar em meio à pandemia <sup>(14)</sup>.

Estudos que abordam o caso brasileiro também reforçam dificuldades relacionadas à autonomia concedida aos estados e municípios para executarem o PAE, o que refletiu, portanto, a heterogeneidade das ações por meio dos gestores <sup>(14,21,76,82)</sup>. Autores relatam que houve predomínio da cobertura apenas aos beneficiários do programa de transferência de renda com cadastro social no país <sup>(14,20,72,74,80)</sup> e, ainda, que em alguns estados, especialmente da região Nordeste brasileira, não foram observadas quaisquer medidas vinculadas ao programa <sup>(74)</sup>.

Por fim, no Chile, foi retratado que muitos produtos chegaram estragados aos beneficiários, assim como cestas incompletas devido ao furto do conteúdo no transporte. Também, devido à transferência de responsabilidade da alimentação realizada nas escolas para as famílias, isso sobrecarregou os custos relacionados com a cozinha, com a limpeza e a própria alimentação <sup>(85)</sup>.

## DISCUSSÃO

Observou-se discrepância de produção científica entre os países da América Latina, visto que apenas 11 membros da região foram citados e, dentre eles, o Brasil se destacou com 70% do conjunto de informações publicadas. Isso deve-se, possivelmente, ao histórico do PAE brasileiro e sua legislação, que tem mostrado importantes avanços ao longo das décadas <sup>(175)</sup>, quando comparada a países em que inexistem um estatuto jurídico formalizado, como é o caso de Cuba, de El Salvador, do Haiti e do México.

No que se refere às documentações mapeadas, também se observou uma desigualdade de publicações, especialmente das medidas governamentais. Contudo, isso pode ser relacionado à falta de acessibilidade de informações nos sites institucionais, visto que alguns deles

disponibilizavam amplas informações, enquanto outros apenas notícias, sem citar o dispositivo legal em que se basearam e, ainda, aqueles que pouco ou nada informavam sobre o cenário da alimentação escolar em meio à pandemia de Covid-19.

Anteriormente ao período pandêmico, os PAE da região contavam com a modalidade de refeições e/ou lanches servidos nas escolas. Os resultados deste estudo revelam que, com o início da Covid-19, foram observadas estratégias heterogêneas para que fosse mantida a disponibilidade de alimentos aos alunos beneficiários, sendo que a modalidade mais utilizada foi a oferta de cestas de alimentos, seguida, em menor grau, de estratégias mistas <sup>(72, 81, 85, 95)</sup>.

Outro ponto retratado é que a maioria dos membros da América Latina implementou iniciativas em março de 2020 - mesmo mês em que o surto da Covid-19 foi definido como uma pandemia <sup>(9)</sup> -, o que caracterizou certa prontidão por parte desses países em relação aos outros. Entretanto, esse cenário não garantiu que a alimentação escolar estivesse disponível de forma estável durante todo o período analisado, mesmo que alguns países tenham apresentado maior número de medidas governamentais em menores intervalos de tempo (Brasil, Colômbia e Uruguai). Na Colômbia, por exemplo, mesmo que tenham sido estabelecidas regulamentações rapidamente, como o Decreto 470 e a Resolução 006 em março/2020, houve expressiva dificuldade quanto à revisão de contratos com os operadores locais para implementar as novas modalidades <sup>(42)</sup>.

Com a conversão da alimentação escolar nos novos modelos, não houve garantia de que as crianças e os adolescentes foram efetivamente alimentados <sup>(22, 42)</sup>. Isso se deve ao fato de que a partir dos ajustes operacionais adotados no início da pandemia, em muitos casos os alimentos foram dirigidos diretamente às residências dos alunos, e isso não garantiu que aqueles estudantes fossem beneficiados como anteriormente, já que os alimentos puderam ser consumidos por todos os membros da família e, assim, também não foi possível determinar a ingestão calórica per capita do beneficiário <sup>(42, 85, 86, 96)</sup>.

Outro ponto se refere aos valores que eram insuficientes para compras de grande porte, uma vez que houve aumento no preço do combustível para cozinhar e os orçamentos eram limitados para realizar compras no varejo local <sup>(2,85)</sup>. Logo, esses novos modelos não asseguraram que a família teria recursos para preparar os alimentos que lhes foram entregues, em razão da carência de renda que foi manifestada, ou até mesmo acentuada <sup>(42, 85, 89)</sup>. Somado a isso, a transferência de dinheiro ou a distribuição de cestas de alimentos não garantiu a

distribuição adequada dos recursos, bem como não assegurou a presença de alguma pessoa para cozinhar ou, ainda, realizar o preparo adequado daqueles produtos recebidos <sup>(2)</sup>.

Em síntese, uma vez que a dimensão de disponibilidade do DHANA engloba o fornecimento de alimentos, via cestas básicas, por exemplo, notou-se que a maior parte dos países da região buscou, de certa forma, disponibilizar a oferta da alimentação escolar em algum momento da pandemia de Covid-19. No entanto, existem desvantagens nas novas modalidades que foram realizadas, visto que não garantiram a quantidade e/ou a qualidade nutricional das refeições recebidas <sup>(2, 42, 94)</sup>.

Foi observado, ainda, que houve frágil relação interfederativa em alguns países, isto é, os materiais deste estudo expõem que, apesar de a esfera federal ter proposto determinadas medidas normativas, os estados e/ou municípios agiram de acordo com a sua realidade local, e por isso, não disponibilizaram os alimentos de acordo com o que havia sido proposto. Foi o caso do Brasil<sup>(106, 107)</sup>, que propôs a distribuição de cestas alimentares, mas que adotou também outras modalidades, como a oferta monetária e as refeições preparadas nas instituições de ensino <sup>(14, 21, 79)</sup>.

Assim também ocorreu no Panamá<sup>(148)</sup>, onde foi proposta a distribuição de cestas de alimentos e oferta monetária (com bônus solidário e um *voucher* digital), mas na prática apenas foram distribuídas apenas as cestas <sup>(42)</sup>. Já no caso da Nicarágua, o Guia “*Estratégia Nacional del Subsistema de Educación Básica y Media para enfrentar el desafío de la pandemia COVID-19*” propôs a entrega de alimentação escolar <sup>(145)</sup>, porém não foram identificados documentos que relatassem como de fato ela ocorreu – caso tenha ocorrido - nas escolas que fecharam, ao menos de forma parcial <sup>(12)</sup>.

O DHANA também foi violado quando, segundo a dimensão do acesso, países como Brasil, Honduras, Panamá e Paraguai reduziram o número de beneficiários em meio à pandemia <sup>(20,41, 72, 147, 148)</sup>. Foi observado que esses países focaram em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e em situação de pobreza, quando haviam se proposto a atender todos os estudantes de escolas públicas, independentemente da sua situação socioeconômica ou área de residência<sup>(40)</sup>. Dessa maneira, o princípio da universalidade desses PAE foi descumprido e, a partir disso, deixou de atender muitos estudantes que seriam beneficiados. Situação semelhante foi descrita em estudo anterior, que comparou as operações de distribuição de refeições escolares relacionadas com a Covid-19 em quatro distritos escolares estadunidenses (Chicago, Nova Iorque, Los Angeles e Houston). Nessa pesquisa, McLoughlin *et al.* (2020) <sup>(176)</sup> relataram

que a maioria dos locais de distribuição de refeições também estava localizada apenas em áreas de alta pobreza.

Também foi observado que a dimensão de adequação não foi garantida aos beneficiários dos PAE durante a pandemia. Mais da metade dos países da América Latina sequer menciona se houve a oferta dos alimentos *in natura*. Já a Argentina, o Brasil, a Colômbia, o Uruguai e o Equador<sup>(100, 107, 108, 126, 136, 137, 143, 157)</sup> propuseram que fossem ofertados alimentos frescos para consumo. Brasil e Equador especificaram que esses alimentos deveriam ser originados da agricultura familiar e apenas o Brasil e o Chile detalharam quais alimentos *in natura* deveriam ser distribuídos – frutas, legumes, verduras e ovos<sup>(14, 72, 79, 85, 93)</sup>.

Entretanto, embora esses países tenham mencionado a oferta dos alimentos *in natura*, apenas o Brasil (em algumas regiões) e o Chile pareceram realizar de fato a oferta. Desse modo, a falta de alimentos frescos e a distribuição de alimentos sem a compra dos produtores locais também violam as normativas desses países e dos programas que contam com essa oferta. No caso brasileiro, por exemplo, a lei que sanciona o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), determinou que no mínimo 30% dos recursos repassados para a execução do programa dever ser destinado à compra direta de alimentos da agricultura familiar<sup>(175, 177)</sup>. Na Guatemala também era pré-estabelecido que 50% das compras para o programa deveriam ser provenientes de pequenos produtores e, após cinco anos, essa fração deveria aumentar para 70%<sup>(55)</sup>. Porém, durante a pandemia, as medidas adotadas pelo país não citam essa obrigatoriedade e, inclusive propuseram<sup>(137)</sup> que fossem distribuídos apenas alimentos não perecíveis.

Ainda, de acordo com estudos do Brasil<sup>(78)</sup> e do Chile<sup>(85)</sup>, durante o fechamento das escolas as cestas de alimentos que eram ofertadas continham pequenas quantidades de frutas e verduras, maiores quantidades de alimentos energéticos e com excesso de sódio, além de maior monotonia alimentar em comparação ao cardápio servido na escola. Logo, ao adaptar o PAE e optar por um novo modelo de oferta de alimentos, seria necessário que os responsáveis mantivessem esses alimentos vindos de produtores locais (quando solicitado) e garantissem, além da disponibilidade e do acesso, a adequação da ingestão de nutrientes, já que a ausência de certos grupos alimentares (como as frutas e hortaliças) e o aumento dos produtos ultraprocessados diminuem a qualidade nutricional da dieta desses estudantes<sup>(6, 11, 42)</sup>.

Por fim, apesar de alguns países terem apresentado experiências bem-sucedidas com relação à oferta da alimentação escolar, como foi o caso, por exemplo, da Bolívia e do Peru – os quais atingiram outros grupos populacionais além dos beneficiários originais de seus

programas – também apresentaram desafios relacionados aos atrasos quanto às entregas de alimentos e de monitoramento do PAE durante a pandemia de Covid-19 <sup>(42)</sup>.

Portanto, o descumprimento quanto à promoção do DHANA no âmbito da alimentação escolar em meio à pandemia comprometeu grupos populacionais – especialmente crianças e adolescentes em idade escolar –, os quais foram potencialmente prejudicados e poderão continuar sofrendo os impactos não só na educação, mas na situação de saúde <sup>(6, 14, 178-181)</sup>.

Além disso, esse cenário revela que, embora os direitos humanos estejam acima das legislações nacionais, e considerando que todos os países da região fazem parte do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) <sup>(181)</sup>, não houve uma penalidade sobre a forma pela qual agiram – ou deixaram de agir – com esses estudantes, mesmo diante da relevância desse acordo internacional.

É por esse motivo que a exigibilidade de direitos deve ser estimulada e garantida, de forma que cada habitante de um território tenha autonomia de, além de apresentar queixas, recorrer e solicitar a garantia de realização de determinado direito, exigir o reparo de uma violação em tempo suficiente, reduzir os danos e evitar possível reincidência. Para isso, é necessário que todos os indivíduos tenham conhecimento de que, a partir do momento em que os países assinaram os documentos de direitos humanos e comprometeram-se em garanti-lo, devem se responsabilizar legalmente pela falta de sua garantia<sup>(22)</sup> e, assim, a alimentação seja debatida além de sua dimensão assistencial, mas de direito a todos os seres humanos.

Do mesmo modo, há necessidade de trabalhos em conjunto entre os países da América Latina, de maneira que haja corresponsabilização e coparticipação no processo de planejamento e tomada de decisão em casos de estabelecimento de políticas públicas, o que inclui a alimentação escolar. Logo, espera-se que os países dialoguem, desenvolvam planos de contingência e troquem experiências e informações, com o objetivo de consolidar os programas de alimentação escolar da região. Para isso, é preciso que os governantes/gestores sejam sensíveis à causa, priorizem essas políticas sociais, reconheçam e fortaleçam as distintas representações da sociedade civil a fim de buscar melhores alternativas, se planejar de forma efetiva e garantir a equidade de direitos mesmo em meio às situações emergenciais.

### **Pontos fortes e Limitações**

Reconhece-se que a utilização de dados secundários como fonte principal desta pesquisa limita o detalhamento das informações, bem como a análise mais aprofundada dos casos. Por tratar-se de uma temática contemporânea, há necessidade de publicações recentes e, portanto, a obtenção de estudos e a disponibilidade de documentos em *websites* foi considerada uma fraqueza para a elaboração deste documento. Além disso, o período de tempo analisado expressa um cenário limitado, isto é, apenas um retrato do que ocorreu entre 2020 e 2022.

No entanto, devido ao rigor metodológico da revisão de escopo, a pesquisa torna-se reproduzível para outros pesquisadores. Destaca-se também que não houve limitação de idioma, posto que os pesquisadores envolvidos são nativos da América Latina e dominam os idiomas pesquisados. Ainda, para minimizar possível viés quanto à seleção dos dados, essa etapa foi elaborada por mais de um revisor. Outro ponto forte considerado é a relevância social deste tema para a comunidade escolar, bem como a amplitude geográfica. Logo, diante da falta de pesquisas desta dimensão, esta revisão possibilita, a partir da reunião de vasta literatura sobre a temática, preencher lacunas que ainda não foram contempladas.

Por fim, destaca-se que os resultados deste estudo podem contribuir para a saúde pública, bem como para elaboração de políticas que priorizem a alimentação dos escolares.

## CONCLUSÕES

Os achados desse estudo demonstram que três países da América Latina não mantiveram seus PAE vigentes durante a pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2022. Ainda, embora 17 países tenham dado continuidade a essas políticas públicas, os resultados sugerem que a heterogeneidade de respostas não foi capaz de garantir que as dimensões – disponibilidade, acesso e adequação – do DHANA fossem integralmente contempladas durante o período emergencial e, desta maneira, houve diversas violações aos direitos dos estudantes beneficiários dos PAE.

Deste modo, ainda que a América Latina seja uma região social e economicamente desigual, nas próximas ocasiões, em caso de enfrentamento de novas situações de crise, todos os estudantes dos PAE devem ter acesso à alimentação escolar de forma igualitária, a fim de que o DHANA seja efetivamente garantido e todos os beneficiários sejam contemplados.

Sugere-se, por fim, a realização de mais estudos com essa temática, os quais apresentem delineamentos distintos e complementares, a exemplo de pesquisas que abarquem, também, a



dimensão de estabilidade do DHANA. Para isso, sugere-se consultas com gestores e/ou referências-territoriais dos países da região e, se viável, que envolvam a percepção dos beneficiários para, assim, ampliar o conjunto de informações e auxiliar nas futuras tomadas de decisões juntamente com a participação popular.

### **Agradecimentos**

Agradecemos aos voluntários que auxiliaram na coleta e seleção dos dados.

*Contribuição dos autores:* Desenho do estudo: M.T.W, C.G.G. e M.S.L; Coleta, análise de dados: M.T.W; Interpretação dos resultados e redação: M.T.W; Revisão: C.G.G e M.S.L. Todos os autores leram e aprovaram o manuscrito final.

*Financiamento.* Este trabalho foi financiado pela autora de referência do manuscrito.

*Declaração de interesse.* Os autores declaram não haver conflito de interesse na realização desta pesquisa.

### **Informações de Apoio**

Quadro S1 - Termos de pesquisa.

Quadro S2 – *Websites* dos países.

## **REFERÊNCIAS**

1. ELSAHORYI, Nour *et al.* Effect of Covid-19 on food security: A cross-sectional survey. **Clinical Nutrition ESPEN**, v. 40, p. 171-178, dez. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33183533/#:~:text=23.1%25%20of%20the%20total%20participants,%2C%2040.7%25%20were%20food%20secure>. Acesso em: 14 abr. 2022.
2. LOURENÇO, Ana Eliza Port *et al.* School Feeding and Food and Nutrition Security in the Context of the Covid-19 Pandemic in the Northern Region of the State of Rio de Janeiro, Brazil. **Food Ethics**, v. 6, n. 2, jun. 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8211533/>. Acesso em: 14 abr. 2022.
3. PEREIRA, Alessandra da Silva *et al.* Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n.8, p.63268 - 63282, ago. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/15842/13001>. Acesso em: 14 abr. 2022.
4. PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA). **El Estado de la Alimentación Escolar a Nivel Mundial 2020**. Roma, 2021a. Disponível em: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000124411/download/>. Acesso em: 14 abr. 2022
5. BICALHO, Daniela; LIMA Tácio de Mendonça. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID-19. **Demetra: Alimentação, Nutrição e Saúde**, v. 15, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/52076/35698>. Acesso em: 14 abr. 2022.
6. SPERANDIO, Naiara; MORAIS, Dayane de Castro. Alimentação escolar no contexto de pandemia: a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 28, p. 1-11. 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661396>. Acesso em: 14 abr. 2022.

7. PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA). **Global Monitoring of School Meals During COVID-19 School Closures**. Roma, 2022a. Disponível em: <https://cdn.wfp.org/2020/school-feeding-map/index.html>. Acesso em: 10 mar. 2022.
8. NAÇÕES UNIDAS (NU). **Policy Brief: Education during COVID-19 and beyond**. Nova Iorque, 2020. Disponível em: [https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/08/sg\\_policy\\_brief\\_covid-19\\_and\\_education\\_august\\_2020.pdf](https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/08/sg_policy_brief_covid-19_and_education_august_2020.pdf). Acesso em: 27 jul. 2022.
9. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Histórico da pandemia de Covid-19**. 2020a. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 20 nov. 2021.
10. MUCINHATO, Raísa Moreira Dardaue *et al.* Inocuidad y calidad del agua y alimentación escolar: enfoques en América Latina y el Caribe. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 46, p. 28. 2022. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55912>. Acesso em: 16 jun. 2022.
11. COLÓN-RAMOS, Uriyoán. *et al.* Lessons Learned for Emergency Feeding During Modifications to 11 School Feeding Programs in Latin America and the Caribbean During the COVID-19 Pandemic. **Food Nutr. Bull.**, v.43, n.1, p.84-103, mar. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34894790/>. Acesso em: 14 abr. 2022.
12. INSTITUTO DE ESTATÍSTICA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO-UIS). **COVID-19 Education Response. 2022**. Disponível em: <https://covid19.uis.unesco.org/global-monitoring-school-closures-covid19/regional-dashboard/>. Acesso em: 26 jul. 2022.
13. CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Guia Covid-19: Alimentação Escolar**. Brasil, v. 5, 2020. Disponível em: [https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/COVID-19\\_Guia5.pdf](https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/COVID-19_Guia5.pdf). Acesso em: 14 abr. 2022.
14. CORRÊA, Elizabeth Nappi *et al.* School feeding in Covid-19 times: mapping of public policy execution strategies by state administration. **Revista de Nutrição**, v. 33. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/ChKdfTj4nL45dpXtPsKSNsP/#>. Acesso em: 14 abr. 2022.
15. GLOBAL CHILD NUTRITION FOUNDATION (GCNF). **School Meal Programs Around the World - Report Based on the Global Survey of School Meal Programs**. Estados Unidos, Washington, 2021. Disponível em: <https://survey.gcnf.org/>. Acesso em: 10 ago. 2022.
16. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Balanco Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe, 2020**. Santiago, 2021a.
17. DRAKE, Lesley *et al.* **Global school feeding sourcebook: lessons from 14 countries**. Imperial College Press, 2016. Ebook. ISBN: 978-1-78326-912-9.
18. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO), ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS); FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF); PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA). **Joint Statement on Nutrition in the context of the COVID-19 pandemic Latin America and the Caribbean - February 2021**. Mar, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/en/documents/joint-statement-nutrition-context-covid-19-pandemic-latin-america-and-caribbean-february>. Acesso em: 14 abr. 2022.
19. CUPERTINO, Alessandra *et al.* School Feeding Programs: What Happens Globally?. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, vol. 19, fev. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35206451/>. Acesso em: 27 jul. 2022.
20. REIS, Ana Carla Bittencourt *et al.* Brazilian school feeding during the COVID-19 pandemic. **SciELO Preprints**. 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/791>. Acesso em: 29 jul. 2022.
21. AMARAL, Yasmin Notarbartolo di Villarosa do; MARANO, Daniele. Principais ações dos Estados e do Distrito Federal para preservar o direito à alimentação escolar durante a pandemia do novo coronavírus. **Demetra**, v. 16. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/54764>. Acesso em: 27 jul. 2022.
22. FIAN-BRASIL; FÓRUM BRASILEIRO DE SOBERIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (FBSSAN). **Programa Nacional de Alimentação Escolar: diretrizes e exigibilidade em tempos de pandemia**. Brasília, 2021. Ebook. ISBN 978-65-88708-15-6.
23. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/spanish>. Acesso em: 13 abr. 2022.

24. (era 25) ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Nova Iorque, 1966. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/09/PIDESC.pdf>. Acesso em 10 set. 2022.
25. (era 26) SOARES, Sônia. Análise do direito humano à alimentação adequada. **Revista de Direito Sanitário**, v. 19, n. 2, p. 36-54, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/152569>. Acesso em: 30 jul. 2022.
26. PARNHAM, J.C *et al.* Half of children entitled to free school meals did not have access to the scheme during COVID-19 lockdown in the UK. **Public Health**, Londres, v.187, p. 161-164. 2020.
27. ALVI, Muzna; GUPTA, Manavi. Learning in times of lockdown: how Covid-19 is affecting education and food security in India. **Food Sec.** v.12, p. 793–796. 2020.
28. ABAY, Kibrom A. *et al.* COVID-19-induced disruptions of school feeding services exacerbate food insecurity in Nigeria. **The Journal of Nutrition**, v. 151, p. 2245-2254, ago. 2021. Disponível em: <https://academic.oup.com/jn/article/151/8/2245/6283790>. Acesso em: 27 jul. 2022.
29. ALA-KARVIA, Urszula *et al.* COVID-19 Driven Adaptations in the Provision of School Meals in the Baltic Sea Region. **Front. Sustain. Food Syst**, v. 5, jan. 2022.
30. CHAABANE, Sonia *et al.* The Impact of COVID-19 School Closure on Child and Adolescent Health: A Rapid Systematic Review. **Children**, v. 8, p. 415. 2021.
31. TRICCO, Andrea C. *et al.* PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. **Annals Of Internal Medicine**, [S.L.], v. 169, n. 7, p. 467-473, 2 out. 2018. American College of Physicians. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7326/m18-0850>. Acesso em: 13 fev. 2023.
32. AROMATARIS, Edoardo; MUNN, Zachary (Editors). **JBI Manual for Evidence Synthesis**. JBI, 2020. Disponível em: <https://synthesismanual.jbi.global>. Acesso em: 01 fev. 2023.
33. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama Social da América Latina, 2016**. Santiago, Chile: 2016. 42 p. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41738/1/S1700509\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41738/1/S1700509_pt.pdf). Acesso em: 15 abr. 2022.
34. COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, 2021**. Santiago, 2022d. E-book. ISBN: 978-92-1-005574-1.
35. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **División de Población**. CEPALSTAT: Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas. 2019a. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?lang=es>. Acesso em: 15 abr. 2022.
36. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **División de Superficie del país**. CEPALSTAT: Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas. 2019b. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?lang=es>. Acesso em: 15 abr. 2022.
37. NAÇÕES UNIDAS (NU). **World Population Prospects 2022: Summary of Results**. Nova Iorque: 2022. Ebook. ISBN 978-92-1-148373-4.
38. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Población en situación de pobreza extrema y pobreza según edad, sexo y área geográfica**. CEPALSTAT: Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas. 2022a. Disponível em: [https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator\\_id=3289&area\\_id=931&lang=es](https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator_id=3289&area_id=931&lang=es). Acesso em: 15 ago 2022
39. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2020**. 2020. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-ocument/hdr2020overviewportuguese.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.
40. PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA); AMERICA LATINA-RED DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR (LA-RAE). **Smart School Meals Nutrition-Sensitive National Programmes in Latin America and the Caribbean: A Review of 16 Countries**. 2017. Disponível em: <https://www.wfp.org/publications/smart-school-meals-nutrition-sensitive-national-programmes-latin-america-and-caribbean>. Acesso em: 15 ago. 2022.
41. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO), FUNDO INTERNACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA), ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS), PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA) e FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe 2020 – Segurança alimentar e nutricional para os territórios mais atrasados - versão resumida**. Santiago, 2021. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/53264>. Acesso em: 16 jul. 2022.

42. BEAZLEY, Rodolfo; IRIZARRY, Laura; ORGERA, Alessio. **Respuestas de los programas de alimentación escolar al COVID-19 en América Latina y el Caribe**. 2021. Disponible em: <https://es.wfp.org/publicaciones/respuestas-de-los-programas-de-alimentacion-escolar-al-covid-19-en-america-latina->. Acceso em: 14 abr. 2022.
43. COSTA RICA. **Ley No. 5662**. Ley de Desarrollo Social y Asignaciones Familiares. Asamblea Legislativa da República da Costa Rica, 1974.
44. PANAMÁ. **Ley 35/1995**. Por la cual se establece El Programa de Distribucion Del Vaso De Leche y La Galleta Nutricional o Cremas Nutritivas Enriquecidas, en todos los Centros Oficiales de Educacion Prescolar y Primaria del Pais. República do Panamá, 1995. Disponible em: <https://docs.panama.justia.com/federales/leyes/35-de-1995-jul-11-1995.pdf>. Acceso em: 01 ago. 2022.
45. PERU. **Decreto Supremo N° 008-2012-MIDIS/2012**. Crea Programa Nacional de Alimentación Escolar Qali Warma. Poder Ejecutivo, 2012. Disponible em: [https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/siteal\\_peru\\_0160.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_peru_0160.pdf). Acceso em: 01 ago. 2022.
46. CHILE. **Evaluación de Impacto De Los Programas De Alimentación De La Junaeb, Del Ministerio de Educación - Resumen Ejecutivo**. Santiago, 2013. Disponible em: [https://www.dipres.gob.cl/597/articles-141189\\_r\\_ejecutivo\\_institucional.pdf](https://www.dipres.gob.cl/597/articles-141189_r_ejecutivo_institucional.pdf). Acceso em: 15 ago. 2022.
47. BOLÍVIA. **Ley N° 622, 31 de diciembre de 2014**. Ley De Alimentación Escolar En El Marco De La Soberanía Alimentaria Y La Economía Plural. Bolívia: Assembléia Legislativa Plurinacional, 2014.
48. PARAGUAI. **Ley N° 5210/2014 de Alimentación Escolar y Control Sanitario El Congreso de la Nación Paraguaya Sanciona Con Fuerza De Ley**. Poder Legislativo, 2014. Disponible em: <https://bacn.gov.py/archivos/4636/20160330123413.pdf>. Acceso em: 07 jul. 2022.
49. BOLÍVIA. **Ley 622 De Alimentación Escolar - Programa Nacional De Alimentación Complementaria Escolar (PNACE 2015 – 2020)**. Estado Plurinacional da Bolívia: Ministério da Educação, 2015. Disponible em: [https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/10280.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/10280.pdf). Acceso em: 15 ago. 2022.
50. MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA EDUCACIÓN. **Venezuela - Programa de Alimentación Escolar (PAE)**. 2015. Disponible em: <https://siteal.iiep.unesco.org/bdnp/3349/programa-alimentacion-escolar>. Acceso em: 01 ago. 2022.
51. BRASIL. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasil: Fundo Nacional de Desenvolvimento, Ministério da Educação, 2017. Disponible em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acceso em: 15 ago. 2022.
52. COSTA RICA. **Programa de Alimentación y Nutrición del Escolar y Adolescente (PANEA)**, Costa Rica. 17 abr. 2017. Ministério De Educação Pública (MEP). Apresentação do power point no Seminário Internacional: La Alimentación Escolar como estrategia para el alcance de los ODS. Disponible em: <https://es.slideshare.net/FAOoftheUN/programa-de-alimentacin-y-nutricin-del-escolar-y-adolescente-panea-costa-rica>. Acceso em: 18 out. 2023.
53. COLÔMBIA. **RESOLUCIÓN N° 29452**. Por la cual se expiden los Lineamientos Técnicos - Administrativos, los Estándares y las Condiciones Mínimas del Programa de Alimentación Escolar - PAE y se derogan las disposiciones anteriores. República da Colômbia, Ministério da Educação Nacional, 2017.
54. EQUADOR. **Evaluación de impactos del programa de alimentación escolar**. Ministério da Educação, 2017. Disponible em: <https://educacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2019/02/Evaluacion-impacto-PAE.pdf>. Acceso em: 14 ago. 2022.
55. GUATEMALA. **Decreto Número 16-2017**. Ley De Alimentación Escolar. Congresso da República de Guatemala, 2017. Disponible em: [https://www.mineduc.gob.gt/portal/contenido/menu\\_lateral/programas/seminario/documents/2020/DECRETO-16-2017.pdf](https://www.mineduc.gob.gt/portal/contenido/menu_lateral/programas/seminario/documents/2020/DECRETO-16-2017.pdf). Acceso em 12 ago. 2022.
56. PANAMÁ. **Ley n° 115/2019**. Que crea el Programa Estudiar Sin Hambre y modifica la Ley 35 de 1995, sobre el programa de distribucion del vaso de leche y la galleta nutricional o cremas nutritivas enriquecidas. Ministério da Educação. República do Panamá, 2019. Disponible em: [https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/11227.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/11227.pdf). Acceso em: 01 ago. 2023
57. MÉXICO. **Acciones y Programas**. 2020a??. Disponible em: <https://www.gob.mx/difnacional/acciones-y-programas/desayunos-escolares-calientes>. Acceso em: 01 ago. 2022.
58. PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA). **Honduras, Decentralization of the National School Feeding Programme (2016-2019): Evaluation**. Roma, 2020. Disponible em:

- <https://www.wfp.org/publications/honduras-decentralization-national-school-feeding-programme-2016-2019-evaluation>. Acesso em: 01 ago. 2022.
59. COLÔMBIA. **Resolución No. 00335 del 23 de Diciembre de 2021**. Por la cual se expiden los Lineamientos Técnicos – Administrativos, los Estándares y las Condiciones Mínimas del Programa de Alimentación Escolar – PAE. Colômbia: Ministério da Educação, 2021a. Disponível em: <https://www.alimentosparaaprender.gov.co/normatividad/resolucion-no-335-del-23-de-diciembre-de-2021>. Acesso em: 15 ago. 2022.
  60. URUGUAI. **Programa de Alimentación Escolar**. Ministério do Desenvolvimento Social, 2021a. Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/node/8887>. Acesso em: 01 ago. 2022.
  61. EL SALVADOR. **Programa de Alimentación y Salud Escolar**. Ministério da Educação, 2022. Disponível em: <https://www.mined.gob.sv/2022/02/15/descripcion-del-programa/>. Acesso em 13 ago. 2022.
  62. FIGUEIREDO, Nicole. **A inserção do Programa Desayunos Escolares como política pública alimentar no México**. Brasil, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, 2022. ISSN: 2358-1379.
  63. FONDO DE DESAROLLO SOCIAL Y ASIGNACIONES FAMILIARES (FODESAF). **Diseño del Plan Presupuesto Programa de Alimentación y Nutrición del Escolar y Adolescente (PANEA)**. Ministério de Educação Pública, 2022. Disponível em: s. Acesso em: 14 ago. 2022.
  64. NICARÁGUA. **Programa Integral de Nutrición Escolar (PINE)**. Manágua: Ministerio de Educación República de Nicaragua, 2022. Disponível em: <https://www.mined.gob.ni/programa-integral-de-nutricion-escolar/>. Acesso em: 01 ago. 2022.
  65. CHILE. **Programa de Alimentación Escolar (PAE)**. 2023. Disponível em: <https://www.chileatiende.gob.cl/fichas/2095-programa-de-alimentacion-escolar-pae#:~:text=Descripci%C3%B3n,de%20ausentismo%20y%20deserci%C3%B3n%20escolar..> Acesso em jul. 2023.
  66. ARGENTINA. **Fortalecimiento a Comedores Escolares**. [s.d]. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/desarrollosocial/informacionsocialestrategica/politicas-de-seguridad-y-soberania-alimentaria-3>. Acesso em: 15 ago. 2022.
  67. PETERS, Micah D.J et al. Chapter 11: Scoping Reviews (2020 version). In: Aromataris E, Munn Z (Editors). **JBIManual for Evidence Synthesis**, JBI, 2020. Disponível em: <https://synthesismanual.jbi.global>. Acesso em: 01 fev. 2023.
  68. BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE (BVS). **DeCS/MeSH: Descritores em Ciências da Saúde**, [s.l.], 2022. Disponível em: <http://decs.bvsalud.org>. Acesso em: 16 mar. 2022.
  69. BOCKORNI, Beatriz Rodrigues Silva; GOMES, Almirlva Ferraz. A amostragem em *snowball* (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021.
  70. AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANO (ABRANDH). **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p.: il. ISBN 978-85-63364-06-7.
  71. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). Good Food Security Governance: The Crucial Premise to the Twin-Track Approach - Background paper. **Workshop da ESA, Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)**, 5 a 7 de dezembro de 2011. 2011.
  72. AMORIM, Ana Laura Benevenuto de; RIBEIRO, José Raimundo Sousa BANDONI, Daniel Henrique. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, pp. 1134-1145, jul/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3M5gJhkvYCFvmJKZqZYCYQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2022
  73. ALPINO, Tais de Moura Ariza *et al.* COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública**, Brasil, v. 36, n.8. Disponível em: doi: 10.1590/0102-311X00161320. Acesso em: jun. 2023.
  74. GURGEL, Aline do Monte *et al.* Government strategies to ensure the human right to adequate and healthy food facing the Covid-19 pandemic in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n.12, p. 4945-4956, 2020. Disponível em: DOI: 10.1590/1413-812320202512.33912020. Acesso em: 05 jul. 2023.

75. RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássio *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência e saúde coletiva**, v.25, n.9, p.3421–30, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>. Acesso em: 05 jul. 2023.
76. AVELLANEDA, Diana Lucía; ELIZONDO, Nicole. Implementación de políticas educativas en contexto de la pandemia de Covid-19 en Chile y Colombia. Efectos sociales, económicos y de la salud ocasionados por la pandemia del COVID19. Impactos en empresas, actividades económicas, gobierno y grupos vulnerables. Cidade do México, p. 163-184, 2021.
77. CARVALHO *et al.* How is Brazil facing the crisis of Food and Nutrition Security during the COVID-19 pandemic? **Public Health Nutr.**, v.24, n.3, p. 561-564. 2021. Disponível em: doi: 10.1017/S1368980020003973. Acesso em: 05 jul. 2023.
78. RODRIGUES *et al.* Home food in security during the suspension of classes in Brazilian public schools due to the COVID-19 pandemic. **Nutrition**, v. 93, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.nut.2021.111448>. Acesso em: 07 ago. 2023.
79. BARBOSA, Ricardo *et al.* School food at home: Brazil's national school food programme (PNAE) during the COVID-19 pandemic. **Social & Cultural Geography**, 2022. Disponível em: DOI: 10.1080/14649365.2022.2115538. Acesso em: 13 ago. 2023.
80. ZIMMERMANN, Silvia Aparecida *et al.* Desafios y respuestas en la coordinación de políticas alimentarias en Brasil durante la pandemia de COVID-19. **Revista de Estudios Sociales**, v. 78, p.110-126, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/res78.2021.07>. Acesso em: 07 ago. 2023.
81. VELA-HERNÁNDEZ, Sandra P. *et al.* Implementación de un programa de alimentación escolar en una institución educativa durante la pandemia, Bogotá, 2021. **Rev. Salud Pública**, v. 24, n.3, p.1-6, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rsap.v24n3.97562>. Acesso em: 17 jul. 2023.
82. GIL, Kenia. Seguridad alimentaria, comedores escolares y COVID-19. Reflexiones sobre el rol del nutricionista. **An Venez Nutr**, v.33, n.1, p. 80-90, 2020. Disponível em: [http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0798-07522020000100080&lng=es&nrm=iso](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-07522020000100080&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 18 ago. 2023.
83. MOYANO, Daniela. Recomendaciones para los equipos que gestionan los comedores escolares en la emergencia sanitaria de COVID-19 en Argentina. **Revista de la Sociedad Latinoamericana de Nutrición**, v. 70, n.3, 2020. Disponível em: Doi: 10.37527.2020.70.3.007. Acesso em: 11 ago. 2023.
84. ESCOBAR, Marianela Zúñiga *et al.* Abastecimiento de alimentos de la agricultura familiar en la alimentación escolar durante la pandemia por COVID-19: desafíos y reflexiones a partir de una experiencia local en Costa Rica. Agricultura Familiar: **Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v.15, n.01, p. 196-220, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/raf.v15i1.9958>. Acesso em: 30 jul. 2023.
85. WEIL, Jael Goldsmith; OLIVARES, Florencia G. Programa de Alimentación Escolar en Pandemia: Chile 2020, aprendizajes para un proceso constituyente. **RIVAR (Santiago)**, v.10, n. 28, p.142-159, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.35588/rivar.v10i28.5404>. Acesso em: 18 jun. 2023.
86. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Cómo evitar que la crisis del COVID-19 se transforme en una crisis alimentaria**: Acciones urgentes contra el hambre en América Latina y el Caribe. América Latina y el Caribe, jun, 2020a. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45702/S2000393\\_es.pdf?sequence=4&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45702/S2000393_es.pdf?sequence=4&isAllowed=y). Acesso em: 14 abr. 2022.
87. PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA). **El Estado de la Alimentación Escolar a Nivel Mundial 2020**. Roma, 2020a. Disponível em: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000124411/download/>. Acesso em: 14 abr. 2022.
88. RUBIO, Monica *et al.* **Protección social y respuesta al COVID-19 en América Latina y el Caribe II Edición**: Asistencia Social. Panamá, 2020a.
89. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Cómo evitar que la crisis del COVID-19 se transforme en una crisis alimentaria**: Acciones urgentes contra el hambre en América Latina y el Caribe. América Latina y el Caribe, jun, 2020a. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45702/S2000393\\_es.pdf?sequence=4&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45702/S2000393_es.pdf?sequence=4&isAllowed=y). Acesso em: 14 abr. 2022.

90. PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA). **El Estado de la Alimentación Escolar a Nivel Mundial 2020**. Roma, 2020a. Disponível em: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000124411/download/>. Acesso em: 14 abr. 2022.
91. RUBIO, Monica *et al.* **Protección social y respuesta al COVID-19 en América Latina y el Caribe II Edición: Asistencia Social**. Panamá, 2020a.
92. RUBIO, Monica *et al.* **Protección social y respuesta al COVID-19 en América Latina y el Caribe III Edición: SEGURIDAD SOCIAL Y MERCADO LABORAL**. Panamá, 2020b.
93. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO); Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). **Seguridad Alimentaria bajo la Pandemia de COVID-19**. Santiago, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/ca8873es>. Acesso em: 01 ago. 2023.
94. BORKOWSKI, Artur *et al.* **COVID-19: Missing More Than a Classroom The impact of school closures on children's nutrition**. Florence: UNICEF Office of Research – Innocenti. Innocenti Working Paper, 2021.
95. PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA). **Programas de asistencia social y respuesta al COVID-19 en países de América Latina y el Caribe con presencia de WFP**. 2021b. Disponível em: [https://dds.cepal.org/observatorio/socialcovid19/docs/WFP\\_PMA\\_Programas%20de%20asistencia%20social%20y%20respuesta%20al%20COVID-19%20en%20países%20de%20ALC\\_05052020.pdf](https://dds.cepal.org/observatorio/socialcovid19/docs/WFP_PMA_Programas%20de%20asistencia%20social%20y%20respuesta%20al%20COVID-19%20en%20países%20de%20ALC_05052020.pdf). Acesso em: 08 jul. 2023.
96. PALOMO, Nurth *et al.* **Protección social y respuesta al COVID-19 en América Latina y el Caribe: Innovaciones en los sistemas de registro y pago**. Brasília e Cidade do Panamá, 2022. Ebook. ISSN: 2526-0499.
97. ARGENTINA. **Decreto 297/2020**. AISLAMIENTO SOCIAL PREVENTIVO Y OBLIGATORIO. Cidade de Buenos Aires: Boletim Nacional, 2020b.
98. ARGENTINA. **Decreto DNU 325 / 2020**. AISLAMIENTO SOCIAL PREVENTIVO Y OBLIGATORIO DECRETO 297/2020 - PRORROGA. Cidade de Buenos Aires: Boletim Nacional, 2020c.
99. ARGENTINA. **Decreto DNU 408 / 2020**. AISLAMIENTO SOCIAL PREVENTIVO Y OBLIGATORIO DECRETO 297/2020 - PRORROGA. Cidade de Buenos Aires: Boletim Nacional, 2020d.
100. ARGENTINA. **Decreto 259/2020**. AISLAMIENTO SOCIAL PREVENTIVO Y OBLIGATORIO DECRETO 297/2020 - PRORROGA. Cidade de Buenos Aires: Boletim Nacional, 2020e.
101. ARGENTINA. **Decreto 2493/2020**. AISLAMIENTO SOCIAL PREVENTIVO Y OBLIGATORIO DECRETO 297/2020 - PRORROGA. Cidade de Buenos Aires: Boletim Nacional, 2020f.
102. BOLÍVIA. **Decreto Supremo 4197 (COVID-19)**. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, 2020a.
103. BOLÍVIA. **Decreto Supremo 4199**. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, 2020b.
104. BOLÍVIA. **Decreto Supremo 4199**. Reglamenta la Ley N° 1293, de 1 de abril de 2020, para la Prevención, Contención y Tratamiento de la Infección por el Coronavirus (COVID-19). Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, 2020c.
105. BOLÍVIA. **Decreto Supremo 4199**. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, 2020d.
106. BRASIL. **LEI N° 13.987, DE 7 DE ABRIL DE 2020**. Altera a Lei n° 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Brasília, Presidência da República, 2020a.
107. BRASIL. **RESOLUÇÃO N° 02, DE 09 DE ABRIL DE 2020**. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – Covid-19. Ministério da Educação, 2020b.
108. BRASIL. **ORIENTAÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO PNAE PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) DURANTE A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DECORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19)**. Brasília, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020c.
109. BRASIL. **Perguntas frequentes sobre a execução do PNAE durante a pandemia do Coronavírus**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2020d.

110. BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 06, DE 08 DE 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO CONSELHO DELIBERATIVO, 2020e.
111. BRASIL. **Resolução nº 07 2020**. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos para o envio das prestações de contas de Programas e Ações Educacionais executadas ao FNDE em virtude da situação de calamidade pública para enfrentamento da pandemia da COVID – 19 e dá outras providências. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO CONSELHO DELIBERATIVO, 2020f.
112. BRASIL. **RECOMENDAÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO RETORNO PRESENCIAL ÀS AULAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SEGURANÇA DOS ALIMENTOS**. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, set.,2020g.
113. BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 10, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020**. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos para o envio das prestações de contas de programas e ações educacionais executados ao FNDE, em virtude da situação de calamidade pública para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus – Covid-19, e dá outras providências. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO CONSELHO DELIBERATIVO, 2020h.
114. BRASIL. **Resolução nº 20, de 02 de dezembro de 2020**. Altera a Resolução/CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO CONSELHO DELIBERATIVO, 2020i.
115. BRASIL. **Resolução nº 21, de 16 de novembro de 2021**. Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2021.
116. CHILE. INSTRUCTIVO - LINEAMIENTOS PARA LA OPERACIÓN DEL PROGRAMA DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR EN CONTINGENCIA COVID-19, CORONAVIRUS. Ministerio de Educacion, 2020a.
117. CHILE. **Orientaciones Mineduc Covid-19 15 de marzo 2020**. Ministerio de Educacion, 2020b.
118. CHILE. **RESOLUCIÓN EXENTA Nº2504**. APRUEBA ESTRUCTURA ALIMENTARIA REGULAR PARA EL PROGRAMA DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR PARA LA LICITACIÓN ID Nº85-18-LR20. Santiago, 2020c.
119. COLÔMBIA. **Circular No. 1 del 16 de marzo de 2020**. Orientaciones técnicas y administrativas para la operación del Programa de Alimentación Escolar frente a la modificación del calendario escolar en virtud de la medida sanitaria establecida por el Gobierno Nacional para la prevención del manejo de la infección respiratoria aguda por el Coronavirus COVID-19. Ministerio de Educación, 2020a.
120. COLÔMBIA. **Decreto 470 del 24 de marzo de 2020**. Por el cual se dictan medidas que brindan herramientas a las entidades a las entidades territoriales para garantizar la ejecución del Programa de Alimentación Escolar y la prestación del servicio público de preescolar, básica y media, dentro del estado de Emergencia Económica, Social y Ecológica. Ministerio de Educación, 2020b.
121. COLÔMBIA. **DIRECTIVA No. 05**. Orientaciones para la implementación de estrategias pedagógicas de Trabajo académico en casa y la implementación de una modalidad de complemento alimentario para consumo en casa. Ministerio de Educación, 2020c.
122. COLÔMBIA. **Resolución 0006 del 25 Marzo de 2020**. Por la cual se adicionan Transitoriamente, “Los Lineamientos Técnicos - Administrativos, los Estándares y las Condiciones Mínimas del Programa de Alimentación Escolar – PAE”» en el marco del Estado de Emergencia, Económica, Social y Ecológico derivado de la pandemia del COVID-19. Ministerio de Educacion, 2020d.
123. COLÔMBIA. **CIRCULAR No. 02**. Aclaración del procedimiento establecido para el inicio de operación del PAE en emergencia establecido en la circular 0006 de 2020. Ministerio de Educacion, 2020e.
124. COLÔMBIA. **CIRCULAR No. 03**. SEGUIMIENTO Y CONTROL DE LA OPERACIÓN DEL PROGRAMA DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR DURANTE EL ESTADO DE EMERGENCIA ECONÓMICA, SOCIAL Y ECOLÓGICA EN EL MARCO DE LA RESOLUCIÓN 006 DE 2020. Unidad Administrativa Especial de Alimentación Escolar Alimentos Para Aprender, 2020f.



125. COLÔMBIA. **DECRETO LEGISLATIVO · 533 DE 9 ABR 2020**. Por el cual se adoptan medidas para garan Izarfa' eJecución del Programa de Alimentación Escolar y la prestación del servicio público de educación preescolar, básica y media, en el marco del Estado de Emergencia Económica, Social y Ecológica. Ministerio de Educacion, 2020g.
126. COLÔMBIA. **Resolución 0007 del 16 Abril de 2020**. Por la cual se modifica la Resolución 0006 de 2020 que expide transitoriamente los lineamientos técnicos - administrativos, los estándares y las condiciones mínimas del Programa de Alimentación Escolar – PAE, en el marco del Estado de Emergencia, Económica, Social y Ecológica, derivado de la pandemia del COVID-19. Ministerio de Educacion, 2020h.
127. COLÔMBIA. **Ley No 2042. POR MEDIO DE LA CUAL SE OTORGAN HERRAMIENTAS PARA QUE LOS PADRES DE FAMILIA REALICEN UN ACOMPAÑAMIENTO EFICAZ CON EL FIN DE CUIDAR LOS RECURSOS DEL PAE**. Bogotá, Ministerio de Educacion, 2020i.
128. COLÔMBIA. **Resolución 777 del 2 de junio de 2021**. Por medio de la cual se definen los criterios y condiciones para el desarrollo de las actividades económicas, sociales y del estado y se adopta el protocolo de bioseguridad para la ejecución de estas. Bogotá, Ministerio de Salud y Proteccion Social, 2021a.
129. COLÔMBIA. **CIRCULAR EXTERNA N° 009 DE 15 JUNIO 2021. ORIENTACIONES PARA LA PRESTACION DEL SERVICIO DEL PROGRAMA DE ALIMENTACION ESCOLAR (PAE) EN EL RETORNO A LA PRESENCIALIDAD ESCOLAR**. Unidad Administrativa Especial de Alimentación Escolar Alimentos para Aprender, 2021b.
130. COLÔMBIA. **RESOLUCIÓN 335 DE 2021**. Por la cual se expiden los Lineamientos Técnicos - Administrativos, los Estándares y las Condiciones Mínimas del Programa de Alimentación Escolar (PAE). Bogotá, Diario Oficial, 2021c.
131. COSTA RICA. **Resolucion No. MS-DM-2382-2020-MEP-0537-2020**. Suspensión nacional de lecciones como medida preventiva; Programa de Alimentación y Nutrición del Escolar y del Adolescente (PANEA) Garantizar la oferta de alimentos en centros educativos públicos que hayan suspendido lecciones, en continuidad al Programa de Alimentación y Nutrición del Escolar y del Adolescente (PANEA). Ministerio de Educacion, 2020a.
132. COSTA RICA. **RESOLUCIÓN N° MEP- 0555-03-2020**. Protocolo general para la distribución de alimentos en centros educativos públicos con suspensión de lecciones, a raíz de la emergencia nacional por COVID-19. Ministerio de Educación Publica, 2020b.
133. COSTA RICA. **RESOLUCIÓN MEP- 0585-2020**. Se autoriza a las Juntas de Educación y Administrativas, así como a las Direcciones Regionales, en caso de requerirlo, a realizar las modificaciones en su presupuesto necesarias, a efecto de poder cubrir la adquisición de alimentos para los comedores escolares. Ministerio de Educación Publica, 2020c.
134. EL SALVADOR. **CONVENIO DE COOPERACION INTERINSTITUCIONAL ENTRE EL MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERIA Y EL MINISTERIO DE EDUCACION, CIENCIA Y TECNOLOGIA PARA LA ENTREGA DE DOSCIENTAS CUARENTA Y NUEVE MIL QUINIENTAS CANASTAS ALIMENTICIAS**. Ministerio de Educacion Ciencia y Tecnologia, 2020.
135. EQUADOR. **RESOLUCIONES COE NACIONAL - 09 DE ABRIL DE 2020. SERVICIO NACIONAL DE GESTIÓN DE RIESGOS Y EMERGENCIAS. SERVICIO NACIONAL DE GESTIÓN DE RIESGOS Y EMERGENCIAS**, 2020.
136. EQUADOR. **Decreto N° 1346 - Reglamento de la Ley Orgánica de Alimentación Escolar**. Registro Oficial, 2021.
137. GUATEMALA. **ACUERDO MINISTERIAL NÚMERO 825-2020**. Diario de Centro América, 2020.
138. GUATEMALA. **DECRETO NUMERO 12-2021. REFORMAS A LA LEY DE AUMENTACION ESCOLAR, DECRETO NUMERO 16-2017 DEL CONGRESO DE LA REPUBLICA**. Diario de Centro America, 2021.
139. HONDURAS. **Oficio Circular No. 017-SE-2020**. Secretaria de Educação, mar. 2020.
140. HONDURAS; UNICEF. **Protocolo de entrega de alimentación escolar. 2020**. Disponible em: <https://www.unicef.org/honduras/historias/maestras-hondure%C3%B1as-entregan-alimentos-estudiantes-domicilio-durante-la-emergencia-por>. Acceso em: 05 jul. 2023.
141. MÉXICO. **Medidas Preventivas y Recomendaciones para la operación de los Programas de Asistencia Social Alimentaria y Desarrollo Comunitario**. Sistema Nacional para el Desarrollo Integral de la Familia, mar. 2020a.
142. MÉXICO. **Guía Práctica de los Programas Alimentarios del SNDIF ante la pandemia por COVID-19**. Sistema Nacional para el Desarrollo Integral de la Familia, abr. 2020b.

143. MOYANO, Daniela et al. **Impacto de la pandemia de COVID-19 en la seguridad alimentaria y nutricional de niños, niñas y adolescentes asistentes a comedores escolares en Argentina (versión 1)**. Argentina: Asociación de Escuelas Universitarias de Nutrición de la República Argentina, 2020a.
144. MOYANO, Daniela et al. **Impacto de la pandemia de COVID-19 en la seguridad alimentaria y nutricional de niños, niñas y adolescentes asistentes a comedores escolares en Argentina (versión 2)**. Argentina: Asociación de Escuelas Universitarias de Nutrición de la República Argentina, 2020b.
145. NICARÁGUA. Estrategia Nacional del Subsistema de Educación Básica y Media para enfrentar el desafío de la pandemia COVID-19. Ministério da Educação, 2020.
146. PANAMÁ. **Decreto Ejecutivo N. 400** - Crea el Programa Panama Solidario. Gazeta Oficial, mar, 2020.
147. PARAGUAI. **Resolucion 351-2020**: autoriza entrega de kits. Ministerio de Educacion y Ciencias, mar. 2020a.
148. PARAGUAI. **Resolucion 372-2020**: autoriza entrega de kits. Ministerio de Educacion y Ciencias, abr. 2020b.
149. PERU. **Resolución Viceministerial N.º 091-2020-MINEDU**: Disponer en el marco de la estrategia de cogestión para la prestación del servicio alimentario implementado por el Programa Nacional de Alimentación Escolar Qali Warma. Ministerio de Educacion, abr, 2020a.
150. PERU. **Decreto Legislativo nº 1472**. Decreto legislativo que faculta al programa nacional de alimentación escolar qali warma a proporcionar excepcionalmente alimentos para personas en situación de vulnerabilidad, en el marco de la emergencia sanitaria declarada por el covid-19. abr, 2020b.
151. PERU. RESOLUCION DIRECCION EJECUTIVA N° D000143-2020-MIDIS/PNAEQW-D. República do Peru, abr., 2020c.
152. PERU. **Resolución Ministerial N.º 176-2020-MINEDU**. Ministério da Educação, abr., 2020d.
153. PERU. **Resolución Directoral Ejecutiva N.º D0189-2021-MIDIS/PNAEQW-DE**. República do Perú, jun., 2020e.
154. PERU. **Resolución de Dirección Ejecutiva N.º 000218-2020**. República do Peru, jun., 2020f.
155. PERU. **Resolución de Dirección Ejecutiva N.º 232-2021-MIDIS/PNAEQW-DE**. República do Peru, jun., 2021.
156. REPÚBLICA DOMINICANA. **Comunicado INABIE/DIAN No.25/2020**. Ministério da Educação, abr., 2020.
157. URUGUAI. **Protocolo de actuación en Centros CAIF y Nuestros Niños**. Instituto Nacional de Alimentação, mar., 2020a.
158. URUGUAI. **Comunicado N° 1**. Administração Nacional de Educação Pública. Montevideo, mar., 2020b.
159. URUGUAI. **Comunicado 56 21-04-2020**. Administração Nacional de Educação Pública. Montevideo, abr., 2020c.
160. URUGUAI. **Circular 47 16-06-2020**. Administração Nacional de Educação Pública. Montevideo, abr., 2020d.
161. URUGUAI. **Acta Extraordinaria 62 Resolución 63 16-06-2020**. Administração Nacional de Educação Pública. Montevideo, jun., 2020e.
162. URUGUAI. **Acta Extraordinaria 74 21-07-2020**. Administração Nacional de Educação Pública. Montevideo, jun., 2020f.
163. URUGUAI. **Circular 86 24-09-2020**. Administração Nacional de Educação Pública. Montevideo, set., 2020g.
164. URUGUAI. **Circular 68**. Administração Nacional de Educação Pública. Montevideo, set., 2020h.
165. URUGUAI. **Acta 54 05-10-2020**. Administração Nacional de Educação Pública. Montevideo, out., 2020i.
166. URUGUAI. **Acta 67 Resolución 21 07-12-2020**. Administração Nacional de Educação Pública. Montevideo, dez., 2020j.
167. URUGUAI. **Acta 2 Resolución 3 08-01-2021**. Administração Nacional de Educação Pública. Montevideo, jan., 2021a.
168. URUGUAI. **Comunicado 14 25-03-2021**. Administração Nacional de Educação Pública. Montevideo, mar., 2021b.
169. URUGUAI. **Comunicado 26-03-2021**. Administração Nacional de Educação Pública. Montevideo, mar., 2021c.
170. URUGUAI. **Comunicado 15 07-04-2021**. Administração Nacional de Educação Pública. Montevideo, abr., 2021d.

- 171.URUGUAI. **Comunicado 17 20-04-2021**. Administração Nacional de Educação Pública. Montevideo, abr., 2021e.
- 172.URUGUAI. **Comunicado 24 11-05-2021**. Administração Nacional de Educação Pública. Montevideo, mai., 2021f.
- 173.VENEZUELA. Plan pedagógico de prevención y protección Coronavirus (COVID-19). Ministério do Poder Popular para a Educação, mar. 2020.
- 174.MONTEIRO, Carlos Augusto *et al.* The star shines bright. **World Nutrition**, [s.l.], v. 7, n. 1-3, p. 28-38, jan-mar. 2016.
- 175.BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm). Acesso em: 14 abr. 2022.
- 176.MCLOUGHLIN, Gabriella M *et al.* Addressing Food Insecurity through a Health Equity Lens: a Case Study of Large Urban School Districts during the COVID-19 Pandem. **J Urban Health** (2020) 97:759–775. <https://doi.org/10.1007/s11524-020-00476-0>.
- 177.VALENTE, Flavio Luiz Schieck. **Curso Básico de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas Módulo II: Exigibilidade e o Dhana**. 1. ed. Brasília, DF: FIAN Brasil, 2021.
- 178.PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO); FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Mitigating the effects of the COVID-19 pandemic on food and nutrition of schoolchildren - interim guidance note**. 2020. Disponível em: <https://www.wfp.org/publications/mitigating-effects-covid-19-pandemic-food-and-nutrition-schoolchildren>. Acesso em: 01 abr. 2022.
- 179.ROCHA, Nayara Cortês. **Curso Básico de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas - Módulo I: Histórico e conceito do Dhana**. 1. ed. Brasília, DF: FIAN Brasil, 2021.
- 180.ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Transformar cada escola em uma escola promotora de saúde: Padrões e indicadores globais**. Washington, 2022. Ebook. ISBN: 978-92-75-72512-2.
- 181.OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). **STATUS OF RATIFICATION INTERACTIVE DASHBOARD**. 2023. Disponível em: <https://indicators.ohchr.org/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

Quadro S1: Termos de pesquisa.

Base	Estratégias de Busca
Embase	<p>((<b>"School Feeding"</b> OR "School food" OR "school menu" OR "school meals" OR "school meal") AND (<b>"Health Programs and Plans"</b> OR <b>"Nutrition Programs and Policies"</b> OR Program*) AND (<b>"Coronavirus Infections"</b> OR <b>"Coronavirus"</b> OR <b>"SARS Virus"</b> OR <b>"SARS-CoV"</b> OR <b>"Covid-19"</b> OR <b>"SARS-CoV-2"</b> OR <b>"SARSCoV2"</b> OR <b>"SARS2"</b> OR <b>"COVID19"</b> OR <b>"COVID-2019"</b> OR <b>"COVID 2019"</b> OR <b>"SARS COV 2"</b> OR <b>"2019-nCoV"</b> OR <b>"2019ncov"</b> OR <b>"nCoV 2019"</b>) AND (<b>"Latin America"</b> OR "Brazil" OR "Argentina" OR "Peru" OR "Bolivia" OR "Colombia" OR "Venezuela" OR "Chile" OR "Costa Rica" OR "Cuba" OR "El Salvador" OR "Ecuador" OR "Guatemala" OR "Haiti" OR "Honduras" OR "México" OR "Nicarágua" OR "Panamá" OR "Paraguay" OR "Dominican Republic" OR "Uruguay"))</p>
FSTA	<p>((<b>"School Feeding"</b> OR "School food" OR "school menu" OR "school meals" OR "school meal") AND (<b>"Health Programs and Plans"</b> OR <b>"Nutrition Programs and Policies"</b> OR Program*) AND (<b>"Coronavirus Infections"</b> OR <b>"Coronavirus"</b> OR <b>"SARS Virus"</b> OR <b>"SARS-CoV"</b> OR <b>"Covid-19"</b> OR <b>"SARS-CoV-2"</b> OR <b>"SARSCoV2"</b> OR <b>"SARS2"</b> OR <b>"COVID19"</b> OR <b>"COVID-2019"</b> OR <b>"COVID 2019"</b> OR <b>"SARS COV 2"</b> OR <b>"2019-nCoV"</b> OR <b>"2019ncov"</b> OR <b>"nCoV 2019"</b>) AND (<b>"Latin America"</b> OR "Brazil" OR "Argentina" OR "Peru" OR "Bolivia" OR "Colombia" OR "Venezuela" OR "Chile" OR "Costa Rica" OR "Cuba" OR "El Salvador" OR "Ecuador" OR "Guatemala" OR "Haiti" OR "Honduras" OR "México" OR "Nicarágua" OR "Panamá" OR "Paraguay" OR "Dominican Republic" OR "Uruguay"))</p>
LILACS	<p>((<b>"Alimentação Escolar"</b> OR "Merenda Escolar" OR "Cardápio escolar" OR <b>"Alimentación Escolar"</b> OR "Comida escolar" OR "menú escolar" OR <b>"School Feeding"</b> OR "School food" OR "school menu" OR "school meals" OR "school meal") AND (<b>"Planos e Programas de Saúde"</b> OR <b>"Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação"</b> OR <b>"Planes y Programas de Salud"</b> OR <b>"Programas y Políticas de Nutrición y Alimentación"</b> OR <b>"Health Programs and Plans"</b> OR <b>"Nutrition Programs and Policies"</b> OR Program*) AND (<b>"Infecções por Coronavirus"</b> OR <b>"Vírus da SARS"</b> OR <b>"Infecciones por Coronavirus"</b> OR <b>"Virus del SRAS"</b> OR <b>"Coronavirus Infections"</b> OR <b>"Coronavirus"</b> OR <b>"SARS Virus"</b> OR <b>"SARS-CoV"</b> OR <b>"Covid-19"</b> OR <b>"SARS-CoV-2"</b> OR <b>"SARSCoV2"</b> OR <b>"SARS2"</b> OR <b>"COVID19"</b> OR <b>"COVID-2019"</b> OR <b>"COVID 2019"</b> OR <b>"SARS COV 2"</b> OR <b>"2019-nCoV"</b> OR <b>"2019ncov"</b> OR <b>"nCoV 2019"</b>) AND (<b>"América Latina"</b> OR "Brasil" OR "Ecuador" OR "Paraguai" OR "República Dominicana" OR "Uruguai" OR <b>"Latin America"</b> OR "Brazil" OR "Argentina" OR "Peru" OR "Bolivia" OR "Colombia" OR "Venezuela" OR "Chile" OR "Costa Rica" OR "Cuba" OR "El Salvador" OR "Ecuador" OR "Guatemala" OR "Haiti" OR "Honduras" OR "México" OR "Nicarágua" OR "Panamá" OR "Paraguay" OR "Dominican Republic" OR "Uruguay"))</p>
PubMed/ Medline	<p>((<b>"School Feeding"</b> OR "School food" OR "school menu" OR "school meals" OR "school meal") AND (<b>"Health Programs and Plans"</b> OR <b>"Nutrition Programs and Policies"</b> OR Program*) AND (<b>"Coronavirus Infections"</b>[Mesh] OR <b>"Coronavirus Infections"</b> OR <b>"Coronavirus"</b>[Mesh] OR <b>"Coronavirus"</b> OR <b>"SARS Virus"</b> OR <b>"SARS-CoV"</b> OR <b>"COVID-19"</b>[Mesh] OR <b>"Covid-19"</b> OR <b>"SARS-CoV-2"</b>[Mesh] OR <b>"SARS-CoV-2"</b> OR <b>"SARSCoV2"</b> OR <b>"SARS2"</b> OR <b>"COVID19"</b> OR <b>"COVID-2019"</b> OR <b>"COVID 2019"</b> OR <b>"SARS COV 2"</b> OR <b>"2019-nCoV"</b> OR <b>"2019ncov"</b> OR <b>"nCoV 2019"</b>) AND (<b>"Latin America"</b> OR "Brazil" OR "Argentina" OR "Peru" OR "Bolivia" OR "Colombia" OR "Venezuela" OR "Chile" OR "Costa Rica" OR "Cuba" OR "El Salvador" OR "Ecuador" OR "Guatemala" OR</p>

	<p>“Haiti” OR “Honduras” OR “México” OR “Nicarágua” OR “Panamá” OR “Paraguay” OR “Dominican Republic” OR “Uruguay”) AND (journal article[Publication Type]))</p>
Scopus	<p>((<b>"School Feeding"</b> OR "School food" OR "school menu" OR "school meals" OR "school meal") AND (<b>"Health Programs and Plans"</b> OR <b>"Nutrition Programs and Policies"</b> OR Program*) AND (<b>"Coronavirus Infections"</b> OR <b>"Coronavirus"</b> OR <b>"SARS Virus"</b> OR <b>"SARS-CoV"</b> OR <b>"Covid-19"</b> OR <b>"SARS-CoV-2"</b> OR <b>"SARSCoV2"</b> OR <b>"SARS2"</b> OR <b>"COVID19"</b> OR <b>"COVID-2019"</b> OR <b>"COVID 2019"</b> OR <b>"SARS COV 2"</b> OR <b>"2019-nCoV"</b> OR <b>"2019ncov"</b> OR <b>"nCoV 2019"</b>) AND (<b>"Latin America"</b> OR "Brazil" OR "Argentina" OR "Peru" OR "Bolivia" OR "Colombia" OR "Venezuela" OR "Chile" OR “Costa Rica” OR “Cuba” OR “El Salvador” OR “Ecuador” OR “Guatemala” OR “Haiti” OR “Honduras” OR “México” OR “Nicarágua” OR “Panamá” OR “Paraguay” OR “Dominican Republic” OR “Uruguay”))</p>
SciELO	<p>((<b>"Alimentação Escolar"</b> OR "Merenda Escolar" OR "Cardápio escolar" OR <b>"Alimentación Escolar"</b> OR "Comida escolar" OR "menú escolar" OR <b>"School Feeding"</b> OR "School food" OR "school menu" OR "school meals" OR "school meal") AND (<b>"Planos e Programas de Saúde"</b> OR <b>"Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação"</b> OR <b>"Planes y Programas de Salud"</b> OR <b>"Programas y Políticas de Nutrición y Alimentación"</b> OR <b>"Health Programs and Plans"</b> OR <b>"Nutrition Programs and Policies"</b> OR Program*) AND (<b>"Infecções por Coronavirus"</b> OR <b>"Vírus da SARS"</b> OR <b>"Infecciones por Coronavirus"</b> OR <b>"Virus del SRAS"</b> OR <b>"Coronavirus Infections"</b> OR <b>"Coronavirus"</b> OR <b>"SARS Virus"</b> OR <b>"SARS-CoV"</b> OR <b>"Covid-19"</b> OR <b>"SARS-CoV-2"</b> OR <b>"SARSCoV2"</b> OR <b>"SARS2"</b> OR <b>"COVID19"</b> OR <b>"COVID-2019"</b> OR <b>"COVID 2019"</b> OR <b>"SARS COV 2"</b> OR <b>"2019-nCoV"</b> OR <b>"2019ncov"</b> OR <b>"nCoV 2019"</b>) AND (<b>"América Latina"</b> OR "Brasil" OR “Equador” OR “Paraguai” OR “República Dominicana” OR “Uruguai” OR <b>"Latin America"</b> OR "Brazil" OR "Argentina" OR "Peru" OR "Bolivia" OR "Colombia" OR "Venezuela" OR "Chile" OR “Costa Rica” OR “Cuba” OR “El Salvador” OR “Ecuador” OR “Guatemala” OR “Haiti” OR “Honduras” OR “México” OR “Nicarágua” OR “Panamá” OR “Paraguay” OR “Dominican Republic” OR “Uruguay”))</p>
Web of Science	<p>((<b>"School Feeding"</b> OR "School food" OR "school menu" OR "school meals" OR "school meal") AND (<b>"Health Programs and Plans"</b> OR <b>"Nutrition Programs and Policies"</b> OR Program*) AND (<b>"Coronavirus Infections"</b> OR <b>"Coronavirus"</b> OR <b>"SARS Virus"</b> OR <b>"SARS-CoV"</b> OR <b>"Covid-19"</b> OR <b>"SARS-CoV-2"</b> OR <b>"SARSCoV2"</b> OR <b>"SARS2"</b> OR <b>"COVID19"</b> OR <b>"COVID-2019"</b> OR <b>"COVID 2019"</b> OR <b>"SARS COV 2"</b> OR <b>"2019-nCoV"</b> OR <b>"2019ncov"</b> OR <b>"nCoV 2019"</b>) AND (<b>"Latin America"</b> OR "Brazil" OR "Argentina" OR "Peru" OR "Bolivia" OR "Colombia" OR "Venezuela" OR "Chile" OR “Costa Rica” OR “Cuba” OR “El Salvador” OR “Ecuador” OR “Guatemala” OR “Haiti” OR “Honduras” OR “México” OR “Nicarágua” OR “Panamá” OR “Paraguay” OR “Dominican Republic” OR “Uruguay”))</p>

Quadro S2 – *Websites* dos países.

<b>PAÍS</b>	<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO OFICIAL</b>
Argentina	<a href="https://www.argentina.gob.ar/">https://www.argentina.gob.ar/</a>
Bolívia	<a href="https://www.presidencia.gob.bo/">https://www.presidencia.gob.bo/</a>
Brasil	<a href="https://www.gov.br/pt-br">https://www.gov.br/pt-br</a>
Chile	<a href="https://www.gob.cl/">https://www.gob.cl/</a>
Colômbia	<a href="https://www.gov.co/">https://www.gov.co/</a>
Costa Rica	<a href="https://www.presidencia.go.cr/">https://www.presidencia.go.cr/</a>
Cuba	<a href="http://www.presidencia.gob.cu">www.presidencia.gob.cu</a>
Equador	<a href="https://www.presidencia.gob.ec/">https://www.presidencia.gob.ec/</a>
El Salvador	<a href="https://www.presidencia.gob.sv/">https://www.presidencia.gob.sv/</a>
Guatemala	<a href="https://guatemala.gob.gt/">https://guatemala.gob.gt/</a>
Haiti	<a href="https://menfp.gouv.ht/#/home">https://menfp.gouv.ht/#/home</a>
Honduras	<a href="http://presidencia.gob.hn/">http://presidencia.gob.hn/</a>
México	<a href="https://www.gob.mx/presidencia/">https://www.gob.mx/presidencia/</a>
Nicarágua	<a href="https://www.mined.gob.ni/programa-integral-de-nutricion-escolar/">https://www.mined.gob.ni/programa-integral-de-nutricion-escolar/</a>
Panamá	<a href="https://www.presidencia.gob.pa/">https://www.presidencia.gob.pa/</a>
Paraguai	<a href="https://www.mec.gov.py/cms/">https://www.mec.gov.py/cms/</a>
Peru	<a href="https://www.gob.pe/">https://www.gob.pe/</a>
República Dominicana	<a href="https://www.republicadominicana.org.br/governo/">https://www.republicadominicana.org.br/governo/</a>
Uruguai	<a href="https://www.gub.uy">https://www.gub.uy</a>
Venezuela	<a href="http://www.presidencia.gob.ve/">http://www.presidencia.gob.ve/</a>

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do percurso dessa dissertação, final de 2021, houve interesse por parte dos pesquisadores no cenário emergente que estava acontecendo no mundo. Devido a esse contexto, notou-se, ainda, que havia uma série de problemáticas vinculadas à (falta de) alimentação e que seguiam paralelamente à pandemia de Covid-19. Uma delas era a privação das refeições das crianças e dos adolescentes que, anteriormente, frequentavam o ambiente escolar.

E, como todo contexto inédito, as incertezas foram se intensificando até o ponto em que houve o seguinte (auto) questionamento: por que não pesquisar essa temática com os recursos que forem se manifestando ao longo da trajetória? E assim foi o início dessa caminhada de pesquisa: cercada de imprecisão, mas ao mesmo tempo com um interesse mútuo e intenso.

Sendo assim, para iniciar a pesquisa foi necessário buscar e entender onde os dados poderiam estar dispostos, mesmo que de forma dispersa. Ainda, foi preciso definir de que maneira as informações poderiam ser apresentadas para que o leitor pudesse compreendê-las. E, conforme o esperado, o grau de dificuldade para descobrir os dados necessários foi se alterando com o decorrer da pesquisa, já que muitas informações se apresentaram um pouco mais robustas e sólidas ao longo da investigação. Ainda, por ser uma temática contemporânea, foi preciso atualizar os dados a cada nova informação que estava surgindo, o que tornou a pesquisa dinâmica e desafiadora.

Muitas eram as dúvidas com relação à alimentação escolar durante a pandemia de Covid-19. Porém, devido à inviabilidade para realizar uma pesquisa global, foi necessário focalizar o estudo em uma região. Logicamente, a escolha não foi realizada de forma aleatória. Após muitas leituras, foi observado que o cenário brasileiro já estava sendo de certa forma explorado e seria mais interessante expandir para outros países. E assim foi discutida a possibilidade de fazer um mapeamento na América Latina, uma vez que o grupo de pesquisadores já tinha conhecimento de que essa é uma região que apresentava determinadas semelhanças, significativa desigualdade e que provoca a vulnerabilidade de segmentos sociais específicos, contexto no qual os PAE assumem importância particular na garantia do DHANA.

Dessa maneira, esse estudo se propôs a mapear e analisar a execução dos programas de alimentação escolar da América Latina em meio à pandemia de Covid-19, entre os anos de 2020 e 2022. Mais do que isso, foi observada a necessidade de fazer essa análise na perspectiva do

DHANA, uma vez que se trata de um direito indispensável a todos os seres humanos e que deveria ser garantido na sua integralidade.

Logo, os resultados encontrados possuem um significado não puramente acadêmico, isto é, representam um período da história da humanidade em que houve diversas oscilações não só econômicas, mas sociais. A pandemia de Covid-19 impactou na vida de muitos estudantes – especialmente crianças e adolescentes – pois, além terem perdido elementos de socialização da alimentação e convivência com os colegas, estavam em risco na situação de saúde e em grau de extrema vulnerabilidade alimentar, considerando que muitos dependiam (e ainda dependem) das refeições realizadas no ambiente escolar.

Frente aos resultados, também se observou que a pergunta de partida foi respondida, assim como os objetivos do estudo. Foi possível, portanto: i) mapear quais foram os programas vigentes de alimentação escolar nos países integrantes da América Latina durante a pandemia de Covid-19; ii) identificar as estratégias adotadas pelos países da América Latina na execução dos programas de alimentação escolar durante a pandemia de Covid-19; iii) descrever a execução dos programas de alimentação escolar da América Latina em meio à pandemia de Covid-19 na perspectiva do DHANA; iv) apresentar os desafios enfrentados pelos países da América Latina na execução dos programas de alimentação escolar durante a pandemia de Covid-19.

Por fim, para que sejam implementados planos de contingência de forma sólida e efetiva na ocorrência de novas emergências sanitárias equivalentes à da Covid-19, sugere-se que alguns questionamentos sejam inseridos em pauta pelos responsáveis dos PAE, como: Qual é a realidade socioeconômica local? Como os PAE interferem na saúde física e nutricional dos beneficiários? Como a realização do PAE afeta o desenvolvimento social, emocional e cognitivo dos estudantes? Como os PAE afetam o absentismo escolar? Como que os PAE influenciam nos orçamentos familiares e na segurança alimentar? Qual a melhor logística para manter a estabilidade da oferta da alimentação escolar de forma que a disponibilidade, o acesso e a adequação do PAE sejam mantidos?

Espera-se que esses pontos auxiliem gestores de diferentes esferas administrativas a priorizarem essas políticas públicas e, com isso, obtenham respostas com maior prontidão e recursos adequados, mesmo em momentos de emergência, instabilidade e novas circunstâncias.



## REFERÊNCIAS

ABAY, Kibrom A. *et al.* COVID-19-induced disruptions of school feeding services exacerbate food insecurity in Nigeria. **The Journal of Nutrition**, v. 151, p. 2245-2254, ago. 2021. Disponível em: <https://academic.oup.com/jn/article/151/8/2245/6283790>. Acesso em: 27 jul. 2022.

AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANO (ABRANDH). **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.

AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANO (ABRANDH). **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p.: il. ISBN 978-85-63364-06-7.

ALA-KARVIA, Urszula *et al.* COVID-19 Driven Adaptations in the Provision of School Meals in the Baltic Sea Region. **Front. Sustain. Food Syst**, v. 5, jan. 2022.

ALSHARIF, W; QURASHI, A. Effectiveness of COVID-19 diagnosis and management tools: A review. **Radiography (Lond)**. v. 27, p. 682-687, maio. 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7505601/>. Acesso em 07 jul. 2022.

ALPINO, Tais de Moura Ariza *et al.* COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública**, Brasil, v. 36, n.8. Disponível em: doi: 10.1590/0102-311X00161320. Acesso em: jun. 2023.

ALVI, Muzna; GUPTA, Manavi. Learning in times of lockdown: how Covid-19 is affecting education and food security in India. **Food Sec**. v.12, p. 793–796. 2020.

AMARAL, Yasmin Notarbartolo di Villarosa do; MARANO, Daniele. Principais ações dos Estados e do Distrito Federal para preservar o direito à alimentação escolar durante a pandemia do novo coronavírus. **Demetra**, v. 16. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/54764>. Acesso em: 27 jul. 2022.

AMORIM, Ana Laura Benevenuto de; RIBEIRO, José Raimundo Sousa BANDONI, Daniel Henrique. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, pp. 1134-1145, jul/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3M5gJhkvYCFrvmJKZqZyCYQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2022.

AQUINO, Estela M. L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2423-2446, jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ARGENTINA. **Fortalecimiento a Comedores Escolares**. [s.d]. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/desarrollosocial/informacionsocialestrategica/politicas-de-seguridad-y-soberania-alimentaria-3>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ARKSEY, H; O'MALLEY, L. Scoping studies: towards a methodological framework. **Int J Soc Res Methodol**, v. 8(1), p. 19-32. 2005.

AROMATARIS, Edoardo; MUNN, Zachary (Editors). **JBI Manual for Evidence Synthesis**. JBI, 2020. Disponível em: <https://synthesismanual.jbi.global>. Acesso em: 01 fev. 2023.

AVELLANEDA, Diana Lucía; ELIZONDO, Nicole. Implementación de políticas educativas en contexto de la pandemia de Covid-19 en Chile y Colombia. Efectos sociales, económicos y de la salud ocasionados por la pandemia del COVID19. Impactos en empresas, actividades económicas, gobierno y grupos vulnerables. Cidade do México, p. 163-184, 2021.

BANCO MUNDIAL (BM). **The COVID-19 Pandemic: Shocks to Education and Policy Responses**. Washington, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/33696>. Acesso em: 01 ago. 2022.

BANCO MUNDIAL (BM). **Who we are**. Estados Unidos da América. 2022a. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/who-we-are>. Acesso em: 06 jun. 2022.

BANCO MUNDIAL (BM). **Perspectivas Econômicas Globais, janeiro de 2022**. Washington, 2022b. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/36519>. Acesso em: 07 jul. 2022.

BARBOSA, Ricardo *et al.* School food at home: Brazil's national school food programme (PNAE) during the COVID-19 pandemic. **Social & Cultural Geography**, 2022. Disponível em: DOI: 10.1080/14649365.2022.2115538. Acesso em: 13 ago. 2023.

BÉNÉ, Christophe. Resilience of local food systems and links to food security – A review of some important concepts in the context of COVID-19 and other shocks. **Food Security**, v. 12, p. 805–822, jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12571-020-01076-1>. Acesso em: 01 ago. 2022.

BÉNÉ, Christophe *et al.* Global assessment of the impacts of COVID-19 on food security. **Global Food Security**, v. 31, dez. 2021. Disponível em: doi:10.1016/j.gfs.2021.100575. Acesso em: 19 jul. 2022.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos *et al.* Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, suppl 1, pp. 2411-2421, jun, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9g4hLHkSSW35gYsSpqgz6rn/?lang=pt#>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BEAZLEY, Rodolfo; IRIZARRY, Laura; ORGERA, Alessio. **Respuestas de los programas de alimentación escolar al COVID-19 en América Latina y el Caribe**. 2021. Disponível

em: <https://es.wfp.org/publicaciones/respuestas-de-los-programas-de-alimentacion-escolar-al-covid-19-en-america-latina->. Acesso em: 14 abr. 2022.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE (BVS). **DeCS/MeSH: Descritores em Ciências da Saúde**, [s.l.], 2022. Disponível em: <http://decs.bvsalud.org>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BICALHO, Daniela; LIMA Tácio de Mendonça. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID-19. **Demetra: Alimentação, Nutrição e Saúde**, v. 15, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/52076/35698>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BOCKORNI, Beatriz Rodrigues Silva; GOMES, Almira Ferraz. A amostragem em *snowball* (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021.

BOLÍVIA. **Ley 622 de Alimentación Escolar - Programa Nacional de Alimentación Complementaria Escolar (PNACE 2015 – 2020)**. Estado Plurinacional da Bolívia: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: [https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/10280.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/10280.pdf). Acesso em: 15 ago. 2022.

BOLÍVIA. **Ley N° 622, 31 de diciembre de 2014**. Ley de Alimentación Escolar em el Marco de la Soberanía Alimentaria y la Economía Plural. Bolívia: Assembléa Legislativa Plurinacional, 2014.

BONITA, R; BEAGLEHOLE, R; KJELLSTROM, T. **Epidemiologia Básica**. Tradução de Juraci A. Cesar. 2. ed. São Paulo: Grupo Editorial Nacional; 2010.

BORKOWSKI, Artur *et al.* **COVID-19: Missing More Than a Classroom The impact of school closures on children's nutrition**. Florence: UNICEF Office of Research – Innocenti. Innocenti Working Paper, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional N° 64, de 4 de Fevereiro de 2010**. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm#art1). Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm). Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm). Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Conselho Nacional de Saúde. 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 156 p.: il. 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf). Acesso em: 14 mar. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília: Conselho Nacional de Saúde. 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BRASIL. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).** Brasil: Fundo Nacional de Desenvolvimento, Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. **Agricultura familiar.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL. **O que é o coronavírus?** Brasília: Ministério da Saúde. 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. **Escolas da América Latina e Caribe são equipadas para garantir alimentação segura a estudantes.** Brasília. 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/escolas-da-america-latina-e-caribe-sao-equipadas-para-garantir-alimentacao-segura-a-estudantes>. Acesso em: 14 ago. 2022.

BRASIL. **Diretrizes metodológicas: elaboração de revisão sistemática e meta-análise de ensaios clínicos randomizados.** Brasília: Ministério da Saúde, 1. ed., 93 p.: il. 2021c. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_elaboracao\\_revisao\\_sistematica\\_meta-analise.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_elaboracao_revisao_sistematica_meta-analise.pdf). Acesso em: 18 mar. 2022.

BRASIL. **Portaria Nº 913, de 22 de Abril De 2022.** Declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo

novo coronavírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Brasília: Ministério da Saúde, 2022a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Portaria/PRT/Portaria-913-22-MS.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria-913-22-MS.htm). Acesso em: 07 jul. 2022.

BRASIL. **Auxílio Brasil**. Brasil, 2022b. Disponível em: <https://auxiliobrasil.saude.gov.br/>. Acesso em: 02 ago. 2022.

BRUNET, Gerónimo *et al.* The contributions of civil society to food security in the context of COVID-19: a qualitative exploration in Uruguay. **Public Health Nutrition**, v. 24, p. 5524–5533, ago. 2021.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Guia Covid-19: Alimentação Escolar**. Brasil, v. 5, 2020. Disponível em: [https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/COVID-19\\_Guia5.pdf](https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/COVID-19_Guia5.pdf). Acesso em: 14 abr. 2022.

CARVALHO *et al.* How is Brazil facing the crisis of Food and Nutrition Security during the COVID-19 pandemic? **Public Health Nutr.**, v.24, n.3, p. 561-564. 2021. Disponível em: doi: 10.1017/S1368980020003973. Acesso em: 05 jul. 2023.

CENTER FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **Covid-19**. Estados Unidos da América. 2021. Disponível em: <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/science/science-briefs/sars-cov-2-transmission.html>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CHAABANE, Sonia *et al.* The Impact of COVID-19 School Closure on Child and Adolescent Health: A Rapid Systematic Review. **Children**, v. 8, p. 415. 2021

CHILE. **Evaluación de Impacto De Los Programas De Alimentación De La Junaeb, Del Ministerio de Educación - Resumen Ejecutivo**. Santiago, 2013. Disponível em: [https://www.dipres.gob.cl/597/articles-141189\\_r\\_ejecutivo\\_institucional.pdf](https://www.dipres.gob.cl/597/articles-141189_r_ejecutivo_institucional.pdf). Acesso em: 15 ago. 2022.

CHILE. **Programa de Alimentación Escolar (PAE)**. 2023. Disponível em: <https://www.chileatiende.gob.cl/fichas/2095-programa-de-alimentacion-escolar-pae#:~:text=Descripci%C3%B3n,de%20ausentismo%20y%20deserci%C3%B3n%20escolar..> Acesso em jul. 2023.

COLÔMBIA. **RESOLUCIÓN N° 29452**. *Por la cual se expiden los Lineamientos Técnicos -Administrativos, los Estándares y las Condiciones Mínimas del Programa de Alimentación Escolar -PAE y se derogan las disposiciones anteriores*. República da Colômbia, Ministério da Educação Nacional, 2017.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama Social da América Latina, 2016**. Santiago, Chile: 2016. 42 p. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41738/1/S1700509\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41738/1/S1700509_pt.pdf). Acesso em: 15 abr. 2022.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL).

**División de Población.** CEPALSTAT: Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas. 2019a.

Disponível em: <<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?lang=es>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL).

**División de Superficie del país.** CEPALSTAT: Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas.

2019b. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?lang=es>. Acesso em: 15 abr. 2022.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL).

**Población total, según sexo.** CEPALSTAT: Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas.

2023. Disponível em: <<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?lang=es>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Sobre.**

Chile. 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/sobre>. Acesso em: 06 jun. 2022.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL).

**Balanzo Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe, 2020.** Santiago, 2021a.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL).

**Panorama Social da América Latina, 2020.** Santiago, 2021b.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL).

**Población en situación de pobreza extrema y pobreza según edad, sexo y área geográfica.**

CEPALSTAT: Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas. 2022a. Disponível em: [https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator\\_id=3289&area\\_id=931&lang=es](https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator_id=3289&area_id=931&lang=es). Acesso em: 15 ago 2022.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL).

**Panorama Social da América Latina, 2021.** Resumo executivo (LC/PUB.2021/18), Santiago, 2022b.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL).

**Balanzo Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe, 2021.** Santiago, 2022c.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Anuario**

**Estadístico de América Latina y el Caribe, 2021.** Santiago, 2022d. E-book. ISBN: 978-92-1-005574-1.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL);

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A

AGRICULTURA (FAO). **Cómo evitar que la crisis del COVID-19 se transforme en una**

**crisis alimentaria:** Acciones urgentes contra el hambre en América Latina y el Caribe.

América Latina y el Caribe, jun, 2020a. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45702/S2000393\\_es.pdf?sequence=4&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45702/S2000393_es.pdf?sequence=4&isAllowed=y). Acesso em: 14 abr. 2022.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Análisis y respuestas de América Latina y el Caribe ante los efectos de COVID-19 en los sistemas alimentarios N° 1**. Abr, 2020b. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45521/ca8677\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45521/ca8677_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 14 abr. 2022.

COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS (CELAC). **Celac**. México. 2011. Disponível em: <https://celacinternational.org/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

COLÔMBIA. **Resolución No. 00335 del 23 de Diciembre de 2021**. Por la cual se expiden los Lineamientos Técnicos – Administrativos, los Estándares y las Condiciones Mínimas del Programa de Alimentación Escolar – PAE. Colômbia: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.alimentosparaaprender.gov.co/normatividad/resolucion-no-335-del-23-de-diciembre-de-2021>. Acesso em: 15 ago. 2022.

COLÓN-RAMOS, Uriyoán. *et al.* Lessons Learned for Emergency Feeding During Modifications to 11 School Feeding Programs in Latin America and the Caribbean During the COVID-19 Pandemic. **Food Nutr. Bull.**, v.43, n.1, p.84-103, mar. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34894790/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

CORDEIRO, Luciana; SOARES, Cassia Baldini. Revisão de escopo: potencialidades para a síntese de metodologias utilizadas em pesquisa primária qualitativa. **BIS. Boletim Do Instituto De Saúde**, v. 20(2), p. 37–43. 2020.

CORRÊA, Elizabeth Nappi *et al.* School feeding in Covid-19 times: mapping of public policy execution strategies by state administration. **Revista de Nutrição**, v. 33. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/ChKdfTj4nL45dpXtPsKSNsP/#>. Acesso em: 14 abr. 2022.

COSTA RICA. **Ley No. 5662**. Ley de Desarrollo Social y Asignaciones Familiares. Asamblea Legislativa da República da Costa Rica, 1974.

COSTA RICA. **Programa de Alimentación y Nutrición del Escolar y Adolescente (PANEA)**, Costa Rica. 17 abr. 2017. Ministério De Educação Pública (MEP). Apresentação do power point no Seminário Internacional: La Alimentación Escolar como estrategia para el alcance de los ODS. Disponível em: <https://es.slideshare.net/FAOoftheUN/programa-de-alimentacin-y-nutricin-del-escolar-y-adolescente-panea-costa-rica>. Acesso em: 18 out. 2023.

CRODA, Julio Henrique Rosa; GARCIA, Leila Posenato. Resposta imediata da Vigilância em Saúde à epidemia da COVID-19. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 29, n.1, mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000100021>. Acesso em: 07 jul. 2022.

CUPERTINO, Alessandra *et al.* School Feeding Programs: What Happens Globally?. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, vol. 19, fev. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35206451/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

DANNENBERG, Peter *et al.* Digital Transition by COVID-19 Pandemic? The German Food Online Retail. **Journal of Economic and Social Geography**, jun. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32836487/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

DUNN, Caroline G. *et al.* Feeding Low-Income Children during the COVID-19 Pandemic. **New England Journal of Medicine**, v. 382, abr. 2020. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMp2005638>. Acesso em: 27 jul. 2022.

DRAKE, Lesley *et al.* **Global school feeding sourcebook: lessons from 14 countries**. Imperial College Press, 2016. Ebook. ISBN: 978-1-78326-912-9.

EL SALVADOR. **Programa de Alimentación y Salud Escolar**. Ministério da Educação, 2022. Disponível em: <https://www.mined.gov.sv/2022/02/15/descripcion-del-programa/>. Acesso em 13 ago. 2022.

ELSAHORYI, Nour *et al.* Effect of Covid-19 on food security: A cross-sectional survey. **Clinical Nutrition ESPEN**, v. 40, p. 171-178, dez. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33183533/#:~:text=23.1%25%20of%20the%20total%20participants,%2C%2040.7%25%20were%20food%20secure>. Acesso em: 14 abr. 2022.

EQUADOR. **Evaluación de impactos del programa de alimentación escolar**. Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://educacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2019/02/Evaluacion-impacto-PAE.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

ER, Mert. **School feeding at home**. 2020. Disponível em: <https://insight.wfp.org/school-feeding-at-home-95ff24a2c78>. Acesso em: 27 jul. 2022.

ESCOBAR, Marianela Zúñiga *et al.* Abastecimiento de alimentos de la agricultura familiar en la alimentación escolar durante la pandemia por COVID-19: desafíos y reflexiones a partir de una experiencia local en Costa Rica. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v.15, n.01, p. 196-220, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/raf.v15i1.9958>. Acesso em: 30 jul. 2023.

FERRANTE, Gianluigi *et al.* Did social isolation during the SARS-CoV-2 epidemic have an impact on the lifestyles of citizens? **Epidemiol Prev.**, v. 44, p. 353-362, set/dec. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33412829/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FIAN-BRASIL; FÓRUM BRASILEIRO DE SOBERIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (FBSSAN). **Programa Nacional de Alimentação Escolar: diretrizes e exigibilidade em tempos de pandemia**. Brasília, 2021. Ebook. ISBN 978-65-88708-15-6.



FIGUEIREDO, Nicole. **A inserção do Programa Desayunos Escolares como política pública alimentar no México**. Brasil, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, 2022. ISSN: 2358-1379.

FIAN INTERNATIONAL. **About us**. 2023. Disponível em: <https://www.fian.org/en/fian-international/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

FONDO DE DESAROLLO SOCIAL Y ASIGNACIONES FAMILIARES (FODESAF). **Diseño del Plan Presupuesto Programa de Alimentación y Nutrición del Escolar y Adolescente (PANEA)**. Ministério de Educação Pública, 2022. Disponível em: s. Acesso em: 14 ago. 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Tudo o que você precisa saber sobre como lavar as mãos para se proteger contra o coronavírus**. 2020a. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historias/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-como-lavar-maos-para-se-protoger-contr-o-coronavirus>. Acesso em: 10 jul. 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Educación en pausa: Una generación de niños y niñas en América Latina y el Caribe está perdiendo la escolarización debido al COVID-19**. Panamá, 2020b. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/media/18251/file/Educacion-en-pausa-web-1107.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Press Release**. 2022a. Disponível em: <https://www.unicef.org/press-releases/23-countries-yet-fully-reopen-schools-education-risks-becoming-greatest-divider>. Acesso em: 10 mar. 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **What we do**. Estados Unidos. 2022b. Disponível em: <https://www.unicef.org/what-we-do>. Acesso em: 06 jun. 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Covid-19: Perguntas frequentes** - Dicas e orientações para proteger sua família durante a pandemia de covid-19. 2022c. Disponível em: [tps://www.unicef.org/brazil/covid-19-perguntas-frequentes](https://www.unicef.org/brazil/covid-19-perguntas-frequentes). Acesso em: 10 jul. 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Where are we on education recovery?** Nova Iorque, 2022d. Ebook. ISBN: 978-92-806-5337-3.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Covid-19 and School Closures: One year of education disruption**. 2021. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/one-year-of-covid-19-and-school-closures/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

FUNDO INTERNACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA). **Os impactos da Covid-19 sobre os sistemas agroalimentares**: lições aprendidas na região semiárida do Nordeste do Brasil. Salvador: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, p.142, set. 2021.

FUNDO INTERNACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA). **About us**. Roma. 2022. Disponível em: <https://www.ifad.org/en/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

GAITÁN-ROSSI, Pablo *et al.* Food insecurity measurement and prevalence estimates during the COVID-19 pandemic in a repeated cross-sectional survey in Mexico. **Public Health Nutrition**, v. 24, p. 412-421, out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1368980020004000>. Acesso em: 22 jul. 2022.

GIACOMAN, C.; HERRERA, M. S.; AYALA-ARANCIBIA, P. Household food insecurity before and during the COVID-19 pandemic in Chile. **Public Health**, v. 198, p. 332–339, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.puhe.2021.07.032>. Acesso em: 22 jul. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Kenia. Seguridad alimentaria, comedores escolares y COVID-19. Reflexiones sobre el rol del nutricionista. **An Venez Nutr**, v.33, n.1, p. 80-90, 2020. Disponível em: [http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0798-07522020000100080&lng=es&nrm=iso](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-07522020000100080&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 18 ago. 2023.

GIRARDI, Mariana Werlang. **Programas de alimentação escolar na América Latina: análise comparativa do atendimento a povos indígenas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

GLOBAL CHILD NUTRITION FOUNDATION (GCNF). **School Meal Programs Around the World - Report Based on the Global Survey of School Meal Programs**. Estados Unidos, Washington, 2021. Disponível em: <https://survey.gcnf.org/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GOLBERSTEIN, Ezra; WEN, Hefei; MILLER, Benjamin F. Doença de coronavírus 2019 (COVID-19) e saúde mental para crianças e adolescentes. **JAMA Pediatra**, v. 174, p. 819-820, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2020.1456>. Acesso em: 15 jul. 2022.

GUATEMALA. **Decreto Número 16-2017**. Ley De Alimentación Escolar. Congresso da República de Guatemala, 2017. Disponível em: [https://www.mineduc.gob.gt/portal/contenido/menu\\_lateral/programas/seminario/documents/2020/DECRETO-16-2017.pdf](https://www.mineduc.gob.gt/portal/contenido/menu_lateral/programas/seminario/documents/2020/DECRETO-16-2017.pdf). Acesso em 12 ago. 2022.

GURGEL, Aline do Monte *et al.* Government strategies to ensure the human right to adequate and healthy food facing the Covid-19 pandemic in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n.12, p. 4945-4956, 2020. Disponível em: DOI: 10.1590/1413-812320202512.33912020. Acesso em: 05 jul. 2023.

INSTITUTO DE ESTATÍSTICA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO-UIS). **COVID-19 Education Response. 2022**. Disponível em: <https://covid19.uis.unesco.org/global-monitoring-school-closures-covid19/regional-dashboard/>. Acesso em: 26 jul. 2022.

JAIN, Nityanand *et al.* The global response: How cities and provinces around the globe tackled Covid-19 outbreaks in 2021. **The Lancet**, jul. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.lansea.2022.100031>. Acesso em: 10 jul. 2022.

JACKSON, Charlotte *et al.* School closures and influenza: systematic review of epidemiological studies. **BMJ Open**, v. 3, fev. 2013. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3586057/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

JIANG, Xiaoyu *et al.* Global Food Security under COVID-19: Comparison and Enlightenment of Policy Responses in Different Countries. **Foods**, v. 10, nov. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34829131/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

KENT, Katherine *et al.* Prevalence and Socio-Demographic Predictors of Food Insecurity in Australia during the COVID-19 Pandemic. **Nutrients**, v. 12, set. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32887422/>. Acesso em: 3 ago. 2022.

KNUTH, Lidija; VIDAR, Margret. **Constitutional and legal protection of the right to food around the world**. FAO. Roma, 2011. E-ISBN 978-92-5-106765-9.

LOURENÇO, Ana Eliza Port *et al.* School Feeding and Food and Nutrition Security in the Context of the Covid-19 Pandemic in the Northern Region of the State of Rio de Janeiro, Brazil. **Food Ethics**, v. 6, n. 2, jun. 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8211533/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

MANFRE, Vanessa. **Alimentação escolar e DHANA: uma entrevista com a FIAN Brasil**. Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, 2021. Disponível em: <https://alimentacaosaudavel.org.br/blog/direito-humano-a-alimentacao-e-nutricao-adequadas-e-alimentacao-escolar-uma-entrevista-com-a-fian-brasil/9185/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MARDONES, Fernando O. *et al.* The COVID-19 Pandemic and Global Food Security. **Frontiers in Veterinary Science**, vol. 7, nov. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33240957/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MÉXICO. **Acciones y Programas**. 2020. Disponível em: <https://www.gob.mx/difnacional/acciones-y-programas/desayunos-escolares-calientes>. Acesso em: 01 ago. 2022.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA EDUCACIÓN. **Venezuela - Programa de Alimentación Escolar (PAE)**. 2015. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/bdnp/3349/programa-alimentacion-escolar>. Acesso em: 01 ago. 2022.

MINUSSI, Bianca Baptisti, *et al.* Grupos de risco do COVID-19: a possível relação entre o acometimento de adultos jovens “saudáveis” e a imunidade / COVID - 19 risk groups: the possible relationship between the impairment of healthy young adults and immunity. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, p. 3739 - 3762. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJHR/article/view/9303>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MONTEIRO, Carlos Augusto *et al.* A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 11, p. 2039-2049, nov. 2010.

MONTEIRO, Carlos Augusto *et al.* The star shines bright. **World Nutrition**, [s.l.], v. 7, n. 1-3, p. 28-38, jan-mar. 2016.

MOYANO, Daniela. Recomendaciones para los equipos que gestionan los comedores escolares en la emergencia sanitaria de COVID-19 en Argentina. **Revista de la Sociedad Latinoamericana de Nutrición**, v. 70, n.3, 2020. Disponible em: Doi: 10.37527.2020.70.3.007. Acceso em: 11 ago. 2023.

MUCINHATO, Raísa Moreira Dardaqué *et al.* Inocuidad y calidad del agua y alimentación escolar: enfoques en América Latina y el Caribe. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 46, p. 28. 2022. Disponible em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55912>. Acceso em: 16 jun. 2022.

MUSIC, Janet *et al.* Telecommuting and food E-commerce: Socially sustainable practices during the COVID-19 pandemic in Canada. **Transportation Research Interdisciplinary Perspectives**, v. 13, mar. 2022. Disponible em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35128387/>. Acceso em: 19 jul. 2022.

NAÇÕES UNIDAS (NU). **World Population Prospects 2022: Summary of Results**. Nova Iorque: 2022. Ebook. ISBN 978-92-1-148373-4.

NAÇÕES UNIDAS (NU). **Policy Brief: Education during COVID-19 and beyond**. Nova Iorque, 2020. Disponible em: [https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/08/sg\\_policy\\_brief\\_covid-19\\_and\\_education\\_august\\_2020.pdf](https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/08/sg_policy_brief_covid-19_and_education_august_2020.pdf). Acceso em: 27 jul. 2022.

NECHIFOR, Victor *et al.* Food security and welfare changes under COVID-19 in Sub-Saharan Africa: Impacts and responses in Kenya. **Global Food Security**, v. 28, mar. 2021. Disponible em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33738191/>. Acceso em: 3 ago. 2022.

NICARÁGUA. **Programa Integral de Nutrición Escolar (PINE)**. Manágua: Ministerio de Educación República de Nicaragua, 2022. Disponible em: <https://www.mined.gob.ni/programa-integral-de-nutricion-escolar/>. Acceso em: 01 ago. 2022.

NILES, Meredith T. *et al.* The Early Food Insecurity Impacts of COVID-19. **Nutrients**, v. 12, jul. 2020. Disponible em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32679788/>. Acceso em: 19 jul. 2022.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). **STATUS OF RATIFICATION INTERACTIVE DASHBOARD**. 2023. Disponible em: <https://indicators.ohchr.org/>. Acceso em: 24 nov. 2023.

O'HARA, Sabine; TOUSSAINT, Etienne C. Food access in crisis: Food security and COVID-19. **Ecological Economics**, v. 180, fev. 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921800920312179>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/spanish>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Nova Iorque, 1966. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/09/PIDESC.pdf>. Acesso em 10 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos/ONU. Comentário Geral número 12: O direito humano à alimentação (art.11)**. 1999. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuaacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/alimentacao-adequada/Comentario%20Geral%20No%2012.pdf>. Acesso em 30 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). Directrices Voluntarias en apoyo de la realización progresiva del derecho a una alimentación adecuada en el contexto de la seguridad alimentaria nacional. Roma, 2005. Disponível em <https://www.fao.org/3/y7937s/y7937s.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). Good Food Security Governance: The Crucial Premise to the Twin-Track Approach - Background paper. **Workshop da ESA, Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)**, 5 a 7 de dezembro de 2011. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Alimentación escolar y las posibilidades de compra directa de la agricultura familiar estudio de caso en ocho países**. 2013. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/1041702/>. Acesso em: 18 mai. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **COVID-19 and the risk to food supply chains: How to respond?** Roma. 2020a. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/ca8388en>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Fapda - Food And Agriculture Policy Decision Analysis Tool**. 2020b. Disponível em: <http://fapda.apps.fao.org/fapda/#main.html>. Acesso em: 02 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **About FAO**. 2022a. Disponível em: <https://www.fao.org/about/en/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **The Food Insecurity Experience Scale**. Roma. 2022b. Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/voices-of-the-hungry/fies/en/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO**. 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/proyectos/consolidacao-alimentacao-escolar/rede-alimentacao-escolar-raes/pt/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO), FUNDO INTERNACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA), ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS), PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA) e FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe 2020 – Segurança alimentar e nutricional para os territórios mais atrasados - versão resumida**. Santiago, 2021. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/53264>. Acesso em: 16 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO); Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). **Seguridad Alimentaria bajo la Pandemia de COVID-19**. Santiago, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/ca8873es>. Acesso em: 01 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO); COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Análisis y respuestas de América Latina y el Caribe ante los efectos del COVID-19 en los sistemas alimentarios**. Boletim N.1. Maio, 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45521-analisis-respuestas-america-latina-caribe-efectos-covid-19-sistemas-alimentarios>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO), FUNDO INTERNACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA), ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS), PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA) e FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). 2023. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2023. Urbanización, transformación de los sistemas agroalimentarios y dietas saludables a lo largo del continuo rural-urbano**. Roma, FAO. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc3017es>. Acesso em: 03 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO), ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS); FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF); PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA). **Joint Statement on Nutrition in the context of the COVID-19 pandemic Latin America and the Caribbean - February 2021**. Mar, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/en/documents/joint-statement-nutrition-context-covid-19-pandemic-latin-america-and-caribbean-february>. Acesso em: 14 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **UNESCO in brief**. 2022. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/brief>. Acesso em: 06 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo - Tendencias 2021**. Suíça, 2021. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_825200.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_825200.pdf). Acesso em 14 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Conheça a OIT**. 2022a. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 14 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **OIT Monitor, COVID-19 and the World of Work, Nine Edition**. 2022b. Disponível em: [https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS\\_845642/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_845642/lang--en/index.htm). Acesso em 14 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Emergencies: International health regulations and emergency committees**. 2019. Disponível em: <https://www.who.int/es/news-room/questions-and-answers/item/what-are-the-international-health-regulations-and-emergency-committees>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Novel Coronavirus (2019-nCoV) - SITUATION REPORT - 1**. 2020a. Disponível em: [https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200121-sitrep-1-2019-ncov.pdf?sfvrsn=20a99c10\\_4](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200121-sitrep-1-2019-ncov.pdf?sfvrsn=20a99c10_4). Acesso em 07 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Infection prevention and control during health care when novel coronavirus (nCoV) infection is suspected**. 2020b. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/10665-331495>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard**. 2022a. Disponível em: <https://covid19.who.int/> Acesso em: 06 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Infection prevention and control in the context of coronavirus disease (COVID-19): A living guideline**. 2022b. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-ipc-guideline-2022.1>. Acesso em: 07 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **COVID-19 vaccines**. 2022d. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/covid-19-vaccines>. Acesso em: 14 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard**. 2023. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 17 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) *et al.* **The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI):** Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Roma, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc0639en>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Histórico da pandemia de Covid-19.** 2020a. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Prevenção e controle de infecção durante os cuidados de saúde quando houver suspeita de infecção pelo novo coronavírus (nCoV).** 2020b. Disponível em: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51910/9789275722039\\_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51910/9789275722039_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 10 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Orientação sobre o uso de máscaras no contexto da COVID-19.** 2020c. Disponível em: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52254/OPASWBRACOVID-1920071\\_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52254/OPASWBRACOVID-1920071_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 10 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Orientação sobre o uso de máscaras por crianças na comunidade no contexto da COVID-19.** 2020d. Disponível em: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52704/OPASWBRACOVID-1920111\\_por.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52704/OPASWBRACOVID-1920111_por.pdf?sequence=5&isAllowed=y). Acesso em: 10 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Perguntas e respostas: Qual é a posição da OMS sobre os "lockdowns" como forma de combater a COVID-19?** 2020e. Disponível em: [https://www.paho.org/pt/covid19?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=Cj0KCQjw8amWBhCYARIsADqZJoW\\_TfqK8Hv\\_Hxd9oBCXNqBqRhdlImM5DthEcGsyZBw0YcJkn1c4E2MaAr68EALw\\_wcB](https://www.paho.org/pt/covid19?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=Cj0KCQjw8amWBhCYARIsADqZJoW_TfqK8Hv_Hxd9oBCXNqBqRhdlImM5DthEcGsyZBw0YcJkn1c4E2MaAr68EALw_wcB). Acesso em: 10 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Perguntas e respostas: Como o vírus responsável pela COVID-19 se espalha?** 2021a. Disponível em: [https://www.paho.org/pt/covid19?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=Cj0KCQjw8amWBhCYARIsADqZJoW\\_TfqK8Hv\\_Hxd9oBCXNqBqRhdlImM5DthEcGsyZBw0YcJkn1c4E2MaAr68EALw\\_wcB](https://www.paho.org/pt/covid19?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=Cj0KCQjw8amWBhCYARIsADqZJoW_TfqK8Hv_Hxd9oBCXNqBqRhdlImM5DthEcGsyZBw0YcJkn1c4E2MaAr68EALw_wcB). Acesso em: 10 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Recomendações da OMS sobre o uso de máscaras por profissionais de saúde, em vista da variante de preocupação Ômicron.** 2021b. Disponível em: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/55578/OPASWBRAPEHCOVID-19220003\\_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/55578/OPASWBRAPEHCOVID-19220003_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 10 jul. 2022.



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **OMS valida 11ª vacina contra COVID-19 para lista de uso emergencial.** 2022a. Disponível em: [https://www.paho.org/pt/noticias/19-5-2022-oms-valida-11a-vacina-contra-covid-19-para-lista-uso-emergencial#:~:text=OMS%20valida%2011%C2%AA%20vacina%20contra%20COVID%2D19%20para%20lista%20de%20uso%20emergencial,-19%20Maio%202022&text=19%20de%20maio%20de%202022,de%20uso%20emergencial%20\(EUL\)](https://www.paho.org/pt/noticias/19-5-2022-oms-valida-11a-vacina-contra-covid-19-para-lista-uso-emergencial#:~:text=OMS%20valida%2011%C2%AA%20vacina%20contra%20COVID%2D19%20para%20lista%20de%20uso%20emergencial,-19%20Maio%202022&text=19%20de%20maio%20de%202022,de%20uso%20emergencial%20(EUL).). Acesso em: 12 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **La COVID-19 se estabiliza en las Américas, pero los países deben permanecer vigilantes y gestionar otras emergencias.** 2022b. Disponível em: <https://www.paho.org/es/noticias/27-7-2022-covid-19-se-estabiliza-americas-pero-paises-deben-permanecer-vigilantes>. Acesso em: 12 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Quem somos.** Estados Unidos da América, 2022a. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/quem-somos>. Acesso em: 06 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **COVID-19 Situation Report n.80 (31 July 2022).** 2022b. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/56308>. Acesso em: 01 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Geo-Hub COVID-19 - Information System for the Region of the Americas.** 2022c. Disponível em: <https://paho-covid19-response-who.hub.arcgis.com/>. Acesso em: 8 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Geo-Hub COVID-19 - Information System for the Region of the Americas.** 2023a. Disponível em: <https://paho-covid19-response-who.hub.arcgis.com/>. Acesso em: 4 mai. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19.** 2023b. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 5 mai. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Transformar cada escola em uma escola promotora de saúde: Padrões e indicadores globais.** Washington, 2022. Ebook. ISBN: 978-92-75-72512-2.

OXFORD ACADEMIC. **Nutrition Reviews.** 2023. Disponível em: <https://academic.oup.com/nutritionreviews>. Acesso em: 11 mai. 2023.

PALOMO, Nurth *et al.* **Protección social y respuesta al COVID-19 en América Latina y el Caribe: Innovaciones en los sistemas de registro y pago.** Brasília e Cidade do Panamá, 2022. Ebook. ISSN: 2526-0499.

PANAMÁ. **Ley 35/1995**. Por la cual se establece El Programa de Distribucion Del Vaso De Leche y La Galleta Nutricional o Cremas Nutritivas Enriquecidas, en todos los Centros Oficiales de Educacion Prescolar y Primaria del Pais. República do Panamá, 1995. Disponível em: <https://docs.panama.justia.com/federales/leyes/35-de-1995-jul-11-1995.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2022.

PANAMÁ. **Ley nº 115/2019**. Que crea el Programa Estudiar Sin Hambre y modifica la Ley 35 de 1995, sobre el programa de distribucion del vaso de leche y la galleta nutricional o cremas nutritivas enriquecidas. Ministério da Educação. República do Panamá, 2019. Disponível em: [https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/11227.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/11227.pdf). Acesso em: 01 ago. 2023.

PARAGUAI. **PROGRAMA ALIMENTACIÓN ESCOLAR DEL PARAGUAY - PAEP**. Ministério da Educação e Ciências, 2021. Disponível em: [https://www.gabinetesocial.gov.py/archivos/documentos/Evaluacion-PAEP-FINAL\\_qr9vai7o.pdf](https://www.gabinetesocial.gov.py/archivos/documentos/Evaluacion-PAEP-FINAL_qr9vai7o.pdf). Acesso em: 01 ago. 2022.

PARAGUAI. **Decreto 6939**. Por el cual se deroga el Decreto n.º 3456/2020 «por el cual se declara estado de emergencia sanitaria en todo el territorio nacional para el control del cumplimiento de las medidas sanitarias dispuestas en la implementación de las acciones preventivas ante el riesgo de expansión del coronavirus (covid-19)», y el Decreto n.º 3442/2020 «por el cual se dispone la implementación de acciones preventivas ante el riesgo de expansión de coronavirus (covid-19) al territorio nacional». Assunção: Presidência da República, 2022. Disponível em: <https://www.mspbs.gov.py/decretos-covid19.html>. Acesso em: 07 jul. 2022.

PARAGUAI. **Ley Nº 5210/2014 de Alimentación Escolar y Control Sanitario El Congreso de la Nación Paraguaya Sanciona Con Fuerza De Ley**. Poder Legislativo, 2014. Disponível em: <https://bacn.gov.py/archivos/4636/20160330123413.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

PARNHAM, J.C et al. Half of children entitled to free school meals did not have access to the scheme during COVID-19 lockdown in the UK. **Public Health**, Londres, v.187, p. 161-164. 2020.

PEREIRA, Alessandra da Silva *et al.* Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n.8, p.63268 - 63282, ago. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/15842/13001>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PERU. **Decreto Supremo Nº 008-2012-MIDIS/2012**. Crea Programa Nacional de Alimentación Escolar Qali Warma. Poder Ejecutivo, 2012. Disponível em: [https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/siteal\\_peru\\_0160.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_peru_0160.pdf). Acesso em: 01 ago. 2022.

PETERS, Micah D.J *et al.* Chapter 11: Scoping Reviews (2020 version). In: Aromataris E, Munn Z (Editors). **JBI Manual for Evidence Synthesis**, JBI, 2020. Disponível em: <https://synthesismanual.jbi.global>. Acesso em: 01 fev. 2023.

PIAZZA, Camila di Ferrari; PEREGO, Viviana; KENNEDY, Katie. **Leveraging technology to support Guatemala's food chain during COVID-19**. World Bank Blogs. 2020. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/latinamerica/leveraging-technology-support-guatemalas-food-chain-during-covid-19>. Acesso em: 27 jul. 2022.

PIRES, Roberto Rocha C. **Nota Técnica nº 33: Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da Covid-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública**. Brasília: IPEA, abr. 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200408\\_notat\\_tecnica\\_diest.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200408_notat_tecnica_diest.pdf). Acesso em: 14 abr. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2020**. 2020. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2020overviewportuguese.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA). **El Estado de la Alimentación Escolar a Nivel Mundial 2013**. Luchando contra el hambre en el mundo. Roma, 2013. Disponível em: <https://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/communications/wfp262185.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2022.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA). **Honduras, Decentralization of the National School Feeding Programme (2016-2019): Evaluation**. Roma, 2020. Disponível em: <https://www.wfp.org/publications/honduras-decentralization-national-school-feeding-programme-2016-2019-evaluation>. Acesso em: 01 ago. 2022.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA). **State of School Feeding Worldwide 2020**. Roma, 2021a. Ebook. ISBN 978-92-95050-11-2.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA). **Programas de asistencia social y respuesta al COVID-19 en países de América Latina y el Caribe con presencia de WFP**. 2021b. Disponível em: [https://dds.cepal.org/observatorio/socialcovid19/docs/WFP\\_PMA\\_Programas%20de%20asistencia%20social%20y%20respuesta%20al%20COVID-19%20en%20países%20de%20ALC\\_05052020.pdf](https://dds.cepal.org/observatorio/socialcovid19/docs/WFP_PMA_Programas%20de%20asistencia%20social%20y%20respuesta%20al%20COVID-19%20en%20países%20de%20ALC_05052020.pdf). Acesso em: 08 jul. 2023.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA). **Global Monitoring of School Meals During COVID-19 School Closures**. Roma, 2022a. Disponível em: <https://cdn.wfp.org/2020/school-feeding-map/index.html>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA). **Who we are**. Roma, 2022b. Disponível em: <https://www.wfp.org/who-we-are>. Acesso em: 06 jun. 2022.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA). **School Feeding**. Roma, 2022c. Disponível em: <https://www.wfp.org/school-meals>. Acesso em: 01 ago. 2022.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA). **Evaluation of WFP's Response to the COVID-19 Pandemic**. Roma, 2022d. Disponível em: <https://www.wfp.org/publications/evaluation-wfps-response-covid-19-pandemic>. Acesso em: 01 ago. 2022.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA); AMERICA LATINA-RED DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR (LA-RAE). **Smart School Meals Nutrition-Sensitive National Programmes in Latin America and the Caribbean: A Review of 16 Countries**. 2017. Disponível em: <https://www.wfp.org/publications/smart-school-meals-nutrition-sensitive-national-programmes-latin-america-and-caribbean>. Acesso em: 15 ago. 2022.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO); FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Mitigating the effects of the COVID-19 pandemic on food and nutrition of schoolchildren - interim guidance note**. 2020. Disponível em: <https://www.wfp.org/publications/mitigating-effects-covid-19-pandemic-food-and-nutrition-schoolchildren>. Acesso em: 01 abr. 2022.

REARDON, Thomas *et al.* "Pivoting" by food industry firms to cope with COVID-19 in developing regions: E-commerce and "copivoting" delivery intermediaries. **Agricultural Economics**, Amsterdam, Netherlands, vol. 52, 459-475, maio, 2021. Disponível em: doi:10.1111/agec.12631. Acesso em: 19 jul. 2022.

REDE-PENSSAN. **II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo, 2022. Ebook. ISBN 978-65-87504-50-6.

REIS, Ana Carla Bittencourt *et al.* Brazilian school feeding during the COVID-19 pandemic. **SciELO Preprints**. 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/791>. Acesso em: 29 jul. 2022.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássio *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência e saúde coletiva**, v.25, n.9, p.3421-30, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>. Acesso em: 05 jul. 2023.

ROCHA, Nayara Cortês. **Curso Básico de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas - Módulo I: Histórico e conceito do Dhana**. 1. ed. Brasília, DF: FIAN Brasil, 2021.

RODRIGUES *et al.* Home food in security during the suspension of classes in Brazilian public schools due to the COVID-19 pandemic. **Nutrition**, v. 93, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.nut.2021.111448>. Acesso em: 07 ago. 2023.

RODRIGUEZ-MORALES, Afonso J. et al. COVID-19 in Latin America: The implications of the first confirmed case in Brazil. **Travel Medicine and Infectious Disease**, v.35, fev. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7129040/>. Acesso em: 07 jul. 2022.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

RUBIO, Monica *et al.* **Protección social y respuesta al COVID-19 en América Latina y el Caribe II Edición: Asistencia Social**. Panamá, 2020a.

RUBIO, Monica *et al.* **Protección social y respuesta al COVID-19 en América Latina y el Caribe III Edición: SEGURIDAD SOCIAL Y MERCADO LABORAL**. Panamá, 2020b.

SILVA, João Ricardo Azevedo *et al.* COVID-19 em pediatria: um panorama entre incidência e mortalidade. **Residência Pediátrica**, jul. 2020. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/residenciapediatrica.com.br/pdf/rp280121a11.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2022.

SILVA, José Graziano da *et al.* **Sistemas alimentarios en América Latina y el Caribe - Desafíos en un escenario pospandemia**. Panamá: FAO e CIDES. 2021. Ebook. 978-92-5-134646-4.

SOARES, Sônia. Análise do direito humano à alimentação adequada. **Revista de Direito Sanitário**, v. 19, n. 2, p. 36-54, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/152569>. Acesso em: 30 jul. 2022.

SPERANDIO, Naiara; MORAIS, Dayane de Castro. Alimentação escolar no contexto de pandemia: a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 28, p. 1-11. 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661396>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SPERLING, Louise. Seed security response during COVID-19: Building on evidence and orienting to the future. **Food Security**, v. 12, p. 885-889, jul. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32837659/>. Acesso em: 3 ago. 2022.

TAN, Wengie *et al.* A Novel Coronavirus Genome Identified in a Cluster of Pneumonia Cases - Wuhan, China 2019-2020. **China CDC Weekly**, v. 2, p. 61-62. 2020. Disponível em: <https://weekly.chinacdc.cn/en/article/id/a3907201-f64f-4154-a19e-4253b453d10c>. Acesso em: 07 jul. 2022.

TANGA, Suqin *et al.* Mental health and its correlates among children and adolescents during COVID-19 school closure: The importance of parent-child discussion. **Journal of Affective Disorders**, v. 279, p. 353-360. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33099049/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

TRICCO, Andrea C. *et al.* PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. **Annals Of Internal Medicine**, [S.L.], v. 169, n. 7, p. 467-473, 2 out. 2018. American College of Physicians. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7326/m18-0850>. Acesso em: 13 fev. 2023.

UDMALE, Parmeshwar *et al.* Global food security in the context of COVID-19: A scenario-based exploratory analysis. **Progress in Disaster Science**, vol. 7, jul. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7374119/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Biblioteca Universitária**. Tutorial de formatação de trabalhos acadêmicos A4 utilizando o WORD. Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198045>. Acesso em: 15 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Resolução Normativa nº 46/2019/CPG**. Dispõe sobre os procedimentos para elaboração e depósito dos trabalhos de conclusão de curso em nível de mestrado e de doutorado na Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/197121/RN46.2019.pdf?sequence=3>. Acesso em: 15 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar de Santa Catarina**. 2022. Disponível em: <https://cecanesc.paginas.ufsc.br/pagina-exemplo/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

URUGUAI. **Programa de Alimentación Escolar**. Ministério do Desenvolvimento Social, 2021. Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/node/8887>. Acesso em: 01 ago. 2022.

URUGUAI. **Decreto 106/022**. Montevideo: Presidência da República, 2022. Disponível em: <https://www.gub.uy/sistema-nacional-emergencias/comunicacion/noticias/fin-emergencia-nacional-sanitaria>. Acesso em: 07 jul. 2022.

VALADARES, Alexandre Arbex *et al.* Agricultura Familiar e Abastecimento Alimentar no Contexto do Covid-19: Uma Abordagem das Ações Públicas Emergenciais. **Nota Técnica - Diretoria de Estudos e Políticas Sociais / Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 69, 2020.

VALENTE, Flavio Luiz Schieck. **Curso Básico de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas Módulo II: Exigibilidade e o Dhana**. 1. ed. Brasília, DF: FIAN Brasil, 2021.

VALENTE, Flavio Luiz Schieck. Towards the Full Realization of the Human Right to Adequate Food and Nutrition. **Development**, v. 57, p. 155–170, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/dev.2014.75>. Acesso em: 24 jan. 2023.

VELA-HERNÁNDEZ, Sandra P. *et al.* Implementación de un programa de alimentación escolar en una institución educativa durante la pandemia, Bogotá, 2021. **Rev. Salud Pública**,

v. 24, n.3, p.1-6, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rsap.v24n3.97562>. Acesso em: 17 jul. 2023.

WANG, Guanghai *et al.* Mitigate the effects of home confinement on children during the COVID-19 outbreak. **The Lancet**, v. 395, p. 945-947, mar. 2020. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30547-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30547-X). Acesso em: 15 jul. 2022.

WEIL, Jael Goldsmith; OLIVARES, Florencia G. Programa de Alimentación Escolar en Pandemia: Chile 2020, aprendizajes para un proceso constituyente. **RIVAR (Santiago)**, v.10, n. 28, p.142-159, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.35588/rivar.v10i28.5404>. Acesso em: 18 jun. 2023.

WU, Joseph T. *et al.* School closure and mitigation of pandemic (H1N1) 2009, Hong Kong. **Emerging Infectious Diseases**, v. 16, mar. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.3201/eid1603.091216>. Acesso em: 27 jul. 2022.

ZIMMERMANN, Silvia Aparecida *et al.* Desafíos y respuestas en la coordinación de políticas alimentarias en Brasil durante la pandemia de COVID-19. **Revista de Estudios Sociales**, v. 78, p.110-126, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/res78.2021.07>. Acesso em: 07 ago. 2023.

## APÊNDICES

APÊNDICE A – Endereços eletrônicos oficiais dos países membros da América Latina.

PAÍS	ENDEREÇO ELETRÔNICO OFICIAL
Argentina	<a href="https://www.argentina.gob.ar/">https://www.argentina.gob.ar/</a>
Bolívia	<a href="https://www.presidencia.gob.bo/">https://www.presidencia.gob.bo/</a>
Brasil	<a href="https://www.gov.br/pt-br">https://www.gov.br/pt-br</a>
Chile	<a href="https://www.gob.cl/">https://www.gob.cl/</a>
Colômbia	<a href="https://www.gov.co/">https://www.gov.co/</a>
Costa Rica	<a href="https://www.presidencia.go.cr/">https://www.presidencia.go.cr/</a>
Cuba	<a href="http://www.presidencia.gob.cu">www.presidencia.gob.cu</a>
Equador	<a href="https://www.presidencia.gob.ec/">https://www.presidencia.gob.ec/</a>
El Salvador	<a href="https://www.presidencia.gob.sv/">https://www.presidencia.gob.sv/</a>
Guatemala	<a href="https://guatemala.gob.gt/">https://guatemala.gob.gt/</a>
Haiti	<a href="https://menfp.gouv.ht/#/home">https://menfp.gouv.ht/#/home</a>
Honduras	<a href="http://presidencia.gob.hn/">http://presidencia.gob.hn/</a>
México	<a href="https://www.gob.mx/presidencia/">https://www.gob.mx/presidencia/</a>
Nicarágua	<a href="https://www.mined.gob.ni/programa-integral-de-nutricion-escolar/">https://www.mined.gob.ni/programa-integral-de-nutricion-escolar/</a>
Panamá	<a href="https://www.presidencia.gob.pa/">https://www.presidencia.gob.pa/</a>
Paraguai	<a href="https://www.mec.gov.py/cms/">https://www.mec.gov.py/cms/</a>
Peru	<a href="https://www.gob.pe/">https://www.gob.pe/</a>
República Dominicana	<a href="https://www.republicadominicana.org.br/gobierno/">https://www.republicadominicana.org.br/gobierno/</a>
Uruguai	<a href="https://www.gub.uy">https://www.gub.uy</a>
Venezuela	<a href="http://www.presidencia.gob.ve/">http://www.presidencia.gob.ve/</a>





## APÊNDICE C – Nota de Imprensa

## DISSERTAÇÃO DE MESTRADO REALIZA ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA AMÉRICA LATINA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

A pandemia de Covid-19 trouxe diversas implicações nos sistemas sanitário, social, econômico, educacional e alimentar. Prejudicou, sobretudo, crianças e adolescentes em idade escolar, visto que com o fechamento das escolas em 179 países, 90% da população global de estudantes foi afetada – sendo que 85 milhões faziam parte da América Latina e do Caribe.

Com isso, os impactos para esses estudantes foram associados à educação e a danos no desenvolvimento físico, psicológico e emocional. Ainda, impactou na interrupção ou precarização das refeições oferecidas diariamente, levando ao risco de problemas de saúde.

Sendo assim, com o intuito de dar continuidade aos programas de alimentação escolar (PAE) e assistir populações em vulnerabilidade social, cada nação respondeu aos desafios impostos pela pandemia a partir de condutas diferentes e de acordo com as suas particularidades.

Nesse contexto, a dissertação de mestrado da aluna Mariana Teresa Weinfurter, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a orientação da Profa. Dra. Cristine Garcia Gabriel e do Prof. Dr. Maurício Soares Leite, buscou analisar como foi a execução dos programas de alimentação escolar dos países da América Latina entre 2020 e 2022, com relação ao cumprimento do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA).

Os pesquisadores identificaram que, dos 20 países pertencentes à região, apenas três não permaneceram com os programas de alimentação escolar vigentes durante a pandemia de Covid-19 (Cuba, Haiti e Nicarágua). Nos demais países, diferentes estratégias foram adotadas para manter o funcionamento da alimentação escolar, adaptando-se na distribuição de: cestas de alimentos, oferta monetária (*voucher*/cartão), porção industrializada pronta para consumo e refeições preparadas na instituição de ensino.

Foi observado que 45% dos países atenderam aos mesmos beneficiários que faziam parte do programa anteriormente, enquanto 30% reduziram a acessibilidade a apenas uma parcela do público, normalmente para pessoas com escassez de recursos que se apresentavam

em vulnerabilidade social. Ainda, 55% dos países não especificaram se houve a oferta dos alimentos *in natura*, como maneira de observar a qualidade nutricional da alimentação escolar oferecida durante a pandemia.

Identificaram também que houve muitos desafios com relação à alimentação escolar, como a falta de oferta de alimentos da agricultura familiar, flutuação nos preços dos alimentos, dificuldade para logística de compra, atrasos no recebimento da alimentação, falta de orçamento para implementação do programa, produtos que chegaram estragados aos beneficiários, cestas incompletas, e os custos relacionados com a cozinha e a limpeza.

Assim, embora 17 países tenham dado continuidade a essas políticas públicas, os resultados sugerem que a heterogeneidade de respostas não foi capaz de garantir que o Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas fosse integralmente contemplado durante a pandemia.

Os pesquisadores esperam que os resultados desse estudo possam auxiliar gestores de diferentes esferas administrativas a priorizarem essas políticas públicas e, com isso, tenham repostas com maior prontidão e recursos adequados, mesmo em momentos de emergência, instabilidade e novas circunstâncias. E, ainda que a América Latina seja uma região social e economicamente desigual, nas próximas ocasiões, em caso de enfrentamento de novas situações de crise, todos os estudantes devem ter acesso à alimentação de forma igualitária, a fim de que o Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas seja efetivamente garantido e todos os beneficiários sejam contemplados.

#### **Contatos:**

Mestranda Mariana Teresa Weinfurter: [marianaweinfurter.nutri@gmail.com](mailto:marianaweinfurter.nutri@gmail.com)

Profa. Dra. Cristine Garcia Gabriel: [cristine.gabriel@ufsc.br](mailto:cristine.gabriel@ufsc.br)

Dr. Maurício Soares Leite: [mauricioleite@ufsc.br](mailto:mauricioleite@ufsc.br)

Programa de Pós-Graduação em Nutrição: [ppgn@contato.ufsc.br](mailto:ppgn@contato.ufsc.br)

## ANEXOS

## ANEXO A - Checklist PRISMA-ScR para a elaboração da Revisão de Escopo.

## Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR) Checklist

SECTION	ITEM	PRISMA-ScR CHECKLIST ITEM	REPORTED ON PAGE #
<b>TITLE</b>			
Title	1	Identify the report as a scoping review.	
<b>ABSTRACT</b>			
Structured summary	2	Provide a structured summary that includes (as applicable): background, objectives, eligibility criteria, sources of evidence, charting methods, results, and conclusions that relate to the review questions and objectives.	
<b>INTRODUCTION</b>			
Rationale	3	Describe the rationale for the review in the context of what is already known. Explain why the review questions/objectives lend themselves to a scoping review approach.	
Objectives	4	Provide an explicit statement of the questions and objectives being addressed with reference to their key elements (e.g., population or participants, concepts, and context) or other relevant key elements used to conceptualize the review questions and/or objectives.	
<b>METHODS</b>			
Protocol and registration	5	Indicate whether a review protocol exists; state if and where it can be accessed (e.g., a Web address); and if available, provide registration information, including the registration number.	
Eligibility criteria	6	Specify characteristics of the sources of evidence used as eligibility criteria (e.g., years considered, language, and publication status), and provide a rationale.	
Information sources*	7	Describe all information sources in the search (e.g., databases with dates of coverage and contact with authors to identify additional sources), as well as the date the most recent search was executed.	
Search	8	Present the full electronic search strategy for at least 1 database, including any limits used, such that it could be repeated.	
Selection of sources of evidence†	9	State the process for selecting sources of evidence (i.e., screening and eligibility) included in the scoping review.	
Data charting process‡	10	Describe the methods of charting data from the included sources of evidence (e.g., calibrated forms or forms that have been tested by the team before their use, and whether data charting was done independently or in duplicate) and any processes for obtaining and confirming data from investigators.	
Data items	11	List and define all variables for which data were sought and any assumptions and simplifications made.	
Critical appraisal of individual sources of evidence§	12	If done, provide a rationale for conducting a critical appraisal of included sources of evidence; describe the methods used and how this information was used in any data synthesis (if appropriate).	
Synthesis of results	13	Describe the methods of handling and summarizing the data that were charted.	



SECTION	ITEM	PRISMA-ScR CHECKLIST ITEM	REPORTED ON PAGE #
<b>RESULTS</b>			
Selection of sources of evidence	14	Give numbers of sources of evidence screened, assessed for eligibility, and included in the review, with reasons for exclusions at each stage, ideally using a flow diagram.	
Characteristics of sources of evidence	15	For each source of evidence, present characteristics for which data were charted and provide the citations.	
Critical appraisal within sources of evidence	16	If done, present data on critical appraisal of included sources of evidence (see item 12).	
Results of individual sources of evidence	17	For each included source of evidence, present the relevant data that were charted that relate to the review questions and objectives.	
Synthesis of results	18	Summarize and/or present the charting results as they relate to the review questions and objectives.	
<b>DISCUSSION</b>			
Summary of evidence	19	Summarize the main results (including an overview of concepts, themes, and types of evidence available), link to the review questions and objectives, and consider the relevance to key groups.	
Limitations	20	Discuss the limitations of the scoping review process.	
Conclusions	21	Provide a general interpretation of the results with respect to the review questions and objectives, as well as potential implications and/or next steps.	
<b>FUNDING</b>			
Funding	22	Describe sources of funding for the included sources of evidence, as well as sources of funding for the scoping review. Describe the role of the funders of the scoping review.	

JBI = Joanna Briggs Institute; PRISMA-ScR = Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews.

\* Where *sources of evidence* (see second footnote) are compiled from, such as bibliographic databases, social media platforms, and Web sites.

† A more inclusive/heterogeneous term used to account for the different types of evidence or data sources (e.g., quantitative and/or qualitative research, expert opinion, and policy documents) that may be eligible in a scoping review as opposed to only studies. This is not to be confused with *information sources* (see first footnote).

‡ The frameworks by Arksey and O'Malley (6) and Levac and colleagues (7) and the JBI guidance (4, 5) refer to the process of data extraction in a scoping review as data charting.

§ The process of systematically examining research evidence to assess its validity, results, and relevance before using it to inform a decision. This term is used for items 12 and 19 instead of "risk of bias" (which is more applicable to systematic reviews of interventions) to include and acknowledge the various sources of evidence that may be used in a scoping review (e.g., quantitative and/or qualitative research, expert opinion, and policy document).

From: Tricco AC, Lillie E, Zarin W, O'Brien KK, Colquhoun H, Levac D, et al. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. *Ann Intern Med.* ;169:467–473. doi: 10.7326/M18-0850

